

JOÃO FIGUEIROA

BOCA DO SERTÃO

**HISTÓRIA RESUMIDA E COMENTADA
DA CIDADE DE BOTUCATU**

1719/2016





ASSOCIAÇÃO EDITORA
DO CENTRO CULTURAL
DE BOTUCATU





No ponto de tangência dos que procuravam o interior avançado do Brasil, aquele povoado escondido atrás de exuberantes florestas de encosta e banhado pelas frígidas águas das alturas, desenhou para si um destino único. Surgido em encruzilhada de velhos caminhos, último traço da civilização, antes do sertão profundo, foi para ali que se dirigiram portugueses, italianos, espanhóis, alemães, sulistas dos EEUU, judeus, armênios, negros raptados no continente africano, sírios, libaneses, a se juntarem às levas de mameucos, cafuzos e mulatos, egressos de distantes praças brasileiras já em decadência. Era a Boca do Sertão, e o foi, assim, por muito tempo...

"O Bairro de Botucatu aparece, pela primeira vez, no caderno de 1779, maço de recenseamento de Itapetininga, número 63.

Tinha este Bairro, naquela época, apenas 7 (sete) fogos (ou lares), contando 46 moradores incluindo-se chefes de família, suas mulheres, filhos, agregados e escravos.

Vejamo-los: 1º Fogo: Francisco Leme da Silva, 25 anos; sua mulher Ermenegilda Maria, 16 anos. Escravos: João, Pedro, Miguel, Joaquim, Manuel e Rodrigo; 2º Fogo: Saturnino Pais, 22 anos. Escravos: Francisco, Domingos e Manuel; 3º Fogo: José Pais, 43 anos; Salvador Leme, 30 anos; Francisca de Almeida; Joana, filha, 4 anos, Joaquim e Simão, agregados; 4º Fogo: (Escravos de João Alves) Antonio, 25 anos; Violante, 20 anos; 5º Fogo: Inácio de Barros, 25 anos; Bento de Góis, 14 anos; 6º Fogo: João Batista 53 anos; Sua mulher, Joana Ribeiro, 51 anos. Agregados: Salvador, Agostinha, Ilária, Ana e Severina; 7º Fogo: Vitoriano Frz., 40 anos; Sua mulher Rosa Diniz, 35 anos; Filhos: Maria, 6 anos; Joana, 5 anos; José, 2 anos; Escravos: Elesbão, Martinho, Raimundo, Domingos, José, Vitor, Gregório, Luis, Maria, Vicência e Faustina."

Um bairro chamado Botucatu em 1779? Seria possível isso?

BOCA DO SERTÃO

João Carlos Figueiroa

Durante muito tempo, foi ali a

Boca do Sertão

História resumida e comentada da
cidade de Botucatu - 1719 / 2016

1ª EDIÇÃO
BOTUCATU / SP
CENTRO CULTURAL DE BOTUCATU
2016

CAPA

Ricardo Aparecido Lopes

EDITORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Fernando Billah

IMPRESSÃO

Gráfica Rápida Avalon

•••

João Carlos Figueiroa

figueiroajoao69@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F 471j Figueiroa, João Carlos

Boca do Sertão: história resumida e comentada da cidade de Botucatu. 1719/2016 / João Carlos Figueiroa – Botucatu, SP: Ed. Centro Cultural de Botucatu, 2016.

110 Fls.: il. 15x21 cm
ISBN 978-85-67885-07-0

1. Botucatu 2. História 3. Memória 4. Política 5. Economia I. Figueiroa, João Carlos II. Título

CDD 981.090

Agradecimentos

Quero muito agradecer aos editores das publicações onde escrevi nos últimos 40 anos. Nada seria possível sem eles. Mais do que escrever e fornecer um conteúdo está a tarefa difícil de editá-los, diante dos elevados custos em manter uma publicação, principalmente no interior.

Relacionei no final deste trabalho todos os artigos sobre história local que escrevi para muitas publicações, excetuando as matérias que produzi, ou entrevistas que fiz ou das quais participei, em vários jornais também. Algumas assinadas, outras não.

Assim, quero agradecer ao jornalista Plínio Paganini, editor d'O Correio de Botucatu; ao dr. Adolpho Dinucci, editor da Gazeta de Botucatu; ao Pedro Manhães e Stefano Garzezi, editores do velho Correio da Serra e Diário da Serra; ao Fernando Billah e Erick Facioli, editores do Diário de Botucatu; ao Ademir Audi, editor do Folha Regional; ao Sandoval Nassa e Arturzinho, editores de A Cidade, em épocas diferentes; ao Jaime Sanches, da Revista Boca de Cena; ao Mirandinha (Dito Miranda) do jornal O Povo; ao dr. Pará, do jornal Prisma (Adunesp); ao Edil Gomes do Jornal Mais Botucatu; ao Edgard Paim da revista UPCuesta; ao Armando Delmanto editor do Jornal de Botucatu (1ª fase) e Revista Peabiru; à Rose Fernandes, editora do

Universo Feminino; à Enza e Carlinhos Denadai, editores da revista Apparenza; entre outros.

Um agradecimento especial aos meus amigos Haroldo do Amaral e Renato Fernandes, notáveis jornalistas, dos quais fui parceiro em muitas matérias e que me dispensaram, e ao meu tema preferido, a história de Botucatu, especial atenção. São, os dois, de especial sensibilidade para os problemas que envolvem nossa cidade.

OFERECIMENTO ESPECIAL

Aos dois grandes autores botucatuenses, Hernani Donato e Francisco Marins, expoentes da literatura brasileira, pela atenção que sempre me dispensaram quando a eles recorri ou quando, juntos, tratamos de assuntos relativos à história de Botucatu. Ao dr. Marins, em particular, por ter-me dedicado uma reedição de seu livro “Do Berrante ao Apito e outros Recontos”, fato que me deixou dividido entre os sentimentos de espanto e vaidade

GRATIDÃO

Aos meus pais, Thereza e Felix, aos meus tios Octacílio, Plínio, Élcio, Domingos e Ozônio; a meus avós Elvira e Primo, sem os quais (todos) eu não teria construído alguns parâmetros que me guiaram pela vida.

Sumário

Notas Explicativas	12
1719 / 1765	
• Os jesuítas e suas fazendas de criar.....	13
• Entusiasmo e desalento.....	14
• Desativação e restauro da Capitania.....	15
1766 / 1776	
• Vilas, fortes e caminhos.....	17
1780 / 1825	
• O comércio de muares e o plantio da cana.....	19
• O sertão desconhecido.....	20
• 1779 – O Bairro Botucatu.....	22
1830/1849	
• O povoado primitivo, a Freguesia e a Vila.....	27
• Os primeiros moradores.....	27
• Cresce a luta pela Freguesia.....	28
• A doação de terras, no final do ano.....	29
• A disputa com o mineiro Costa e Abreu.....	30
• Volta à Câmara de Itapetininga.....	31
• Enquanto isso, no povoado distante.....	32
• É criada a Freguesia.....	33
1850/1876	
• Primeiros tempos.....	35
• A lista da discórdia.....	35
• Índios: resistência e assédio.....	36
• Vila, Câmara e território.....	38
• Território.....	40
• O Código de Posturas-o primeiro planejamento..	40
• Os terrenos da Matriz.....	42
1866/1889	
• Coronelismo e Violência.....	45
• Tribunal do Juri, Termo Unido e desanexação.....	46
• Café, coronelismo e violência.....	48
• Mateiros e caçadores de índios.....	48
• Mateiro veio para expulsar índios.....	49

- Um parceiro de figuras históricas.....50
- Invasão do sertão.....51
- Capitão Tito.....52
- Um emaranhado de informações.....53
- A expulsão de juiz e morte de outro.....55
- Surgem os republicanos.....56
- A chegada dos imigrantes.....57

1889/1930

- Começa a República.....59
- A Câmara com espírito republicano.....59
- O Conselho de Intendência.....61
- Modernização e crescimento.....61
- Vinte anos de desenvolvimento.....62
- O crescimento populacional.....63
- A indústria local.....64
- A política divide a cidade.....65
- O fim da Primeira República.....67

1930/1947

- Anos conturbados.....69
- Em cena os revolucionários de 24.....69
- A última Câmara da Primeira República.....70
- A Revolução Constitucionalista de 1932.....71
- As eleições de 1935.....73
- Os Conselhos Consultivos.....73
- Câmara toma posse mas não termina mandato...74
- A crise do café; quebram as fazendas.....74
- A crise da energia elétrica.....76
- Os prefeitos do Estado Novo.....77

1948 / 1963

- A nova Câmara, eleita.....79
- A crise de energia continuava.....80
- O primeiro Governo Peduti.....81
- As comemorações do centenário.....82
- Reerguer a indústria, tentativas dos anos 50.....82
- As eleições de 1955.....85
- Os vereadores eleitos em 1955.....86
- O curioso Teatro de Alumínio.....86

- A Fonte Luminosa.....87
- A Cinderela.....88
- A Administração vai atrás de verbas.....88
- Faculdade de Medicina, luz elétrica e fábricas...89
- Resistindo contra a maré.....90
- A cidade vira centro da Indústria do Cinema.....91
- O sonho e a esperança.....92
- Um sanatório desocupado.....93
- Milagres acontecem.....93
- As eleições de 1959.....94
- A criação da FCMBB.....95
- A mobilização para o primeiro vestibular.....95

1964/1982

- Entendendo a cidade.....105
- A cidade daquele tempo.....106
- Não parecia, mas as forças locais ensaiavam.....106
- Botucatu quis ter a sua Marcha com Deus.....107
- A Marcha em Botucatu.....109
- O prefeito Amaral e a Câmara de 1964.....109
- O Caps entra na cena política.....110
- A Câmara reúne sem saber para onde ia a maré..110
- Quem organizou a Marcha em Botucatu?.....113
- O cenário da Marcha.....114
- O Comício.....115
- De vento em popa.....116
- A luta pelas verbas, já em 1965.....117
- O Regime cassa o gov. Adhemar de Barros.....117
- Os estudantes resolvem agir por conta própria....118
- Operação Denúncia.....120
- Estudantes rebeldes, padres idem.....120
- As eleições de 1968.....127
- Vereadores eleitos em 1968.....127
- Botucatu deixa de ser sede de Região.....128
- Por quê as Regionais foram embora?.....128
- Motivações políticas?.....132
- O novo ciclo industrial.....133
- A cidade acorda para o planejamento.....135
- No governo Amaral, o terceiro Plano.....136

- A comissão que conduziu o Plano Diretor.....136
- No governo Plínio, mudanças na infraestrutura...137
- Vereadores eleitos em 1972.....138
- Os Serviços de Água e Esgoto.....140
- A busca dos recursos para retomar o Plano.....141
- No segundo governo Lico, a execução.....141
- Vereadores eleitos em 1976.....142
- O Plano de Desenvolvimento Urbano.....142
- Marcas do Período.....144

1983/2000

- As eleições canceladas e os novos partidos.....151
- A reorganização partidária em Botucatu.....152
- Um novo tempo, com resquícios do anterior.....153
- O Partido dos Trabalhadores (PT) em Botucatu e sua primeira disputa eleitoral.....154
- As eleições de 82.....155
- As novas administrações de Botucatu depois do regime militar.....156
- No primeiro governo Jamil Cury.....157
- A mudança na gestão.....158
- Atenção com saúde e cultura.....159
- Uma nova Câmara, chegam as mulheres.....159
- No governo de Joel Spadaro.....160
- Os Vereadores eleitos em 1988.....162
- A nova Constituição e a nova Lei Orgânica.....162
- Os Vereadores eleitos em 1992.....163
- A administração Pedro Losi.....164
- A Câmara escolhida nas eleições de 1996.....165
- A população volta a crescer.....165
- Habitação, política industrial restritiva e maior participação popular, são marcas do período.....166

2001/2005

- O PT chega lá.....177
- O PT começa seu governo sob a LRF.....178
- O Governo IELO e as finanças públicas.....179
- Os choques com a administração anterior.....180
- Desbloqueio dos repasses federais.....181

- Os salários dos funcionários são regularizados..181
- A recomposição do orçamento e o recadastramento imobiliário.....182
- Os vereadores eleitos em 2000.....184
- A redução do nº de cadeiras184
- Os vereadores eleitos em 2004185
- Outras marcas, pelas quais o prefeito IELO teria fixado suas duas administrações.....185

2009/2016

- O PSDB volta à Prefeitura, as administrações João Cury Neto.....191
- Os vereadores eleitos em 2008.....192
- Os primeiros passos.....193
- O Fórum vai para o Santa Eliza.....195
- Repaginada nos jardins públicos.....195
- Subdistritos aparelhados.....196
- Duas empresas de ônibus.....196
- O Sorocabana é nosso.....197
- Um déficit pra ninguém por defeito.....197
- Creches, tem também.....198
- Distritos tecnológicos e empresariais.....198
- A Câmara eleita em 2012.....199
- Uma avaliação dos mandatos de João Cury Neto/ Caldas.....200
- O Shopping, o Boulevard e os projetos de hotéis de alto padrão.....202

- Artigos e trabalhos do mesmo autor.....209

Notas Explicativas

O começo deste trabalho foi elaborado por ocasião das comemorações dos 150 anos de emancipação política do Município. Parte do texto, que cobre a história local até os anos 60 do século XX, foi publicada, na íntegra, diariamente, pelo jornal O Diário da Serra, a partir do dia 10 de abril de 2005. Essa mesma parte serviu, também, de roteiro para a fala proferida pelo autor, na sessão solene conjunta da Academia Botucatuense de Letras e Câmara Municipal, realizada na noite de 11 de abril daquele ano (2005). Os demais textos vieram depois.

Por ser um pequeno estudo e destinar-se à divulgação da História da Cidade de Botucatu, contém uma abordagem mais simples, embora cubra o longo tempo de existência de nossa cidade como núcleo urbano e município.

O texto começa por falar nos fatores políticos, econômicos e sociais que determinaram o povoamento desta parte do Estado de São Paulo, a partir de 1719/1721, na época Capitania de São Vicente e avança até os dias de hoje.

É bom que se diga que procurei registrar e interpretar os fatos mais importantes, que marcaram os períodos em que dividi nossa história, discutindo-os seguindo a forma como os entendi. Assim, diga-se também, que esse relato e suas interpretações são muito pessoais. Alguns até não são de consenso.

Botucatu, dezembro de 2016

João Carlos Figueiroa

1719 - 1765

Os Jesuítas e suas Fazendas de criar

Os mais antigos sinais da fixação do homem branco, nas proximidades do Morro do Hibiticatu, datam do princípio do século XVIII. É que, a partir de 1721 instalaram-se nas imediações da Serra os jesuítas do Colégio de São Paulo. Pretendiam iniciar uma grande fazenda de criação de gado, com a intenção de abastecer as dezenas de caravanas que transitavam rumo às minas de ouro do Cuiabá, aos campos do Rio Grande ou às Reduções Guaranis que ainda existiam na região do alto Rio Iguasú. Imaginaram um complexo de estalagem e porto de embarque, colocado à beira do Rio Paranapanema, de tal modo que pudessem auferir rendimentos para o Colégio de São Paulo, sempre falto de recursos.

À frente do projeto estava o jesuíta Pe. Estanislau de Campos, reitor do Colégio, nascido em Itu, membro de rica família de antigos bandeirantes; familiarizado às lidas dos sertões e bem relacionado; o suficiente para comprar uma parte das terras e receber em doação a

maior fatia do que ficou conhecido como o latifúndio dos jesuítas de São Paulo.

Os limites dessas terras ficaram sendo: descendo desde a nascente, pelo rio Guarehí até o Paranapanema; e por este até o Morro do Ubatuabaré (Avaré), de onde, dobrando em quadra e, seguindo em linha reta, até o Rio Tietê; e por este acima até a desembocadura do rio Sorocaba para, finalmente, voltar ao ponto inicial, às margens do Rio Guarehí. Essas antigas terras já haviam sido descobertas pelos criadores de Sorocaba desde os anos finais do século XVII e eram conhecidas pelo nome de Campos do Paiol, (ótimas por ter aguadas e barreiros, ricos em sal). A esses mesmos criadores, juntaram-se antigos bandeirantes, que haviam obtido imensas porções dessas terras, sob o compromisso de colonizá-las. Muitos nunca chegaram a ir até elas.

Dentro dessa gleba imensa ficavam as terras altas, correndo de sul para o norte, sobre o Planalto Ocidental de São Paulo. Esse conjunto de terras altas, de difícil acesso e habitadas por selvagens, ficou conhecido como a “Serra de Santo Inácio”, nome que aparece em muitos papéis dos séculos dezoito e dezanove, alternando-se com o mais antigo, “Morro do Hibitacatù”.

Entusiasmo e Desalento

Esse projeto caminhou bem durante quase meio século e foi o responsável por manter uma onda civilizatória neste quadrante da Capitania de São Vicente. Pela sede principal das

fazendas, alocada à beira do caminho seco para as minas, (que o historiador Aloísio de Almeida aponta ser nas proximidades da cidade de Guarahí), passaram as caravanas que, do centro da capitania, conduziam às recém criadas Capitânicas de Minas Gerais (1720), São Pedro do Rio Grande do Sul (1738) e Goiás e Mato Grosso (1748). Mesmo durante o terrível deserto de gente e negócios, por que passou a capitania paulista, provocado por vários motivos (entre eles a maciça transferência de povoadores – empreendedores ou não - que buscavam as novas oportunidades surgidas), as fazendas continuaram a servir aos que demandavam esses longínquos lugares.

Tudo, porém, terminou com a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias, quando assumiu a gestão dos negócios do trono o Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello. Em 1759 as fazendas foram seqüestradas e leiloadas, inclusive as terras de suas Fazendas nestas paragens. (uma delas chamava-se Boa Vista do Votucatù).

Desativação e o Restauo da Capitania

Quando começou a transferência de sua população – parte por força das ordens do Governo Geral, parte pelo viço provisório de outras Capitânicas – São Vicente experimentou um período de desativação de sua economia, que se caracterizou por um empobrecimento e isolamento de sua população, bem como pela consolidação de uma economia de subsistência. Pouco se

produzia e quase tudo era buscado, ou na praça do Rio de Janeiro ou em outros lugares existentes no eixo Minas/Rio ou Minas/Parati.

A situação da Capitania piorou tanto que ela própria foi dissolvida e incorporada à do Rio de Janeiro (1748). Foi no final desse período que aconteceu a expulsão dos Jesuítas de todas as terras de Portugal. Então, o que já era ruim ficou pior!

Porém, a disputa pelas terras no Novo Mundo, que há tempos dividia Portugal e Espanha, entrou em nova fase. O Tratado de Madrid, celebrado em 1750, tornou-se letra morta rapidamente, desrespeitado, também, por súditos dos dois reinos.

Foi esse o principal motivo que levou o Conde de Oeiras e Marquês de Pombal a restaurar a Capitania de São Vicente e iniciar a série de governadores militares, nomeados para comandar o que ele passou a chamar de Capitania de São Paulo, dentro de uma estratégia de defesa das terras portuguesas no Brasil.

Estava recomeçando a ocupação do território, a partir do mesmo lugar onde antes havia terminado: as fazendas jesuítas, nos contrafortes do Morro do Hibiricatu ou Serra de Santo Inácio. Era o ano de 1765 e o gestor dos novos empreendimentos era Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão.



1766 - 1779

Vilas, Fortes e Caminhos

Nos dez anos de comando da Capitania de São Paulo, o General Dom Luiz Antonio preocupou-se em proteger o território de possíveis invasões espanholas (que poderiam vir a partir do Paraguai). Para isso utilizou-se de três recursos: mandou fundar meia dúzia de povoados, fundou o primeiro Forte Militar no interior do Mato Grosso e encetou a busca de novos caminhos que fizessem passar tropas e soldados para lá.

Os povoados deveriam ficar postados, estrategicamente, nas vias de acesso ao centro da Capitania. A idéia era bloquear esses acessos. Assim, imaginou uma vila na foz do Rio Piracicaba, junto ao Tietê, por onde, nessa época, ia-se ou voltava-se do Paraguai. Ordenou também a criação de uma vila à beira do caminho das tropas que vinham do sul. Itapetininga apareceu.

Outro acesso ao centro da Capitania de São Paulo era feito pelo Rio Paranapanema, descendo-o a partir das fazendas jesuítas. Na volta, algumas caravanas preferiam parar suas canoas junto ao Salto conhecido pelo nome de Paranapanema.

Itu. Dali, por terra, em estreita trilha e por sete dias, varavam as terras altas da Serra de Santo Inácio, até a sede das mesmas Fazendas. Pernoitados, tomavam o rumo de São Paulo. O General que governava São Paulo também queria bloquear esse caminho e imaginou um outro povoado para ele. A expressão usada foi: mandar fundar outra vila "...no Botucatu, sobre o Paranapanema...". Desta Vila, mandada fundar em 1766, não se tem notícia (*).

Outra de suas prioridades era dar condições para que caravanas militares ou de colonização pudessem chegar ao Cuiabá ou ao Forte e Presídio do Rio Iguatemi, desviando das corredeiras e de terras ribeirinhas do Rio Tietê. Tanto fez que acabou por descobrir no capitão-mor de Sorocaba, José de Almeida Leme, a pessoa adequada. Contratou com ele a abertura de um caminho, concluído em 1771.

Algum tempo depois, quando governou São Paulo Rodrigo César de Menezes, a governadoria reencetou a abertura de nova comunicação por terra. Tendo sido incumbido da tarefa, Luiz Pedroso de Barros levou o caminho a partir do morro do Hibiticatù diretamente ao Mato Grosso, chegando à desembocadura do Rio Pardo (o que desce do Mato Grosso do Sul).

(*)Sobre essa fundação existem diferentes comentários: Eunice Almeida Pinto e Sebastião A. Pinto defendem que Simão Barbosa Franco deixou aqui um forte avançado, sentinela contra os índios. Aluisio de Almeida, historiador em Sorocaba, seminarista em Botucatu, biógrafo de Dom Lúcio, nascido em Guareí, justifica em amplo artigo de 11.11.1951 pelo jornal O Estado de São Paulo, que nem isso Simão Barbosa Franco fez, abandonando a empreitada quando lhe foi conferida a tarefa de fundar Itapetininga. Esta foi a posição sempre defendida, também, por Hernâni Donato.

1780 - 1825

O Comércio de Muares e o plantio da Cana de Açúcar

Quando o primeiro governador general deixou a Capitania, uma nova época para a economia paulista já estava começando. Aparentemente os problemas de proteção do território já estavam superados e uma nova ordem econômica começava. À frente da Capitania estava o Capitão General Rodrigo César de Menezes.

O Comércio de Muares - Na ausência do que fazer, nos piores anos de desativação, os moradores do interior paulista começaram a buscar mulas, próprias para transporte de carga, criadas nos campos da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, recentemente criada. Essas mulas, algumas já domesticadas, varavam em jornada de mais de dois meses um longo trajeto, dirigindo-se de Viamão a Sorocaba, onde eram, finalmente, revendidas numa feira de muares que ali se instalou.

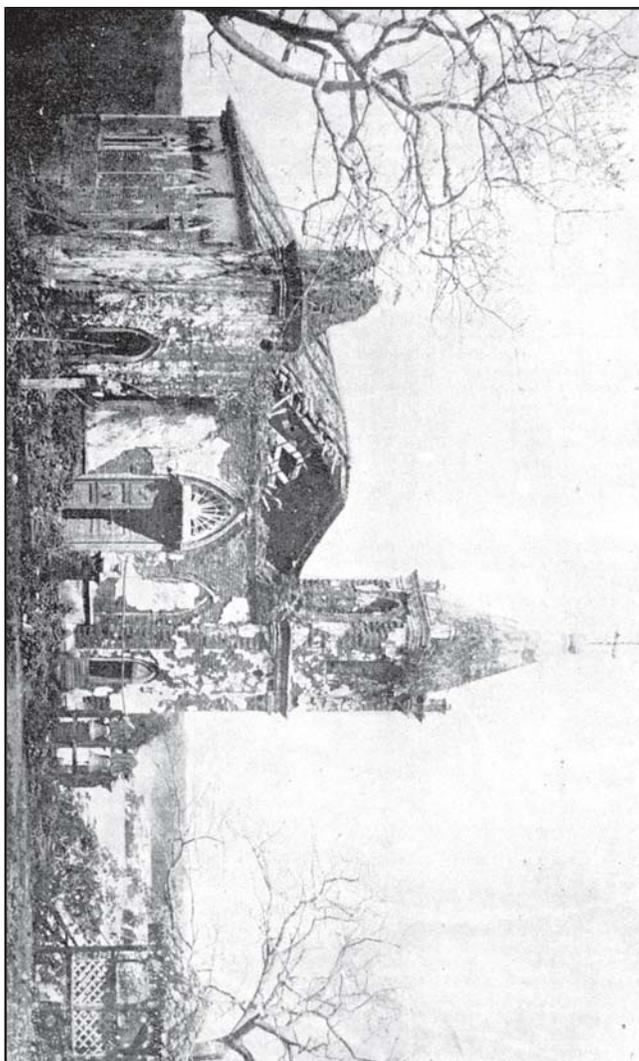
Iniciado no último quarto do século XVIII, esse comércio de muares arrastou-se longamente através dos tempos, invadindo o século XIX e

permanecendo como um negócio lucrativo até bem próximo dos anos 50.

A Cana de Açúcar – Mais ou menos pela mesma época, no curso do restauro da Capitania de São Paulo, o plantio da cana de açúcar retomou vigor, desta feita ocupando uma região mais ao centro, nas proximidades das grandes cidades interioranas de então. Foi o melhor momento da tradicional Itu, que passou a liderar o cultivo. Iniciado por volta dos anos 70/80 do século XVIII, o plantio e o beneficiamento da cana perdurou como a principal atividade da economia paulista, até que o café fosse se transformando no preferido dos fazendeiros. Itu centralizava uma grande zona plantadora, mantendo em seu território perto de 100 engenhos de cana; sendo toda a zona composta pelos territórios de Campinas, Piracicaba, Porto Feliz, Sorocaba, Jundiaí e Mogi-Mirim.

O Sertão desconhecido

Até o primeiro quartel do século XIX, a região que ficava a Oeste e Noroeste do Morro do Híbitatu, era completamente desconhecida. Cartas geográficas – mesmo as melhores, não conseguem identificar acidentes geográficos ou populações. É bem possível que antigos traçados, fixados em papéis precários, que tenham sido feitos por bandeirantes, cem ou duzentos anos antes, não tenham sobrado para contar a história. Quando o Capitão General Luiz Antonio finalmente encontrou o capitão-mor de Sorocaba e contratou com ele a abertura de um novo caminho para o Cuiabá, ficou sabendo que ele



Somente em 1857, o Governo Provincial de São Paulo instalou na desembocadura do Rio Tietê a Colonia Penal de Itapura. Em 1905 uma exploração da Comissão Geográfica e Geológica foi encontrar a Colônia Penal já abandonada. As casas estavam destruídas e os pavilhões que restavam, destelhados. Apenas a casa do administrador apresentava - embora abandonada - relativa conservação. A igrejinha, como se vê: abandonada por completo.

tinha em seu poder alguns mapas dessa ordem. Se os tinha, não conservou.

Na atualidade, todas as cartas publicadas no Brasil apontam para um deserto de gente e iniciativas. A mais famosa delas, conforme nos relata o consagrado historiador botucatuense, Hernani Donato, faz parte de um estudo estatístico realizado por Daniel Pedro Müller, oficial do Corpo de Engenheiros do Batalhão de Caçadores da Província de São Paulo e discrimina, inequivocamente, a mesma área, como sendo Sertão Desconhecido.

Mas, com os dados que temos hoje, pode-se afirmar que, até 1825, nenhuma iniciativa de presença do homem branco pode ser apontada como permanente sobre a Serra de Santo Inácio ou além dela? Será? Já tinham se passado mais de 50 anos desde que os Jesuítas haviam saído do Brasil (1759) e que seu último empreendimento (as fazendas das imediações da Serra) havia encerrado suas atividades.

1779 - O Bairro Botucatu

Entretanto, vinte (20) anos depois da saída dos jesuítas e menos de cinco (5) do encerramento do governo de Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão - Morgado de Matheus (1765/1775), quando o serviço de recenseamento percorreu o território de Itapetininga, levantando a população existente, localizou no "distrito do alto da Serra de Santo Inácio", nada menos do que sete (sete) famílias e 46 moradores.

Sempre se fala que a região se transformou num deserto de iniciativas e homens, de-

pois da saída dos jesuítas, mas os números chamam a atenção para os detalhes ainda a estudar. Nessa ocasião, a região pertencente à Vila de Itapetininga era habitada por moradores de nada menos que 66 povoados, divididos em categorias político-administrativas que separavam Bairros, Esquadras, Quarteirões, Fazendas, Freguesias e Capelas.

Informa J. Davi Jorge, em artigo datado de 1943 publicado pela Folha de Botucatu, que ocorrera no território do município de Itapetininga, uma série de recenseamentos naqueles anos que sucederam ao confisco dos bens e expulsão dos Jesuítas de todo o território brasileiro. E, afirma que entre os censos, identificando Botucatu, o mais antigo foi o de 1779, guardado no Arquivo do Estado.

Diz o articulista: "O Bairro de Botucatu aparece, pela primeira vez, no caderno de 1779, maço de recenseamento de Itapetininga, número 63. Tinha este Bairro, naquela época, apenas 7 (sete) fogos (ou lares), contando 46 moradores incluindo-se chefes de família, suas mulheres, filhos, agregados e escravos. Vejamo-los: 1º Fogo: Francisco Leme da Silva, 25 anos; sua mulher Ermenegilda Maria, 16 anos. Escravos: João, Pedro, Miguel, Joaquim, Manuel e Rodrigo; 2º Fogo: Saturnino Pais, 22 anos. Escravos: Francisco, Domingos e Manuel; 3º Fogo: José Pais, 43 anos; Salvador Leme, 30 anos; Francisca de Almeida; Joana, filha, 4 anos, Joaquim e Simão, agregados; 4º Fogo: (Escravos de João Alves) Antonio, 25 anos; Violante, 20 anos; 5º Fogo: Inácio de Barros, 25 anos; Bento de Góis,

14 anos; 6º Fogo: João Batista 53 anos; Sua mulher, Joana Ribeiro, 51 anos. Agregados: Salvador, Agostinha, Ilária, Ana e Severina; 7º Fogo: Vitoriano Frz., 40 anos; Sua mulher Rosa Diniz, 35 anos; Filhos: Maria, 6 anos; Joana, 5 anos; José, 2 anos; Escravos: Elesbão, Martinho, Raimundo, Domingos, José, Vitor, Gregório, Luis, Maria, Vicência e Faustina."

Seria possível isso? Estariam esses primeiros habitantes de Botucatu, nucleados num "BAIRRO"?

Sabe-se que assim que chegou ao novo mundo, com a incumbência de organizar a defesa da terra, contra os Espanhóis, Morgado de Matheus o fez militarizando a nova Capitania de São Paulo. Reestruturou, em 1766, o Regimento de Auxiliares da Capitania de São Paulo em cada vila, freguesia e outros povoados e promoveu um amplo recenseamento, determinando "aos capitães-mores das Vilas, que elaborassem as relações de habitantes de seus distritos, com os nomes dos cabeças, das esposas, filhos e valor de seus bens".

E, tratou de nuclear toda a população em povoados, proibindo o péssimo costume de seus habitantes viverem "alongados", morando em taperas à beira dos rios, à semelhança indígena, e voltando aos povoados raramente. A dispersão desfavorecia o comando militar da Capitania, de muitas formas: impedia seu recrutamento em situações extremas e despovoava formalmente a Capitania.

Dizia o Morgado que "uma das grandes dificuldades na elaboração desses recenseamen-

tos resultou da itinerância dos habitantes e do vício de se internarem pelos matos, o que interpretou o Governador como um ato de desconfiança em termos ao recrutamento militar": ... "aborrecem elles todos naturalmente o nome de soldados como tão bem todo o emprego que os prive daquela liberdade e preguiça em que estão creados, tendo pela mayor parte estes povos o costume de mudar de citio com muita facilidade e o vício de se meterem pelos matos e viverem por lá muito tempo"...

Ao assumir a Capitania, mudando seu nome para São Paulo, a 25 de fevereiro de 1765, o governador proibiu aos moradores de São Paulo e seus distritos se ausentarem de suas habitações e a 2 de julho do mesmo ano, confirmou a "Ley de Polícia", proibindo os "sítios volantes"(*), determinando que os moradores se aglomerassem em povoações de cinquenta vizinhos para cima.

O território da Capitania tinha, por essa ocasião, dezenove (19) Vilas e trinta e oito (38) Freguesias e dividia-se em Comarcas. Estas compunham-se de Termos, com sede nas cidades ou vilas respectivas. Os Termos eram formados por Freguesias, circunscrição eclesiástica ou sede de uma igreja paroquial. A freguesia subdividia-se em "Bairros".

Diz o coronel Edilberto de Oliveira Melo, em sua "Raízes do Militarismo Paulista", de

(*) **sítios volantes**: "Casas que há pelas ribeiras, feitas de taipas de canas, coberta de folhas, com suas laranjeiras ao pé, algumas bananas, e uma pequena roça de mandioca e nada mais, por que os seus móveis são duas redes, uma em que dormem e outra com que pescão..."

onde retiramos esses dados, que em "...janeiro de 1767, Morgado de Matheus deu por concluída a tarefa da reorganização militar da Capitania, reconhecendo que..." no estado actual da sua possibilidade não se pode aumentar mais sem violência, e he a que basta para a defença".

Doze (12) anos depois, o censo no território de Itapetininga encontra 46 moradores vivendo no "Bairro Botucatu", no distrito de Cima da Serra de Santo Inácio.



D. Luiz Antonio de Souza
Botelho Mourão,
Morgado de Mateus, Governador da
Capitania de São Paulo.

1830 - 1849

O Povoado Primitivo, a Freguesia e a Vila de Botucatu

A ocupação das terras no alto da Serra de Botucatu começou por volta dos anos 30 do século XIX. Não exatamente a propriedade das terras; essas já pertenciam a uns e outros, em forma de imensas glebas de pouco aproveitamento, que foram sendo adquiridas através dos leilões que sucederam ao seqüestro dos bens dos jesuítas.

Refiro-me à ocupação propriamente dita, à colonização da área, com a prática da agricultura e criação de muares, gado leiteiro ou animais domesticáveis. Esta, sem dúvida ocorreu na década de 30 e alguns documentos nos asseguram isto.

Os primeiros moradores

Os primeiros colonizadores vieram e ocuparam a terra. E ponto final. Depois foram atrás de saber que eram os donos. Todos vinham, ou das Minas Gerais ou da própria Província de S. Paulo e os documentos falam que eram recen-

tes por aqui. O mais antigo documento é o pedido de um morador o alto da Serra de Santo Inácio, chamado Felizberto Antonio Machado. Ele resolve escrever à Assembléia Provincial, sugerindo a criação de uma Freguesia, justificando que aqui estavam os moradores longe de todos os sacramentos e, quando mortos, enterrados fora dos lugares sagrados.

Felizberto escreve em 1840 e em seu ofício relata que... *“...o lugar contém oitenta e tantos fogos (casebres) com muito mais de trezentas e quarenta e cinco almas...”* chegados, como ele mesmo afirma, há uns cinco anos da data. Portanto: 1835.

Um outro documento é o recurso de manutenção de posse, impetrado junto ao Fórum de Itapetininga por José Gomes Pinheiro, na disputa de uma área de restinga existente junto ao Cerro do Capão Bonito (hoje, Morro de Rubião Jr). Nesse documento, datado de 1846, ao acusar os herdeiros de Joaquim da Costa e Abreu (na época falecido) de repetirem a invasão de sua propriedade, o reclamante afirma que o titular da família de posseiros, vindo das Minas Gerais, já o havia feito uma primeira vez, de oito para nove anos, atrás... Ou seja, a primeira tentativa de Joaquim da Costa e Abreu em entrar na posse da Restinga, dera-se em 1837. Nada há mais antigo do que isso, que nos permita dizer o contrário.

Cresce a luta pela Freguesia.

Já havia um punhado de pessoas no lugar e, no princípio de 1843, fazem correr um abai-

xo assinado que vai parar na Câmara da Vila de Itapetininga, sede do território. Nesse documento, assinado por duzentos moradores, aparecem outros nomes, que irão se transformar em lideranças locais: João da Cruz Pereira e Manoel de Almeida Toledo, além, óbvio, do próprio Felizberto, o autor do primeiro documento.

O assunto estava mais do que maduro. O que teria determinado que duas missões de sindicância fizessem relatórios, nesse mesmo ano de 1843, sobre a conveniência de se criar uma nova Freguesia no Alto da Serra de Santo Inácio? Não se tem essa resposta, mas a verdade é que dois relatórios acabaram por surgir na sede da Vila e foram bater na Assembléia Provincial. Dos dois, um foi favorável, e falou que *“...com effeito o logar em que se acha edifficada huma Capella é próprio para huma Freguezia, visto que contém mais de 70 fogos... tem boas mat-tas e agoadas, e prometer muitas vantagens, ficar na inbocadura de huma estrada que para Constituição, ou, para Minas Gerais...”*.

A Doação de terras, no final do Ano

No finalzinho daquele ano, no dia 23 de dezembro, acontece a doação de terras para formar o patrimônio da nova Freguesia. Era assim que as povoações passavam a figurar no mapa da Província: escolhiam o Santo Padroeiro, construía uma Capela em seu louvor, pediam a presença regular de um vigário e, então, podiam reivindicar o reconhecimento.

Quem fez essa primeira doação de terras foi o Capitão José Gomes Pinheiro. Morador de

Itapetininga, mas proprietário de duas fazendas no alto da Serra (Monte Alegre e Capão Bonito), o capitão já estava por aqui há mais de ano, desde que fracassara a Revolução Liberal de 1842 e que a Câmara de Itapetininga se transformara em alvo para os soldados de Caxias. Refugiou-se por aqui, no fundo de uma de suas propriedades e esperou a poeira abaixar.

O Capitão estava habituado com estas terras. No documento em que requer a confirmação de sua propriedade sobre a Restinga (em 1846), declara que a Fazenda Capão Bonito fora por ele adquirida ao sargento-mor João Pires de Almeida Taques e sua mulher, havia 38 anos. Desde 1808!

A disputa com o mineiro Costa e Abreu

Não era pouco. José Gomes Pinheiro residia em Itapetininga, distante vinte léguas destas suas terras, onde fora e seria ainda, novamente, vereador. Tinha terras em Araçoiaba da Serra, comércio em Sorocaba e pensava em expandir seus negócios com as fazendas nas terras altas da Serra de Santo Inácio.

Por isso, quando o mineiro Joaquim da Costa e Abreu pretendeu utilizar-se da Restinga que atravessava um dos extremos da Fazenda Capão Bonito, entrou em juízo contra ele. Celebrado o acordo, dizem os documentos que a Restinga continuava sendo do Pinheiro e que as posses do Costa estavam fora de suas terras.

Isto ficou celebrado até que o Costa morresse. Depois disso, seus herdeiros, filhas, filhos, irmão e genro reiniciaram a pendenga...que aca-

bou novamente no Fórum de Itapetininga, pouco antes de José Gomes Pinheiro vender, em dezembro de 1846, a Fazenda Capão Bonito para Francisco de Assis Nogueira; vendida com a ressalva de que o comprador respeitaria o resultado de ação que corria (também em Itapetininga) sobre a definição exata do lugar por onde deveria correr uma demarcação chamada “Rumo de João Vieira Paraíso.”

Volta à Câmara de Itapetininga

Beneficiado pela anistia concedida pelo Imperador, pouco depois, durante 1844, o Capitão José Gomes Pinheiro retorna a Itapetininga. Será, novamente, eleito vereador, e irá dedicar uma parte de seus discursos à defesa da criação de uma Freguesia no alto da Serra de Santo Inácio. O historiador Hernani Donato relata esse período: em 15 de Outubro de 1845 produz um retrato eloqüente do arraial já existente no alto da Serra: *“estão os povos daquele lugar erigindo uma nova Capela com a denominação de Santana – cujos povos têm afluído em maior parte de Minas Gerais e Franca, e já se contam duzentos e tantos fogos (...) gente rude de pouca ou nenhuma obediência às autoridades e grande parte criminosos que pendem para este lugar, por não haver autoridade suficiente para corrigi-lo, e nem ao menos os inspetores têm força para dar cumprimento às ordens dos magistrados desta Vila...”*. Em 20 de dezembro daquele mesmo ano ele volta ao assunto: *“... é inegável que aquele território tem propriedade para berço de uma*

populosa vila, porque a abundância de campos, além de outros que se poderão descobrir, boas matas de cultura, fertilizadas de vertentes colocadas entre dois poderosos rios, Paranapanema e Tietê, clima salubre e abundância de peixe e caça, a cana, café, fumo e algodão, têm a franca vegetação, além do terreno que vai findar nas margens do Paraná...”

Enquanto isso...no povoado distante

A vida continuava na distante localidade. Não era uma Freguesia, mas já era uma povoação e estava animada com as últimas conquistas: a doação, as missões de verificação (uma delas achou bom recomendar a criação da Freguesia) as notícias da chegada das correspondências à Assembléia Provincial, enfim...

De posse do papel que continha a doação, as duas lideranças mais destacadas, Felizberto Antonio Machado e João da Cruz Pereira, começaram a edificar uma Capela, no centro das terras doadas. Mas desentenderam-se e separaram-se: Felizberto continuou o projeto no mesmo lugar; João da Cruz Pereira acha o local muito seco, isolado e longe dos rios. Essa pequena divergência vai separar os dois homens para sempre. A Capela de Felizberto não agrega ninguém e, não se sabe, nem mesmo, se a concluiu. Ao contrário, a de João da Cruz Pereira vai ser edificada junto a um aglomerado de choupanas, um casario irregular já existente, plantado na encosta leste entre os dois rios principais da região (os atuais Lavapés e Tanquinho) e em terras que não seriam de ninguém. É o

lugar que o escritor Hernani Donato aponta como sendo as proximidades da Praça do Paratodos e que já abrigava as tais “... gente rude, de pouca ou nenhuma obediência às autoridades e grande parte de criminosos...” que o discurso de José Gomes Pinheiro, na Câmara de Itapetininga, registra.

É criada a Freguesia

A Freguesia de Botucatu é criada por ato da Assembléia Provincial e publicado em 19 de fevereiro de 1846, independente da posição que a Câmara de Itapetininga ocupasse na ocasião. Deliberou, e o presidente da Província de São Paulo sancionou a criação: *“Lei n. 283, de 19 de fevereiro de 1846. Manoel da Fonseca Lima e Silva, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, vereador de Sua Majestade a Imperatriz, Oficial da ordem Imperial do Cruzeiro, Cavaleiro das Ordens da Rosa, e de Cristo, Condecorado com a Medalha da Campanha da Independência, Marechal de Campo Graduado, da primeira classe do Exército, Vogal e Secretário de Guerra do Conselho Superior Militar e Presidente da província, faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte: Art 1. – fica criada a Freguesia do Distrito de Cima da Serra de Botucatu, município e Itapetininga; Art 2. – O presidente da Província, ouvindo a Câmara, designará as divisas; revogadas as disposições em contrário. Mando portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e*

a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O secretário desta Província o faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Governo de São Paulo, aos dezanove dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e quarenta e seis. As. Manoel da Fonseca Lima e Silva.”

Mais três anos, ou perto disso, iriam se passar para que os primeiros responsáveis por cada serviço assumissem seus cargo. Primeiro foi o vigário, Pe. Joaquim Gonçalves Pacheco (em 28 de julho de 1849) e depois foi o cartorário Manoel de Almeida Toledo (15 de outubro de 1849). As duas datas são hipóteses baseadas pelos primeiros documentos registrados: um no cartório, outro na Matriz. Mas faltam três outras autoridades: o Juiz de Paz Claudino Antonio Pereira, o Comandante do Corpo de Milicianos sediado em Sorocaba, mas com guarnições esparramadas pelas Vilas e Freguesias de seu território, Tenente João Carlos de Souza Cananéia, e o Subdelegado João da Cruz Pereira, dos quais ainda se desconhece o início do exercício.



1850 - 1876

Primeiros Tempos

Criada, a Freguesia de Botucatu instalou seus serviços, apenas três anos depois; foi em 1849 que começou a funcionar o Cartório e que o Vigário passou a residir no povoado.

A lista da discórdia

Sendo instalada a Freguesia, competia ao Vigário proceder e organizar a lista dos eleitores. Essa lista continha os nomes das pessoas que poderiam votar nas eleições que eram realizadas no território da Vila (Itapetininga). E assim o fez. Mas para isso era preciso organizar uma comissão de alistamento. E o fez, também.

Essa história aponta para uma primeira divergência política no município. As notícias, guardadas nas correspondências de Botucatu, que estão no Arquivo do Estado, dizem que o subdelegado João da Cruz Pereira não concordava com o Juiz de Paz Claudino José Pereira. Ele aparece solicitando ao Presidente da Província, autorização para constituir uma nova Junta de Alistamento Eleitoral, justificando que o Juiz de Paz havia

se ausentado para Minas Gerais, levando com ele o livro de registros de eleitores. Tanto fez que conseguiu e organizou uma nova lista, incluindo pessoas que ficaram de fora.

O fim desse episódio já foi relatado por Hernani Donato ao reproduzir uma carta de João da Cruz Pereira, pedindo a suspensão da cômputo (pagamento feito pelo Estado a que tinham direito todos os Vigários) e o afastamento do mesmo, por agredir Manoel de Almeida Toledo (escrivão da sub-delegacia de polícia da Freguesia), com uma coronhada de bacamarte, e estimular o desrespeito às autoridades.

A mensagem, escrita em 4 de abril de 1850, deixa evidente que já estavam formados dois grupos que disputavam o poder, liderados, de um lado pelo subdelegado João da Cruz Pereira e o cartorário, escrivão, sacristão e fabriqueiro da Matriz, Manoel de Almeida Toledo e de outro por Manoel Theodoro de Aguiar, seu irmão Francisco Ferreira de Aguiar(*), mais o Vigário Joaquim Gonçalves Pacheco. A história acabou na prisão dos que integravam a oposição (nas palavras do subdelegado) e na transferência do Vigário.

Índios: Resistência e assédio

A ocupação do território, imenso, não foi tranqüila. Ela foi lenta e teve contra si a resistência dos indígenas que, no alto da Serra e imediações já estavam. Estiveram aqui, em diversas ocasiões, os “Caiuá”, os “Xavante”, e os “Kaingangue”.

(*) Francisco Ferreira de Aguiar é o mesmo que em 1869 faz a doação de um alqueire de terras à Matriz de Sant´Anna.

O desespero da luta envolveu homens brancos e índios numa carnificina louca. Antes, durante a formação da Freguesia e Vila e muito tempo depois. Das primeiras ações que visavam “limpar” a área da ocupação indígena, que bloqueava a progressão dos empreendimentos, uma foi feita pelo Coronel Francisco Fiúza. Foi um extermínio que virou costume e assemelhou-se a uma política. Durante os primeiros tempos, registra o historiador Hernani Donato, dos habitantes do núcleo embrionário da Freguesia, alguns tinham como prática, *“possear terras e dar nos índios”*.

A reação sempre foi violenta: Já com a Vila instalada, a Câmara registra alguns episódios da ação indígena, nas terras onde hoje está Bauru, reclamando da complacência do governo da Pro-



Índio Chavante, etnia que refugiou-se no vale do Rio do Peixe para fugir dos brancos.

víncia para com os indígenas. Pior ainda: em 1861, os vereadores fazem uma sessão extraordinária para dizer que *“o povo deste município cheio de oror pânico correm espavoridos deixando a habitação que com tantas fadigas em trepides soberão agenciaram em conssequencia*

dos índios selvagens”...que haviam invadido ...“ a casa e matas de Francisco de Souza e outros huma carneficina só própria de taes canebaes”. Diz a Câmara que... “matarão seis pessoas e deixarão duas que a pouco vão recobrando saúde apesar dos defeitos com que ficão”.

Os indígenas continuariam matando, crucificando, empalando e esquartejando os brancos por muito tempo. Nem mesmo o aldeamento de Piraju amenizou o problema.

Vila, Câmara e Território

Tal qual aconteceu com a instalação da Freguesia, ocorreria também com a condição de Vila. Elevar a recém criada Freguesia, até que o Governo Provincial o havia feito com certa rapidez. Mas a execução da lei foi outra coisa diferente.

A elevação a Vila ocorreu por ato assinado em 14 de abril de 1855. O povoado continuava muito pequeno, como o eram quase todos os povoados daquela época: 83 casas, das quais, a metade coberta de palha.

O decreto foi simples: *“Lei número 506, de 14 de abril de 1855. O Bacharel formado José Antonio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte: Artigo 1. Fica elevada à categoria de Vila a Freguesia de Botucatu, do distrito de Itapetininga, ficando os habitantes respectivos obrigados a fazer a sua custa a cadeia e a Casa da Câmara. Artigo 2. O Governo da Província, ouvindo as Câmaras de Tatuí e Ita-*

petininga e o subdelegado de Botucatu, marcará as divisas da nova Vila, que serão observadas até que a Assembléia as aprove definitivamente, ficando revogadas as disposições em contrário. Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Governo de São Paulo, aos quatorze dias do mês de abril de mil, oitocentos e cinqüenta e cinco. A) José Antonio Saraiva.”

É possível que a demora na instalação da Câmara tenha outros motivos, como a má vontade dos camaristas de Itapetininga, mas na verdade, esses três anos de demora poderão, também, ser atribuídos à pouca experiência e desorganização política da nova Vila. Aconteceu de tudo: o presidente da Câmara, vereador mais votado, precisou tomar posse no dia da primeira sessão e correu um recurso, que acabou numa petição ao Imperador, para cancelar as eleições por fraude. No final de tudo, em 27 de setembro de 1858, a Câmara reuniu-se em casa cedida para tal fim. Até então, nem a cadeia, nem mesmo a Casa da Câmara estavam prontas. Ambos os pavimentos acabaram por pertencer a um mesmo edifício, colocado na confluência da Praça do Bosque, Amando de Barros e Marechal Deodoro, atuais. Isto aconteceu no decorrer da década seguinte e foi utilizado como tal até que a nova Câmara e Cadeia fossem concluídas, em 1898. Os primeiros vereaa-

dores foram: José Pais Moreira, Francisco Bonifácio Ribeiro, José Joaquim Alves Machado, Antonio Manoel de Oliveira, João Francisco de Freitas e João Pereira da Silva, além de Francisco de Paula Vieira, primeiro presidente.

Território

Concretizada a elevação à condição de Vila os poderes definiram o território do novo município. A lei 554, de 5 de março de 1857, acabou por definir as fronteiras com os municípios de Itapetininga: começavam nas cabeceiras do Rio Jacú e desciam por ele até o Santo Inácio, de onde caminhavam até o Paranapanema. Com Tatuí as divisas começariam na barra do Rio do Peixe, junto ao Tietê, subindo até uma de suas cabeceiras, onde assume o nome de Rio Bonito, defronte à contra-vertente do Rio Jacu. A lei 657, de 9 de abril de 1859, definiu esses limites, ao sul. Para o norte o território terminava no Rio Tietê e a oeste no Rio Paraná.

O Código de Posturas - Primeiro Planejamento

Mesmo com os atrasos na instalação da Câmara e da Cadeia e os eternos problemas políticos, a nova Vila foi aos poucos suprindo suas deficiências. Em 19 de julho 1867, a Câmara de Vereadores aprovou o seu primeiro Código de Posturas, uma lei (número 39) elaborada sob inspiração dos novos tempos, e orientação da Presidência da Província e da Assembléia Legislativa Provincial. (*)

(*) Em 1858, por ocasião das primeiras sessões, a Câmara de Botucatu organizou um Código provisório, constando de 50 parágrafos.

Nessa lei, que terminou por ser aprovada pela própria Assembléia (uma espécie de supervisão à lei municipal), a Vila normatizou uma série de matérias,



Primeira Casa da Câmara e Cadeia, foi construída na esquina da Marechal Deodoro com a Amando de Barros, hoje Praça do Bosque.

dispondo sobre as construções, os quintais, as calçadas, o comércio, o trânsito de escravos, o toque de recolher à noite, a criação de animais no perímetro urbano, o comércio ambulante.

Essa lei, que pode ser considerada o primeiro planejamento de Botucatu, reorganizou o núcleo urbano, preparando a Vila para terminar com os bloqueios do acesso às águas do Lavapés e preparar o fim dos becos que haviam se formado, entre outras coisas.

A vila vivia um momento de grande desejo de modernização. Menos de um ano antes, estiveram em São Paulo vários botucatuenses procurando pelo melhor da capital, com vistas a reproduzir em Botucatu: *“Estudo Architectonico - Chegaram á esta Capital, e rezidem no Hotel Planet, tres engenheiros botucatuenses, incumbidos pela corporação municipal de Botucatú, de estudar a Praça do Mercado, tirar-lhe a planta, etc., etc., para ser construída uma igual na supradicta Cidade de Botucatú. Para o mesmo fim, aquelles senhores estão também incum-*

bidos de levantar plantas, dos melhores e mais elegantes chafarizes da Capital...”()*

Os terrenos da Matriz

Criada a Freguesia e transformada em Vila, o povoado vivia os dias tumultuados de todos os lugarejos do tipo: muita gente chegando e acomodando-se precariamente.

Não foi diferente por aqui: A Matriz havia recebido, em doação, as terras de Capitão José Gomes Pinheiro, doação pioneira e feita muito antes. Porém, o descontrole era total: posseiros povoavam terras sem nenhuma ordem, alguns iam a Itapetininga e obtinham da Câmara de lá, autorização para ocupar algum pedaço de chão; outros, nem isso. Quando a Câmara de Vereadores local foi instalada, continuou a fazer o mesmo.

Esses terrenos existiam aos montes. Apesar de obter a preciosa doação do Capitão José Gomes, o povoado e a Matriz não se erguiam nessas terras. Em 1860, e por duas vezes, a Câmara responde ao presidente da Província, dizendo que as terras que a Vila tinha como seu território tinham diversas procedências diferentes, sendo as doadas pelo Capitão José Gomes Pinheiro e sua mulher, e outras pelos herdeiros de Joaquim da Costa e Abreu. Na primeira carta, datada de 28 de fevereiro, a Câmara declara: *“Ecmo Sn, esta Villa está collocada em terrenos doados pelos herdeiros de Joaquim da Costa Abreu, cuja doação*

(*)) Texto do jornal Cabrião, semanário humorístico editado entre os anos de 1866 / 1867 cedido gentilmente pelo dr. Éder Trezza

particular não existe título em nosso poder, sabe se que derão para Patrimônio de Nossa Senhora Santa Anna, por nelle se arrancharem os que quisessem ignorando se com que condição, e contíguo a esse terreno é o doado pelo Capitão José Gomes Pinheiro cujas condições verá V Eca. na copia incluída”...

No final do ano, cobrada novamente pela Província, a Câmara insiste na mesma história, porém mudando a forma de dizer: “...que o título ou disposições legal em que se funda sobre os terrenos desta Villa é o título de doação feita pelo finado Capitão José Gomes Pinheiro, cujo título já foi enviado a essa Presidência, por cópia de 16 de dezembro do anno passado. Além do terreno doado pelo finado Pinheiro foi doado mais um pedaço de terreno a Nossa Senhora Santana pelo herdeiros de Joaquim da Costa Abreu, cuja doação particular não existe título em nosso poder e em cujo terreno acha



Última matriz de Santana, a ocupar a Praça do Paratodos. Demolida em 1918. Foi chamada Igreja de São Benedito a partir de 1897, quando foi sagrada a primeira Matriz nos altos da cidade, também já demolida.

se situada maior parte desta povoação , e matriz, ignorando se com que condições.”

A doação dos herdeiros de Joaquim da Costa e Abreu nunca apareceu e essa situação continuou assim, por muito tempo. Em 1869 e 1876, finalmente, e através de novas doações, a Câmara consegue criar um território. Até então, as terras em que se fundavam a Vila estavam todas ocupadas e sem título algum, incluindo a própria Matriz, que se erguia em terrenos nessas condições.



1866 - 1889

Coronelismo e Violência

Para a imprensa da Capital, Botucatu era assim. Os relatos deixavam os paulistanos de cabelos arrepiados e, de certa forma, era o que acontecia. Auxiliados pela topografia do lugar, todos quantos tivessem algo a esconder ou de quem fugir, tinham aqui um bom abrigo. Abrigo natural – essa cidadela formada pela Serra, guarnecida por grandes matas e poucas trilhas de acesso, era mais que um abrigo; era uma fortaleza.

Assim, relata o comandante do destacamento, criado por ocasião da elevação à Vila. Estava tendo dificuldades para dar combate aos criminosos, porque alguns residentes lhes davam abrigo: *“...o apoio que os criminosos aqui tem é extraordinário; sendo para lamentar-se que lho seja dado, por julga-lo impossível dado às suas posições sociais...”* Diz o Capitão, ainda prendera: *“ outros três em diferentes lugares, sendo um deles de nome José Pern, encontrado em casa do Capitão Joaquim Alves Machado...”*. Este era o José Joaquim Alves Machado, vereador no lugar, já na primeira legislatura. E diz, Hernani Donato, como resultado de suas pesquisas, o Capitão continuou a relatar

ao presidente da Província o que encontrou aqui nos primeiros anos de emancipação: *“Este criminoso que consta estar condenado às galés perpétuas, evadiu-se da cadeia de Jacuí... andava por aqui sem temor à lei e tendo até ocupado o lugar de Inspetor de Quarteirão...”*. E continua *“...presos também na Vila: Francisco Lino, vulgo Cabo Verde, assassino de seu irmão, em Jacuí, Minas Gerais; João Francisco, assassino em Rio Claro; Leonel dos Santos, assassino em Dores do Guaxupé, Minas Gerais; José Pereira Regado, matador de um primo em Jacuí, Minas; José da Rocha Ferraz, assassino em um enteado em Rio Claro, Antonio Francisco de Almeida, autor da morte de um cunhado em Minas Gerais e um anônimo em Sorocaba”*. Enfim... e por aí afora.

No curso de 1857 o Governo da Província considera que a vida na Vila voltou ao normal depois dessa correção de rumo... e reduz o efetivo do destacamento local de 16 para 5 guardas.

As sessões do Tribunal do Júri, Termo Unido a Itapetininga, a Desanexação do Termo e a Comarca

Lentamente, mas muito festejada, foi a chegada dos homens da Justiça. A Vila de Itapetininga, distante 20 léguas de Botucatu, abrigava o Fórum da Comarca. Era muito longe, para as audiências, julgamentos e outros procedimentos. A idéia que surgiu foi criar, aqui, sessões do Tribunal do Júri para superar essas dificuldades. A primeira forma para isso foi chegar à condição de **Termo Unido a Itapetininga**, uma

forma jurídica pouco independente, porém um primeiro passo. Isso ocorreu em 1857 e permitiu uma sucessão de sessões do Tribunal do Júri, celebradas na própria Vila. Mas, apenas muito tempo depois. No decorrer de 1860 veio para cá o juiz de direito Dr. Olegário Herculano de Aquino e Castro. Depois de proceder à aprovação da lista dos jurados (o que já havia sido, previamente, combinado com o presidente da Câmara de Vereadores local, Francisco de Paula Vieira, em viagem que o mesmo fizera com o objetivo de acertar os detalhes dessas sessões iniciais do Júri), o Dr. Olegário pernoita na cidade, escolhe os cidadãos aptos e, no dia seguinte (6 de agosto), preside a primeira e inicia uma série de sessões do Tribunal. Outras séries de sessões viriam, até que houvesse a **desanexação do Termo de Botucatu**, dando uma autonomia maior à Vila, coisa que ocorreu apenas em 15 de dezembro daquele ano.

Daí, até à criação da **Comarca** foi um pulinho...muito grande e demorado. Demorado porque, entre outras coisas, a eclosão da Guerra do Paraguai paralisou o Estado Brasileiro, sugando recursos, efetivos e iniciativas. A “Comarca”, como condição jurídica, seria criada, com sede em Botucatu, somente em 20 de abril de 1866, pela lei número 61 e sancionada pelo presidente em exercício da Província, o vice Joaquim Floriano de Toledo. A lei dispunha que pertenceriam à Comarca de Botucatu os Termos de Itapeva da Faxina, Apiaí e Lençóis. O território abrangeria, entretanto, grande extensão, cobrindo do lugar denominado Rio Feio (atual

Porangaba) ao Rio Paraná (defronte de onde lhe desce o Rio Pardo que vem do Mato Grosso do Sul) e toda área compreendida entre os Rios Tietê e Paranapanema.

Café, coronelismo e violência

A plantação de café, em escala, começou por volta dos anos 70 do século XIX. Foi por essa época que se instalaram, nas imediações da Serra, principalmente nas suas encostas, as primeiras fazendas. Com essa produção veio o enriquecimento da Vila, o crescimento populacional, a necessidade do aumento da mão de obra escrava utilizada na produção e, depois, imigrante e principalmente, o mando político baseado na propriedade da terra. É quando começa, de fato, a nossa fase de coronelismo.

Mateiros e caçadores de índios

Agressivos e impiedosos no trato com os indígenas da região noroeste e sudoeste do município, foram os mateiros contratados pelos coronéis e outros mandantes. A crônica histórica mostra que a chegada do mais célebre deles, José Theodoro de Souza, ao sertão de Botucatu (região noroeste e sudoeste do estado) é coberta por lacunas ainda a serem preenchidas. Mas quem era ele? Mineiro originário da região sudeste das Minas Gerais, em meados do século XIX, conta-se que tenha sido trazido pelo cacique político de Botucatu, Capitão Tito Correa de Mello, genro de José Gomes Pinheiro, fazendeiro pioneiro (documentos relatam que já havia adquirido as Fazendas Monte

Alegre e Capão Bonito, no longínquo 1808) e doador da primeira gleba para formar a Freguesia de Botucatu (1843).

Diz o livro da historiadora Maria do Carmo Sampaio Di Creddo, citado pelo Jornal da Cidade, Baurú (*), que José Theodoro de Souza legalizou uma grande gleba de terras utilizando o artifício de fazer, junto ao vigário de Botucatu, em 1857, uma declaração de posse retroativa. Esse artifício era muito comum, para novas ocupações, feitas após da promulgação da lei de terras de 1850. *“Então, ele declarou, então, perante o vigário de Botucatu, que era dono de uma posse desde 1847 e que estava fazendo o registro em 1856, conforme o regulamento de 1854...A gleba de José Theodoro de Souza se estendia por dez léguas, da barranca do Paranapanema até o espigão divisor com o Rio do Peixe, ainda desconhecido, e 25 léguas do Rio Turvo do Ribeirão Figueira, cujas nascentes ficavam no rumo do mencionado espigão.”*

O desbravador morreu em 1875 e contribuiu para o nascimento de povoados, como Avaré, Lençóis, Santa Bárbara do Rio Pardo, Timburi, São Manuel, São Pedro do Turvo entre outros.

Mateiro veio para expulsar índios

O historiador Celso Prado, de Santa Cruz do Rio Pardo, que pesquisa sobre José Theodoro de Souza há longo tempo, diz que ele, o José Theodoro, era considerado “desbravador do sertão meridional” e uma figura controversa.

(*) Jornal "Cidade de Bauru", edição de 28 de fevereiro de 2016.

“Após vinte e cinco anos de sua entrada triunfal na antiga Vila de Botucatu, ele morreu pobre, endividado e esquecido em Campos Novos Paulista em 24 de julho de 1875...”. E diz mais... “Por muito tempo, prosperou uma versão de que ele teria tombado por golpes de borduna de algum indígena renegado. Na verdade ele morreu paralítico. Quem morreu esquartejado, por índios, foi o irmão do pioneiro, Francisco de Souza Ramos. Também o filho, Theodorinho, morreu flechado num confronto com indígenas e teve o corpo também esquartejado.”

Um parceiro de figuras históricas do velho Botucatu

Celso Prado vai além, e acrescenta uma conceituação nova, baseada em informações colhidas em cartórios e outras fontes, dando para nós uma luz sobre o personagem: *“José Theodoro meteu-se em incidentes históricos, quando da deflagração da Revolução Liberal e da liberação de Euzébio da Costa Luz, em Sorocaba.”* Opa!!! Euzébio da Costa Luz foi irmão de Joaquim da Costa e Abreu, o mineiro povoador dos primeiros tempos e que desafiou o capitão José Gomes Pinheiro numa disputa por terras, no que é hoje as proximidades do morro de Rubião Junior (antigo Cerro Capão Bonito), fato abordado em outra parte deste trabalho.

Mas a única informação sobre esse personagem tão interessante nos foi dada a conhecer pelo livro *Achegas para a História de Botucatu*, 3ª edição (*), que revelou a íntegra de um

(*) *Achegas para a História de Botucatu*, 3ª edição, páginas 68 a 70, Hernani Donato

relatório do sub delegado de Botucatu, pesquisado pelo arcebispo Dom Zioni, nos arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo, dando conta de intrigante confronto entre o primeiro vigário, Joaquim Gonçalves Pacheco, e figuras de um grupo político rival, liderados por Euzébio da Costa.

O historiador Celso Prado nos diz, também e com todas as letras, na excelente matéria histórica do Jornal da Cidade de Bauru, que fora a família de Joaquim da Costa e Abreu, mineiro, a trazer o “bugreiro” a estas plagas. Até então, sem mais pesquisas, a informação que nossa cidade sempre consumiu foi que o feito poderia ser atribuído ao Cap. Tito Correa de Melo, genro do capitão fundador José Gomes Pinheiro.

Invasão do sertão, ocupação das terras e expulsão dos índios

Porém, é fato pacífico que o Capitão Tito Correa de Melo operou a ocupação do território utilizando entradas de camaradas que lhe eram fieis, comandados por José Theodoro de Souza. Em um opúsculo publicado em 1939, na cidade de Avaré, sobre a história daquela vizinha cidade, é citada uma publicação feita por ele, Tito, em 1889, na qual declara suas relações de trabalho e ação com o povoador José Theodoro: "De volta de sua excursão nas terras dos índios caiuás e botocudos, José Theodoro de Souza, que chefiava o bando de "posseiros", consultou-me se devia conservar o nome dado pelos selvagens aos rios e morros encontrados, bem como aos campos, ao que retorqui ser

melhor dar-lhes nomes novos, de acordo com a nossa linguagem. E então ficou combinado o registro das posses efetuadas..."

Capitão Tito

A figura mais importante deste período, na política, será sem dúvida o Capitão Tito Correa de Melo e sua hegemonia vai se estender até o advento da República. Até então ocupa sucessivamente várias posições na política local, quer como delegado de polícia, quer como Deputado eleito para duas legislaturas (1880/1881, e 1884/1885).

O Capitão Tito era professor, no início de sua vida profissional. Foi o primeiro mestre-escola da cidade de Rio Claro, sendo também, secretário da Câmara Municipal daquela cidade. Depois disso transferiu-se para Itapetininga e, dali, para Botucatu, onde veio participar como um dos organizadores da Fazenda Lajeado, no início das plantações de Café.

Casado com uma das filhas do Capitão José Gomes Pinheiro, o Capitão Tito transformou-se no seu herdeiro político e, quando eleito para a Assembléia Provincial, suportou forte retaliação de outros deputados, principalmente quando os crimes ocorridos em Botucatu chamavam a atenção da imprensa paulistana.

Seu estilo de intervenção na política local foi o que lhe deu a marca de "Coronel". Disputava com paixão suas posições e, quando julgava necessário, exhibia sua força com demonstrações de um pequeno contingente de escravos, camaradas e outros fazendeiros aliados, utilizando de

preferência os “passeios” pelas ruas da pequena Vila. Com isso pressionava seus adversários.

Morreu em 1907, residindo no seu casarão no outeiro situado atrás do ginásio de Esportes da AAFerroviária, onde hoje é uma mercearia. Nunca aceitou a acusação de violento e atribuiu aos adversários políticos a origem de sua fama. A última entrevista do capitão Tito, resgatada do jornal O Botucatuense, foi republicada no jornal Diário da Serra nos dias 3 e 4 de julho de 1999, por iniciativa do autor.

Um emaranhado de informações contraditórias

Sobre o Cel. Tito Correa de Mello existe um emaranhado confuso de afirmações. Ele é descrito na tese de José Roberto Santana, "Ocultos e Excluídos" (*), como um cidadão dos mais destacados em Rio Claro, tendo sido o primeiro professor público do lugar, e representado os cidadãos daquela cidade, quando dos acordos para a emancipação em relação a Limeira. No texto "Tito: da pena ao chumbo", o autor diz que Tito redigia as atas da Câmara e, citando "Historia de Rio Claro", segundo antigos moradores afirma que Tito "lecionava das 10 às 15 horas e, ao meio dia, dava 30 minutos de folga aos alunos. Na aula, mestre Tito franzia o olho, ao menor ruído e apontava a célebre Santa Luzia, que espreitava os discípulos, dependurada à porta." Tito assumiu a escola, nomeado pela Câmara de Piracicaba para lecionar em Rio Cla-

(*) *Ocultos e Excluídos*, 2002, Rio Claro "Ensaio sobre a História de Rio Claro no século XIX"

ro, em 7 de fevereiro de 1844, com um salário de 20 mil réis. Saiu dali, segundo o mesmo texto, em 1847.

Essas relações com José Theodoro de Souza, descritas anteriormente, poderiam ser casuais, mas não eram. Na publicação sobre Avaré, citada anteriormente, é a primeira vez de que se fala de suas ligações muito próximas com o sertanista José Theodoro de Souza. Foi nesse opúsculo "Avaré, história e Geografia", publicado em 1939, pela Tipografia Central (Avaré) que se consolidou a informação de que o povoador José Theodoro de Souza veio à região pelas mãos do Capitão Tito Correa de Melo. Diz-se à página 06, reproduzindo um depoimento publicado em 1889 pelo capitão Tito (*), acerca da fundação de Avaré que "O major Victoriano (**), a quem me prendiam laços de parentesco por lado de minha mãe, em 1840 viera comigo de Pouso Alegre e ficara em Sorocaba negociando com tropas, do qual era entendido, pois fora o mais conhecido tropeiro, desde a cidade de Campanha, até o Ouro Fino. Anos depois, passando por Sorocaba, o meu compadre José Theodoro de Souza, que vinha a Botucatu a meu chamado, e conhecendo a finalidade da viagem do conterrâneo, Major Victoriano, incorporou-se ao grupo de pousoalegrenses que vinham povoar o sertão do Paranapanema...."

Custa acreditar que um professor tenha se transformado num chefe político tão temido e

(*) O opúsculo não diz onde o texto do Capitão Tito foi publicado.

(**) O Major Victoriano de Souza Rocha é considerado um dos fundadores de Rio Novo (Avaré)

apadrinhado uma expansão feita à base da violência e extermínio de tribos e povos indígenas.

A expulsão do juiz e o assassinato do advogado

Dois fatos chamaram muito a atenção do judiciário paulista e da imprensa da capital de São Paulo e da Corte, o Rio de Janeiro. A primeira foi a expulsão do juiz Luiz Ernesto Xavier, consumada sob pressão de outro dos grandes plantadores de café da cidade: João Ferreira Gordo, proprietário da Fazenda Morro Vermelho. De perfil violento, Ferreira Gordo deu tempo para o juiz cair fora da cidade. Depois, começou a persegui-lo até as barrancas do Rio Tietê, para onde o juiz rumou, procurando chegar até Piracicaba, de onde tomaria o trem para São Paulo. Foi o que fez. Na capital relatou tudo por um dos jornais então existente.

O outro fato que marcou a época foi o assassinato do advogado José Gonçalves da Rocha, que ofereceu denúncia contra o mandante de cruel tratamento dispensado a um escravo em sua fazenda, Morro Vermelho, unidade até hoje existente. Atingido, na barriga, por dez projéteis de chumbo, disparados da rua, agonizou por mais de 30 dias. Teve tempo de prestar depoimento no inquérito e declarou suas suspeitas. Para ele o mandante era Ferreira Gordo. (*)

O acusado da execução foi preso no dia seguinte. Logo depois do crime, ocorrido na

(*) Dois crimes abalaram os anos de 1885 e 1887 na pequena cidade: o assassinato de Anna Roza e dois anos depois o assassinato do advogado José Gonçalves da Rocha

Rua Riachuelo (atual Amando de Barros), num casarão existente nas proximidades da, hoje, Padaria do Bosque, apareceu gente apontando Antonio Pedro como o executor. O inquérito implicou Ferreira Gordo. Antonio Pedro estava contratado por ele para trabalhar na Fazenda, havia uma semana. Falava demais, bebia muito e contava vantagem. Nunca acusou um mandante, mas as declarações do advogado agonizante, e evidências, empurravam nesse sentido. Ele também foi preso, tempos depois, e cumpriu pena. Perdeu tudo. Condenado às “galés perpétuas” foi recolhido à Ilha de Fernando de Noronha.

Surgem os Republicanos

Na realidade quem vinha se opondo aos coronéis, até por força da profissão, eram os advogados, os juizes, os promotores. Gente do judiciário. Era isso o que ocorria: acabava sobrando para o judiciário, principalmente depois de criada a Comarca, dar um jeito nos desmandos. Por mesma essa razão é que foi de dentro do Judiciário que surgiram os principais republicanos locais.

Dois fatos confirmam isso: a presença de uma delegação na Convenção Republicana de Itu e o surgimento de um jornal Republicano (A Tribuna), já nos estertores do Império.

O Dr. Bernardo Augusto Rodrigues da Silva, advogado e Domingos Soares de Barros, José Rodrigues César e outros botucatuenses, estiveram presentes na famosa reunião que os republicanos paulistas resolveram fazer, no mesmo

dia e hora em que o Imperador iria a Itu inaugurar a Cia Ituana de Estradas de Ferro, em 1873.

Esse evento passou à história brasileira como a Convenção Republicana de Itu e, hoje, na mesma casa que abrigou os convencionais, a Universidade de São Paulo mantém um museu temático, aberto à visitação.

Já o jornal “A Tribuna” surgiu nos anos 80 e era elaborado clandestinamente, com distribuição feita de mão em mão e desancava os próceres monarquistas locais (os tais coronéis) e a própria monarquia. Segundo declarações do gráfico que o fazia, ele também republicano e funcionário das oficinas do nosso primeiro jornal legal, chamado “Gazeta de Botucatu”, era o juiz de Direito local quem elaborava os principais artigos. (*)

A chegada dos imigrantes

A chegada dos primeiros imigrantes em Botucatu, destinados ao trabalho nas fazendas de café, ocorreu por volta dos anos 75 do século XIX (**). Talvez alguns tenham vindo antes, pouco mais ou menos. Mas a verdade é que alemães, italianos e espanhóis, vieram com pouquíssima diferença de tempo. Vieram para completar a necessidade de crescimento de novos contingentes de trabalhadores rurais, de vez que a produção crescia, necessitando de mais braços na lavoura. Foram dividir com os africanos, e seus filhos, a labuta diária no café.

(*) Pode ser que o chamado “juiz” fosse algum advogado ou promotor, somente conhecido pelo editor do jornal.

(**) A partir de 1866 Botucatu já havia recebido parte dos imigrantes sulistas, saídos dos Estados Unidos após a derrota dos Estados Confederados, na Guerra da Secessão.

Contratados em bases diferentes, significaram um sopro na luta pelos direitos trabalhistas. Sua chegada implicou na mudança no relacionamento entre proprietários das fazendas e trabalhadores contratados. Começaram a trabalhar antes que a escravidão terminasse (1888). Seus contratos, firmados em bases de liberdade de venda da mão de obra, influenciaram os empregadores locais, acelerando o fim da escravatura. E isto foi fundamental para que a pequena cidade do alto da Serra mudasse também.

Em outras épocas aqui aportaram: russos, poloneses e bielorrussos (quase todos judeus), espantados daquela região após a revolução bolchevique de 1917.



Colônia oriunda da Besarábia, de origem judaica, dedicou-se ao pequeno comércio de roupas e móveis. Outros, eram originários da Rússia, Ucrânia e Polônia, fugindo ao forte anti-semitismo do princípio do século XX

Foto feita por João Pinto da Rocha (provável)

1889 - 1930

Começa a República

A proclamação da República significou para Botucatu uma revolução. Alterou o poder de mando, levou para o legislativo pessoas novas e criou base para o crescimento da cidade, livre dos entraves: o coronelismo, a escravidão e as velhas rusgas políticas. Mas, como veremos, surgiriam outros.

A Câmara com Espírito Republicano

A Câmara de Vereadores estava eleita há um bom tempo, mas no dia 16 de novembro, menos de 24 horas depois da proclamação, resolveu chamar os vereadores para uma reunião na Casa de Leis, para apreciar a situação. Na noite do dia 15, o povo saíra para a rua e estava se dirigindo para a Casa da Câmara, que então se localizava na esquina da Marechal Deodoro com a Rua Riachuelo (atual Amando de Barros), quando o delegado de polícia resolveu impor a ordem, mandando disparar sobre os populares os parques rifles existentes nas mãos dos poucos guardas municipais. Não adiantou.

Não foram disparados, segundo consta. Mas isto lhe custaria o cargo.

No dia seguinte a Casa da Câmara estava lotada. Sobrava gente, dentro e fora, na esquina defronte ao Banco do Brasil (sede antiga). E então, a Câmara, formada por José Pires de Camargo Rocha, Amador Bueno da Ribeira, José Martiniano da Fonseca Lima, Joaquim Benedito de Castro, Miguel da Silveira Castro e Francisco Cândido Furquim de Campos, declarou que aderira ao Movimento Republicano, depois de considerar que o município era neutro. Em seguida, deliberou comunicar ao governo paulista, sua decisão.

Do lado de fora o povo queria mais; queria que a Câmara constituísse a si mesma num poder único e provisório, visando consolidar o novo governo da República. Em vista disso a própria Câmara se declarou e assumiu o Governo Municipal Provisório, reconhecendo para si um caráter transitório. Em seguida, e sob novas pressões que vinham do lado de fora, constituiu e deu posse a novos nomes: nomeou para prefeito provisório da polícia a Raphael de Moura Campos, e como seus suplentes a Amando do Amaral Barros e Dr. Bernardo Augusto Rodrigues da Silva.

Enquanto o presidente expedia comunicado aos interessados para que tomassem posse imediatamente, do lado de fora o povo soltava vivas e a banda de música não parava de tocar o Hino Republicano. Do lado de dentro, o Dr. Luiz de Campos Mello fez um apaixonado discurso republicano e ofereceu uma pena de

ouro para assinar a ata que deveria surgir depois do evento, pena de ouro que deveria ficar nos arquivos da Câmara, *“não podendo servir para qualquer outro ato, antes ficando arquivada como lembrança da Gloriosa data...”* (ah...esses arquivos municipais!!!)

O Conselho de Intendência

Não adiantou muito o exercício efetivo, algumas rugas com o judiciário, as justificativas diante da denúncia que foi parar no Palácio do Governo em São Paulo, de que a Câmara se comportava de maneira relapsa. Em 13 de fevereiro de 1890 a Câmara de Botucatu estava destituída e o governo havia nomeado um Conselho de Intendentes, como o fizera em todo o país. Novos nomes surgiam na cena política; os velhos vereadores davam lugar aos com perfil muito diferente dos primeiros: Rafael Ferraz de Sampaio (advogado), Antonio José da Costa Leite (médico), João Ribeiro de Carvalho Braga (pastor protestante), Alberto de Araújo, Amando do Amaral Barros (comerciante), Francisco Antunes de Souza e Antonio Joaquim Cardoso de Almeida (comerciante).

Modernização e Crescimento

Ao trabalho dessa primeira Intendência devemos a modernização do plano viário e organização dos quarteirões do centro da cidade, com abertura de avenidas e ampliação de outras. Por força do trabalho de Rafael Ferraz de Sampaio, a Câmara contratou um engenheiro para abrir a Avenida Floriano Peixoto e levar

comunicação até à Estação Ferroviária. Depois, pediu a abertura das ruas Áurea (Cardoso atual), General Teles e Cesário Alvim (atual João Passos) a essa mesma Avenida Floriano. Inaugurou o cemitério Portal das Cruzes em 1893, implantando uma nova sistemática, republicana, com a nova necrópole servindo a todos os credos. Determinou, assim, o fim dos cemitérios evangélico e católico. E como este estivesse obstruindo a General Teles, transferiu os restos mortais que ali ainda estavam enterrados para o novo cemitério, isto em julho de 1899. E assim, liberou a General Telles e a Marechal Deodoro que, livres, se encontraram na praça onde hoje está o prédio do antigo Fórum, futura Pinacoteca do Estado em Botucatu.

Vinte anos de Desenvolvimento, garantidos pelo segundo grande planejamento municipal.

Todas essas obras, incluindo o plano de expansão e reordenação das vias públicas, fazem parte do que pode ser considerado o 2º grande plano de desenvolvimento do município de Botucatu.

Os novos nomes que vinham chegando (a Câmara foi sendo renovada, sempre) lançaram-se num período de modernização da cidade, que durou perto de 20 anos, fazendo aparecer uma cidade inexistente até então. **Energia Elétrica:** A Câmara encomendou uma primeira concorrência e entregou a uma empresa a construção da Usina e distribuição da energia, ainda em 1897. Não deu certo e o processo arrastou-se por dez anos, passando de mão em mão, até

que Manfredo Antonio da Costa, engenheiro ferroviário, levou a cabo a tarefa. A energia elétrica estabeleceu-se em 1907. **Água Encanada:** Também inaugurada em 1907, com caixa d'água construída onde hoje é o Espaço Cultural e a distribuição feita por gravidade, com canalização descendo pela Avenida Campo Santo (atual Dom Lúcio). E mais, faz-se construir um sistema de coleta e afastamento de esgoto, com seu tratamento realizado numa estação que ficava nas imediações do antigo albergue noturno, na avenida Paula Vieira. Ali, até o início dos anos 50, Botucatu tratava os dejetos, antes de lançá-los no Ribeirão Lavapés. **Grupo Escolar:** a primeira escola pública local, para ser especialmente uma casa de ensinar foi construída em 1897. Mas já estava criada e funcionando em outro lugar, desde 1895. Era obra da República, que deu especial atenção ao ensino. E foi ocupar, contrariando costumes de então, um lugar na Praça da Matriz. É o Cardoso de Almeida (hoje chamado Cardosinho) essa sólida construção, ainda muito desfigurada de seu projeto original, mas que está ali, como testemunha de um tempo. **Escola Normal Primária:** em 1911, sendo deputado o ex-intendente Amando de Barros, colocou no orçamento (elaborado em dezembro de 1910) a criação dessa bela Escola. Nasceu o atual EECA, aprovado nas discussões para o orçamento de 1911.

O Crescimento Populacional

Quando o primeiro grupo de Intendentes assumiu o poder, a economia do município

mostrava que a cidade ia começar a viver sua melhor fase. O café produzia riqueza, aos montões (em 1920 eram 12 milhões de pés produzindo), trazendo com a exportação, os dividendos que a cidade precisava para bancar seu desenvolvimento. Bancou modernizando-se, dando mais conforto ao núcleo urbano, disciplinando as matérias de sua vida. Preparada, viu chegarem sucessivas levas de imigrantes, que não paravam. Quando o Governo começou a medir o crescimento da população, em 1900, Botucatu tinha 26.047 mil habitantes. Muito diferente dos 9.300 habitantes constatados em 1873. Em 1870 eram apenas as três ruazinhas: a Riachuelo (atual Amando de Barros), a de cima (atual João Passos) e a de baixo (Curuzú). Na virada do século a cidade já se propagara ao longo da encosta atingindo a atual esplanada das escolas, descera pela Avenida que seria a Santana, e alcançara a Vila dos Lavradores, (um loteamento de 1893). Em 1905 foi a vez da Boa Vista ter seus terrenos loteados. O velho cemitério evangélico, existente desde os tempos dos americanos (década de 60 do século XIX), localizado na confluência da Veiga Russo com a Rua Miguel Alvarenga, foi extinto em 1906.

A Indústria local

Resultado do crescimento da plantação do café – com as conseqüentes levas de imigrantes e o crescimento populacional, demandando produtos para consumo, surgiu na cidade uma forte indústria. Inicialmente trabalhando com implementos agrícolas e produtos para

beneficiamento do café, arroz e algodão, numa política de substituir as máquinas importadas (de fora do país ou de outras regiões). Neste particular destacaram-se a Industria Blasi e a Milanesi. Posteriormente, inciou-se o forte núcleo alimentício, destinado a sobreviver por longo tempo, até bem perto dos anos 60, dedicado a suprir os armazéns que vendiam para as fazendas: macarrão, vinhos, licores, refrigerantes (conhecidos como gasosas). Neste setor pontificaram a Indústria Lunardi, as Indústrias Bacchi, as Indústrias Martin (bebidas), a Indústria de Aléssio Varoli (bebidas) e muitas outras.

A Industria local produzia de tudo: sedas, fósforos, peneiras, calçados, chapéus, carroças, carros para cavalos, charretes, carruagens, e reuniu um expandido núcleo de curtumes, dos quais ainda hoje resta um trabalhando (Pioneiro).

A Política divide a cidade

Não se esperava, mas acabou acontecendo. O Partido Republicano Paulista, motor da república brasileira, acabou se dividindo em alas, com expressão nos municípios. Em Botucatu isto colocou em campos opostos duas fortes lideranças: o Cel Amando do Amaral Barros (que havia sido nomeado para o Primeiro Conselho de Intendentes) e José Antonio Cardoso de Almeida, (filho do também primeiro Intendente José Joaquim Cardoso de Almeida). Essa polarização passou à história local como a mais flagrante divisão política da primeira República e marcou-a até o final. Cardosistas e Amandistas revezavam-se no poder e disputavam car-



O capitão José Pedro Ribeiro assumia ser um “gafanhoto”, mas era tão fanático que mandou fazer esta montagem fotográfica. Membro de antiga família, aparentado também com os Corrêa, nasceu e viveu na região da Pratinha (hoje Pratânia) onde seu pai Antonio Pedro Ribeiro instalou-se desde 1860. Imagem cedida pelo seu neto “Quim Totó”, conhecido tropeiro, pouco antes de falecer.

gos com fúria sem igual. Hora uns dominavam a maioria na Câmara de Vereadores (da qual saía o prefeito, por voto indireto). Hora eram os outros.

O povo, que a tudo observava, apelidou-os de Gafanhotos e Carrapatos. Mas a brincadeira foi assumida pelos eleitores de ambos os lados, que se declaravam do Partido dos Gafanhotos ou do Partido dos Carrapatos. Diz o médico, vereador e historiador Dr. Sebastião de Almeida Pinto: *“Dizem as más línguas que os amandistas eram os Gafanhotos e os cardosistas eram os Carrapatos... Os Gafanhotos eram assim chamados porque por onde passavam, quando de cima, tudo comiam, arrasando a economia municipal. Já os Carrapatos eram assim denominados, porque quando donos do município, tudo sugavam...”*

O Fim da Primeira República

O ciclo de prefeitos da Primeira República encerrou-se de maneira melancólica, em 1927. Antonio Cardoso do Amaral, irmão de José Antonio Cardoso de Almeida e vereador várias vezes, deputado estadual outras tantas, prefeito também, protagonizou a Primeira República quase na sua totalidade. Foi o iniciador da saga do cinema em Botucatu; manteve três salas ao mesmo tempo, construiu o primeiro pavilhão do Cine Casino, e repassou seus empreendimentos a uma nova firma, ainda nos anos 20. Foi prefeito nos anos da ocupação militar de 1924 e meteu-se numa briga sem fim com a família Almeida (dona do jor-

nal Correio de Botucatu e da Casa Editorial Irmãos Levy), sendo levado a afastar-se da Prefeitura em 1927, logo depois de comprovado seu envolvimento numa emboscada ao rebento mais irrequieto dos Almeida, numa quarta-feira de carnaval. O fato passou à história como “O Crime da Madrugada de Carnaval”, entrevisto que opôs três correligionários e o próprio prefeito ao jornalista Eurico Levy de Almeida (*), ambos os lados litigantes armados de punhais e bengalas, em plena Praça do Bosque. Quando a Revolução foi vitoriosa, em outubro de 1930, a Primeira República, em Botucatu, já ouvia os acordes do réquiem para os novos Coronéis, há pelo menos três anos.



(*) Acerca de Eurico Levy, o historiador, médico e vereador Sebastião A. Pinto, que o conheceu pessoalmente diz, em artigo pelo Correio de Botucatu, em 07 de novembro de 1968: “...Eurico era repórter, redator e tipógrafo... Bom coração. Mão aberta. Sempre bem humorado...Mas era bravo. E valente. Não temia caretas. E quando preciso, brigava a valer. Fui testemunha de uma briga, onde ele, enfrentando vários adversários (2 deles com fama de valentões), acabou ferindo os tais a golpes de faca... Perdido o contato com o veterano homem de imprensa, dele não mais tinha notícias. Mas um dia, em Curitiba, numa excursão que eu fizera ao Sul, fui encontrá-lo em casa de Aluizio Marques, com quem residia. Envelhecido, pobre e doente, trazia no rosto as marcas das desilusões. E, na alma as cicatrizes das lutas que encheram sua vida de idealista e artista...”

1930 - 1947

Anos Conturbados

O Movimento iniciado no Rio Grande do Sul, do qual participou a quase totalidade dos revolucionários de 1924, culminou com a queda do governo Washington Luiz. Esse movimento passou à história com o nome de Revolução de 1930, e deu início ao mais conturbado período da história política do Brasil. Em Botucatu foram quase vinte anos de crises sucessivas, nos quais o prefeito local era indicado pelo ocupante temporário do governo do Estado, quase sempre um interventor.

Em cena, os Revolucionários de 24

Vencedores, os revolucionários, assumiu a presidência da República, provisoriamente, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. Em seguida, passaram a instituir a nova ordem nos municípios dos vários Estados. Em São Paulo assumiu o ex-tenente, Capitão do Exército João Alberto, que havia sido um dos quatro comandantes de tropas da Coluna Prestes-Miguel Costa, em seu périplo pelo Brasil, entre os

anos de 1924 a 1927. Anistiados, todos os revolucionários, que estavam exilados voluntariamente na Bolívia, foram voltando aos poucos... para conspirar novamente. O movimento de 1930 foi o resultado da aliança dos remanescentes da Coluna Prestes e alguns caudilhos regionais do Brasil, entre eles, o principal, Getúlio Vargas. O único a ficar de fora dessa conspiração acabou sendo o comandante em chefe da Coluna, Luiz Carlos Prestes, já acentuadamente influenciado pelas idéias socialistas.

A destituição da última Câmara da Primeira República

A última Câmara de Vereadores da Primeira República havia feito uma sessão a 5 de setembro de 1930; não tivera tempo para uma nova reunião. Os vereadores, empossados a 15 de janeiro daquele ano eram: Mário Rodrigues Torres, dr. Antonio Carlos de Abreu Sodré, Ricardo Zanotto, dr. João Cândido Vilas Boas, dr. Sebastião Vilas Boas, Humberto Vicentini, Octacílio Nogueira e Pedro Conceição Serra Negra. Esta Câmara governou a cidade por menos de um ano, sendo destituída em 7 de novembro de 1930, para dar lugar ao primeiro governante que enfeixava em suas mãos os poderes legislativo e executivo, ao mesmo tempo: Antonio de Moura Campos.

Mas os “companheiros” da Revolução de outubro ainda não haviam chegado. E eles já estavam aqui há um bom tempo! Leônidas da Silva Cardoso vai ser o primeiro deles a assumir o governo municipal, dando representação

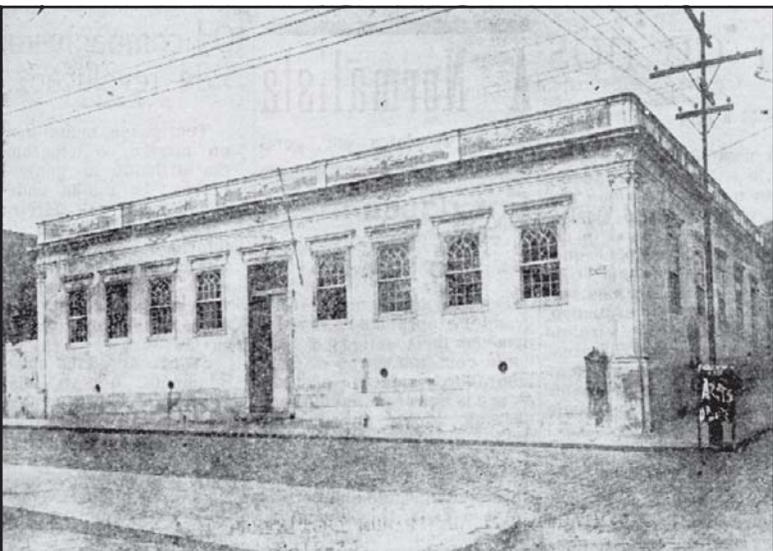
a todos seus pares: José Damião Pinheiro Machado, Gastão Pupo, Alfredo Bueno e outros que eram remanescentes da ocupação da cidade em 1924, ou da “Coluna”. Empossado em 21 de abril de 1931, Leônidas fica no cargo pouco mais de um ano, sendo substituído, em 2 de março de 1933, por Manoel Deodoro Pinheiro Machado, jornalista, que também não durou muito: saiu em 7 de agosto.

Revolução Constitucionalista de 32

A Revolução dos Paulistas foi uma epopéia que envolveu a todos os botucatuenses. Existe sobre a participação da cidade, pelos menos, dois excelentes livros: um do dr Sebastião de Almeida Pinto (*) e um livro, editado em 2004, pelo ex-articulista dos jornais “A Gazeta de Botucatu” e “Correio de Botucatu”, já falecido, Luiz Baptistão (**), que foi secretário da Junta de Alistamento de Voluntários, organizada pelo Professor Silvio Galvão, logo no início do conflito. Além, é claro, do clássico sobre a Revolução de 1932, com circulação nacional, escrito por Hernani Donato. Por esses documentos ficamos sabendo do envolvimento dos jovens (que acorreram em massa para se alistarem), do entusiasmo do Bispo Diocesano Dom Carlos (que organizou um batalhão de caçadores e levou-os para combater por São Paulo), do engajamento das Indústrias (metalúrgicas, como o Blasi), que mudaram suas matrizes e passaram a produzir granadas e mor-

(*) “1932 – Botucatuenses na Frente Sul” – edição 1932

(**) Gente de Dantes, Luiz Baptistão – 1ª edição 2004



Antigo Paço Municipal (prédio atual da Câmara)

teiros) (*), das mulheres, que se revezavam no Centro de Atendimento ao Voluntário (escrevendo e respondendo cartas dos voluntários), das crianças de todas as idades, (que auxiliavam na confecção de agasalhos e envio de mendas para os soldados da frente).

À derrota de São Paulo e à assinatura do armistício, seguiu-se a humilhante ocupação da cidade por tropas gaúchas, já vindas a esta Serra nos idos de 1924 e 1930. Desta vez o troco foi contumaz: as janelas se fecharam; homens, crianças e mulheres num mutismo significativo; ninguém deu-lhes guarida.

As tropas dispersaram-se pelos jardins, pela esplanada das escolas e ocuparam, sozinhas, a Santa Casa de Misericórdia, deixando-a depois de 20 dias, exaurida de seus recursos.

(*) Entrevista informal com Francisco Delevedove, em sua oficina, anos 1970 (várias ocasiões), relembrando fatos da ocupação das Indústrias Blasi, onde fora torneiro mecânico, e da pressa em enterrar formas e granadas produzidas, no chão da fábrica, sob o comando do Ten. Miguel Blasi

As eleições de 1935

Derrotados, os paulistas viram parte dos seus sonhos realizados. Em 1933 o Governo da República, tentando retomar a iniciativa política, convocou a Assembléia Nacional Constituinte, que resultou na Constituição de 1934. Como resultado dela os municípios puderam realizar eleições para suas Câmaras de Vereadores. Em Botucatu foram eleitos: Dr. Mário Rodrigues Torres, professor Afonso Celso Dias, Antonio de Moura Campos, Dr. Nestor Seabra, Domingos Bacchi, Theodomiro Carmelo, dr. Jaime de Almeida Pinto, Dr. Joaquim do Amaral Gurgel, Manoel Deodoro Pinheiro Machado, Genésio Batistão, e Agenor Nogueira.

Os Conselhos Consultivos

Até que isso ocorresse, a cidade assistiu à nomeação do seu primeiro Conselho Consultivo, um colegiado de cidadãos, formado por Agenor Nogueira, Sídraco Bacchi, Joaquim José Pinto, Raphael João Raphael e João Tomás de Almeida. Este Conselho governou de 10 de junho de 1933 a 17 de maio de 1934. A sua tarefa era provisória e deveria esperar as próximas eleições. Veio o Segundo Conselho Consultivo, formado por Moacir Corte Brilho, Domingos Bacchi, Jaime de Almeida Pinto, Joaquim Amat e Esdras Dias Ferras, tomando posse a 18 de maio de 34 e estendendo-se até 23 de maio 1936, data em que a Câmara, eleita em 35, assumiu.

Nessa nova fase foram prefeitos provisórios o capitão João Batista Correia de Melo (7/08/33 a 6/03/34) e Carlos César (7/03/34 a 25/

08/35), Mirabeau de Camargo Pacheco (26/08/35 a 27/11/35) e Elon Rodrigues Alves (28/11/35 a 23 /05/36).

A Câmara toma posse, mas não termina o mandato

Quando assumiu o Município, a Câmara eleita em 1935 tratou de escolher o prefeito para o novo mandato. Seria um de seus pares, pois a eleição era indireta. Foi, assim, escolhido o vereador Antonio de Moura Campos. Isso ocorreu em junho, mas em 21 de agosto Antonio de Moura Campos solicita licença e afasta-se por dois meses, sendo substituído pelo suplente de vereador, Nestor Seabra. Esta Câmara exercia o seu mandato quando foi dissolvida em 10 de novembro de 1937, na seqüência do golpe, dado pelo próprio Getúlio e que criou o Estado Novo - uma das duas terríveis ditaduras por que o nosso país passou.

A crise do café – quebram as fazendas

O cultivo do café já vinha sofrendo graves problemas, quase todos eles relativos à super produção; um problema que vinha sendo muito discutido desde 1918, quando da forte geada que abalou a produção e reduziu os cafeeiros a menos da metade. Mas foi a quebra da Bolsa de Café, de Nova York, onde eram negociados os lotes de todo o Planeta, que deu um golpe de misericórdia na instável economia cafeeira. As fazendas ficaram sem remuneração do café produzido na safra de 1928, deixando de honrar os compromissos

com seus contratados, os milhares de colonos que ainda moravam nessas fazendas. A reação deu-se em cadeia: os colonos tiveram dificuldades em pagar os armazéns onde compravam e estes começaram a não cumprir os prazos com os atacadistas da Capital e vários centros produtores de gêneros. No começo dos anos 30, pressionado, o governo federal compra a safra seguinte (de 1929), já plantada, mas isto, como se veria depois, não resolveria o problema.

Os fazendeiros tentam substituir o café pelo algodão, que não mantém seus preços, da mesma forma. Alguns anos depois, cafezais e algodoais vão sendo abandonados; as famílias de colonos vão se mudando para outras regiões; enquanto os armazéns fecham-se lentamente, pressionados pela falta de movimento. Em 1920, o melhor ano da produção cafeeira, Botucatu tinha 33.405 habitantes (censo de 1920). Vinte anos depois, tinha 38.881 (censo de 1940) e, no fundo do poço, atingia 41.868 (censo de 1950). O ritmo de seu crescimento reduziu-se sensivelmente, atingindo a marca de novos 7 mil e poucos habitantes em 30 anos. A mesma coisa observou-se com as indústrias, que foram perdendo compradores, aos poucos, tanto as dedicadas aos gêneros alimentícios, Bacchi, Lunardi entre elas, quanto às que trabalhavam no beneficiamento direto do café, do arroz e do algodão produzidos. As velhas metalúrgicas, Milanese e Blasi, diversificariam sua produção, enquanto viam a agricultura ser substituída pelo gado.

A crise da energia elétrica

Conjuntamente, com esse fantasma, a cidade tinha outras penúrias. Faltava-lhe energia elétrica para fazer frente a novos desafios. A história toda começou quando Petrarcha Bacchi, industrial local, construiu em 1927 uma usina geradora para abastecer seu complexo de empresas, localizado no início da Avenida Floriano Peixoto. Tendo excedente, passou a fornecer às empresas locais e, também, às residências.

Porém, as coisas não eram simples assim. Havia uma outra empresa, operando na cidade, detentora do contrato para fornecimento de energia elétrica. Era a Companhia Paulista de Força e Luz, empresa organizada com capitais botucatuenses, em 1912, e que em 1925 passara ao controle norte-americano.

Não admitindo o ocorrido, a CPFL ingressou com uma contestação junto ao Fórum local. O processo arrastou-se por longo tempo, o debate foi para os jornais e dividiu a cúpula empresarial da cidade. Petrarcha Bacchi já tinha o apoio da população, que era a principal beneficiária dos preços que sua empresa de energia praticava: a metade dos cobrados pela CPFL. Ao final, sendo forte liderança empresarial, e com os apoios que reuniu entre políticos, obteve um parecer favorável para continuar a fornecer energia para Botucatu.

A CPFL, que em grandiosidade comparava-se à Light, empresa canadense que abasteceu São Paulo, Sorocaba, Santos e o Vale do Paraíba, não gostou do desfecho da ação e abandonou Botucatu, em 1937.

As empresas Bacchi continuaram a trabalhar em Botucatu. Veio a Guerra e veio também a crise por que passou o conjunto da economia botucatuense, deprimida, como já vimos, pela crise do café e do algodão, subsequentes. Em 1940, vitimado por surpreendente mal súbito, Petrarca Bacchi falece, em São Paulo. Em 1947, a família negocia a venda da Usina do Salto do Lobo, exatamente com a CPFL, e ela volta para Botucatu.

Desmontada a geradora do Véu de Noiva e atuando apenas com a Usina do Bacchi (agora sua propriedade), a CPFL deixou de investir na cidade, a tensão das linhas vivia muito baixa, havia flagrante falta de energia para as indústrias locais. E esse problema nos seria fatal (*).

Os Prefeitos do Estado Novo

Decretado o Estado Novo, as coisas pioraram mais ainda. As municipalidades passaram a ser geridas por prefeitos nomeados, escolhidos pelo chamado Departamento de Municipalidades, que coordenava com mão de ferro, a gestão pública dos Municípios. Estava na Prefeitura, escolhido pela Câmara dissolvida em 10 de novembro, o prefeito Jurandir Trench, que havia substituído o vereador Antonio de Moura Campos em 2 de agosto de 1937. Esse prefeito foi o primeiro a ocupar o cargo durante o

(*) Depois da desastrosa falta de energia elétrica, que provocou uma providência radical durante o governo FHC chamada “apagão”, algumas empresas voltaram o olhar para a capacidade instalada nos municípios, cujas pequenas usinas hidroelétricas estavam abandonadas desde que o regime de 1964 havia optado por centralizar a geração e fazer a distribuição através dos “linhões”, fato que ocorre até hoje. Assim foi com a Usina hidroelétrica Salto do Lobo, hoje município de Itatinga, cujas instalações foram reativadas em 1998, voltando a funcionar com os equipamentos e papéis de 1927. Vale a pena uma visita a ela.

Estado Novo, sendo substituído em 5 de maio de 1938. No mesmo dia foi nomeado o engenheiro Joaquim do Amaral Gurgel, que por sua vez, foi sucedido por José Carvalho Sobrinho, a partir de 6 de outubro de 1939. A sucessão de prefeitos, entretanto não parou por aí. Carvalho Sobrinho, que depois se tornaria prefeito em Santo André, e duas vezes Deputado Federal, ficou em Botucatu até o dia 17 de outubro de 1940, cedendo lugar para o industrial Pedro Losi. Sua gestão durou até 14 de agosto de 1941, quando então assumiu o médico Dr. João Maria de Araújo Jr, para um governo considerado longo, para a época. Ficou até o dia 10 de junho de 1946. Nesse período assumiram, provisoriamente, o cargo de prefeito, o Dr. Antonio Madureira de Camargo (juiz de Direito local) e o Dr. Mário Rodrigues Torres, sucessivamente, e levaram o governo municipal até 31 de dezembro daquele ano de 1946.

Terminava a Segunda Guerra, com a vitória dos aliados sobre as potências do Eixo e o Brasil saía dela, dando um basta na Ditadura Vargas. Estava chegando o momento de voltar a votar e eleger os governantes em todas as instâncias. Bafejados pelos bons ventos de uma outra nova Constituição, a cidade entrou em 1947, disposta a retornar, definitivamente, para a Democracia.

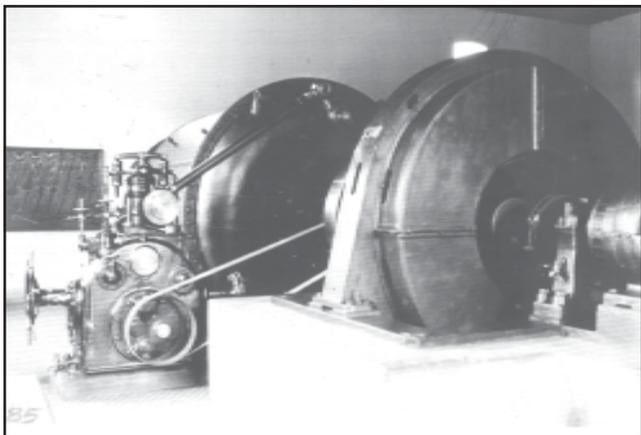


1948 - 1963

Quando a nova Câmara de Vereadores de Botucatu foi eleita, no final do ano de 1947, estava para se iniciar um dos mais longos períodos de desafios para a nossa cidade. Desde que havia sido fundada a cidade nunca vivera uma época de crise tão grande. Como já mostramos, esses desafios tinham a ver com a solução dos graves problemas colocados com a escassez de energia elétrica, com a desativação do seu parque industrial, com o encolhimento do comércio e, também, com a profunda crise em que se encontrava a agricultura local. Tarefa para gigantes.

A Nova Câmara, eleita

Pela primeira vez na História, a cidade elegeu, separadamente, prefeito e vereadores. Em primeiro de janeiro de 1948, assumiu o senhor Renato de Barros, como prefeito eleito por voto direto e a Câmara, que não era eleita há muito tempo, teve a seguinte composição: Dr. Jaime de Almeida Pinto, Emílio Peduti, Dr. João Queiroz Reis, Amâncio da Rocha Camargo, Teodo-



Turbinas da Usina Bacchi, instaladas em 1927, até hoje em funcionamento.

miro Carmelo, Dr. Antonio Delmanto, Dr. José da Silva Coelho, Daniel da Silva, Alberto Monteiro, Dr. Rafael de Moura Campos, Guilherme Machado, Progresso Garcia, José Carlos Fortes, José Coruli, João Batista Domene, Dr. Amando de Barros Sobrinho, Dr. José Damião Pinheiro Machado, Francisco Ramires, Dr. Joaquim do Amaral Gurgel, Alberto Laurindo e Rafael Antunes Garcia. (*)

A Crise de energia continuava

A CPFL voltou em 1947 e começou a administrar a Usina Hidroelétrica do Salto do Lobo, que havia comprado à família Bacchi. Mas investiu quase nada e, na falta de investimentos, a tensão disponível nas linhas transmissoras continuava a mesma. Foi uma longa luta, encetada pelos vereadores da primeira gestão do pós-guerra e que levou à aprovação de uma lei que obri-

(*) Alguns dentre esses vereadores eram suplentes, que assumiram durante o exercício do mandato, resultado das eleições de 1947

gava a Cia. a manter um relógio no saguão da Prefeitura, para mostrar a variação da energia disponível. Isso nunca foi cumprido e a falta de energia continuou a sabotar os planos de reerguimento da economia municipal até os anos 60, quando aqui se instalou a subestação da Uselpa (atualmente conhecida como CESP). Até que isso ocorresse convivemos com apagões diários e racionamentos em plena luz do dia. Cada casa tinha seus lampiões a querosene, um pequeno estoque do combustível e velas.

O primeiro governo de Emílio Peduti e os vereadores eleitos

Em outubro de 1951 foi eleito prefeito de Botucatu o ex-vereador da primeira legislatura local Emílio Peduti. Assumiu em 1º de janeiro de 1952. Era seu vice-prefeito Adolpho Pinheiro Machado. Como vereadores foram eleitos: Sebastião de Almeida Pinto (PSD), João Queiroz Reis (PSD), Rubens Rodrigues Torres (PSD), Amâncio da Rocha Camargo (PSD), Manuel Paes de Almeida (PSD), Antonio Ferruccio Mori (PSD), Theodormiro Carmello (PSD), José Corulli (PTB), João Batista Domene (PTB), Renato de Oliveira Barros (PTB), Raimundo Penhaforte Cintra (PTB), Alberto Laurindo (PSP), Pedro Losi (PSP), José Pereira de Andrade (PSP), Progresso Garcia (UDN), Daniel da Silva (UDN) e dr. Osmar Delmanto (UDN). Tomaram posse, em definitivo, por renúncia dos titulares, os seguintes suplentes: Brasil Blasi, Francisco Caricati (PTB), Moacyr Marques Vilela (PSD), Lydio de Souza Freitas (PSD), Antonio Saldanha Rodrigues (PSD), Luiz Ganzelli (PSP), Hermínio de

Souza Spernega (PSD), José Carlos Fortes (UDN) e Antonio Ricardi (UDN).

As comemorações do centenário

Mesmo com seus problemas se agravando – os de ordem estrutural em sua economia – a cidade atirou-se na preparação dos seus cem anos de elevação à condição de Vila, ou emancipação. Quando assumiu o prefeito Emílio Peduti, em 1952, vereador na primeira legislatura da Câmara do período 48/51, foram organizadas as primeiras comissões para os festejos. A cidade empolgou-se rapidamente e, nessa história já contada tantas vezes, pontuaram as manifestações de rua, as documentações fotográficas que temos até hoje e as reflexões sobre o momento que Botucatu continuava a viver. Foram comemorações inesquecíveis, reveladoras da vontade dos botucatuenses em superar suas dificuldades.

Reerguer a Indústria local, as tentativas dos anos 50

Muito embora continuasse a sentir os efeitos da falta de energia suficiente para retomar, de forma vigorosa, seu crescimento industrial, e contra todas as expectativas, a cidade vê florescer nos anos 50, um parque industrial mais ligado a metalúrgicas. Hoje, visto em perspectiva, pode parecer absurdo, mas em plena crise de energia, surgiram a Petrac (da qual originou-se, muito depois, a Moldmix, fabricante de pastilhas autolubrificadas que equipa aeronaves, motos e outros veículos automotores),



Hernani Donato autografa o livro "Chão Bruto" no antigo posto telefônico do senhor Vicente Sasso, hoje a Livraria e Sebo Santo Antonio, na Rua Amando de Barros. Dentre os que estão na foto, vê-se (1) João Popolo (diretor da CTB), o (2) Prof. Oswaldo Minicucci, (3) Hélio Donato, (4) Luiz Simonetti, (5) Antonio Alves, (6) Vicente Sasso e o ator (7) Dionísio Azevedo (com o livro na mão, protagonista do filme com o mesmo nome, que estava sendo lançado nesse dia em Botucatu), além de (8) Paulo Ciaccia – 25/10/58

ANOS INCRÍVEIS

Cine Casino, na Praça do Bosque, e Cine Vitória, na Vila dos Lavradores





Na segunda fila: Palmiro Biazon, Dorival Poma e Rabib Neder (PRF-8).
Na frente: Ficheta (saxofone), Caetano Daltora (pandeiro) e Antonio Aria (violão)



Foto 1, no alto: comemoração do nono aniversário do EC Centenário, fundado em 1955, entidade dedicada aos esportes de rua, liderada por Palmiro Biazon; Foto acima: Conjunto Orquestral Botucatuense, do prof. Aécio de Souza Salvador e Vicente Moscogliato; Foto à direita: equipe da PRF-8 faz testes com transmissor de ondas curtas no Morro de Rubião – na foto, Mário Costa Novo (primeiro à esquerda), e Octacílio Paganini (primeiro à direita); Foto ao lado: locutor Valdomiro Cury, um dos primeiros locutores de rádio da cidade.



a Mecatral, a Indústria Aeronáutica Neiva e uma recuperadora de aeronaves chamada Omareal, a quem coube colocar no ar um protótipo de avião, nunca industrializado em série (*). A Omareal era uma oficina de recuperação de aeronaves do engenheiro Antonio Azevedo, vindo a Botucatu atraído pelos empreendimentos que a Estrada de Ferro Sorocabana realizava: os dois túneis. Trabalhou como empreiteiro neles e atraiu para nossa cidade o construtor aeronáutico José Carlos de Barros Neiva, que até então fabricava planadores em Manguinhos, Rio de Janeiro. (**)

Parece-nos incrível que, em plena crise de energia elétrica, com uma insuficiência sem limites, a cidade tenha conseguido montar um parque metalúrgico de tal ordem, do qual restam funcionando duas sucessoras das iniciativas da época: a Neiva/Embraer (***) e a Moldmix.

As eleições de 1955

Em 03 de outubro de 1955 realizaram-se eleições municipais para escolha do prefeito e vice, além dos vereadores, em todos os municípios. Em Botucatu sagraram-se vencedores os candidatos João Reis (PSD) e Progresso Garcia (PTN), o primeiro médico e o segundo fotógrafo. Eram seus concorrentes o advogado José da Silva Coelho, para prefeito, e o radialista e comerciante Octacílio Paganini, para vice-prefeito.

(*) Em agosto de 1957, a OMAREAL ainda não realizara o vôo inaugural do Willy 141. Em novembro daquele ano, os jornais anunciavam que o Ministério da Aeronáutica manifestara interesse na compra do avião. O mesmo anunciava a NEIVA, em março do mesmo ano: "Paulistinhas serão vendidos para a Aeronáutica". A Omareal começou a funcionar na recuperação de aeronaves, em outubro de 1953

(**) José Carlos de Barros Neiva faleceu em São Sebastião, SP, a 09.02.2013.

(***) A Neiva inaugurou sua fábrica na Vila Antártica no dia 2 de outubro de 1956, foi incorporada à Embraer em 1979 e extinta como pessoa jurídica em 2008.

Os vereadores eleitos em 1955

Foram eleitos em 1955 para um mandato de quatro anos (1956/1959), em ordem decrescente por votos recebidos os seguintes candidatos: dr. Antonio Delmanto (UDN), Brás de Assis Nogueira (PSD), João Batista Domene (PTB), dr. Sebastião de Almeida Pinto (PSD), Pedro Losi (PSP), José Corulli (PSP), Dêmade Lunardi (PSD), Augusto Galvano (PSB/PTN), Laurindo Isidoro Jaqueta (UDN), tte. Sylvio Bestetti (PSD), dr. Vasco Bassoi (PSB/PTN), Lydio de Souza Freitas (PSD), Plínio Paganini (PSP), Manoel Sobrino (PSB/PTN), Abílio Dorini (UDN) e Moacir Vilella (PSD). Assumiram os suplentes: Mário Franco de Godoy, Mário Rodrigues Torres, João Afonso Taborda, Brasil Blasi, Emílio Ferrari, Holando Lacorti, Vergílio Domingues Maciel, Sebastião V. dos Santos, Moacir de Barros, Jairo Luiz de Andrade, Nelson Spera, Armando Audi, Antonio Ricardi, José Martins de Oliveira, Afonso Caricati, José Carlos Fortes e Agb Paes Cavalcanti.

O curioso Teatro de Alumínio

Botucatu não tinha mais um Teatro. Acostumada com uma programação intensa de atividades teatrais e cinematográficas, a cidade não contava com uma casa especializada para encenações, desde que em 21 de setembro de 1951, o Teatro Espéria (ex-Santa Cruz) consumira-se em chamas.

Esse Teatro ficava onde hoje está a fonte luminosa, na Praça do Bosque, atual Emílio Peduti. Depois do incêndio, e após a demolição da parte de madeira que ficara em pé, aquele

recanto da cidade ficou longo tempo à espera das iniciativas municipais. Primeiro foi feita a desapropriação, pois o lugar pertencia à Sociedade de Beneficência Italiana. Depois, então, no final do ano de 1955, ainda na gestão do prefeito Emílio Peduti, foi feita a demolição da parte fronteira, inteira em alvenaria e muito rebuscada em sua arquitetura.

Demolido o que restava do Teatro e retirado do lugar o escritório da CPFL, que ainda estava ali e ali ficou longo tempo após o incêndio, o espaço recebeu um pavilhão muito curioso, chamado Teatro de Alumínio. Inteiro construído em chapas de zinco, pintadas de cor prata, o Teatro foi a alegria de garotos e adultos. Era uma espécie de companhia mambembe, profissional porém não rica, que levava peças como Sansão e Dalila, Paixão de Cristo e outras. Dentro, na parte central e defronte ao palco ficavam as cadeiras. Ao lado delas, em arquibancadas parecendo um circo, compridas, ficavam as gerais. Três ou quatro lances apenas. O palco ficava nos fundos, ladeado por duas coxias, de onde saíam os atores e seus apetrechos. Tudo muito rústico, mas agradava a todos. Tudo medindo, aproximadamente 15 a 20 metros de frente por uns 50 metros de fundo. Ficou ali por mais de um ano, pelo menos. (*)

A fonte Luminosa

Projetada para ocupar o espaço onde fora o Teatro Santa Cruz, a fonte foi inaugurada no

(*) Para saber mais sobre o Teatro de Alumínio em Botucatu, ler o artigo do teatrólogo Kim Marques, na revista Peabiru, de 1997, ou no blog do Delmanto, no endereço abaixo: (<http://blogdodelmanto.blogspot.com.br/2015/06/teatro-chafariz-quim-marques-e-o.html>)

início dos anos 1960, já no novo governo Emílio Peduti e passou a ser o lugar de passeio das famílias. Seus jatos eram coloridos, altos e alternavam-se em formas. Nas noites de vento molhava muito as pessoas, mas quando era verão elas até agradeciam. A Fonte Luminosa mudou os costumes da cidade. Antes dela o passeio noturno de sábados, feriados e domingos, era feito na Amando de Barros. Depois dela os jovens procuraram andar ao seu redor.

A Cinderela

A fonte, a marquise que a acompanhou, chamada por todos de “brasilinha”, numa alusão às linhas de seu perfil, foram completadas por uma longa escadaria, ainda hoje existente. Em sua frente, do outro lado da rua, abriu uma “discoteca” (loja de venda de discos) ainda não existente na cidade, àquela época. Vendia sorvete Kibon, chocolate, tocava música pra todo mundo ouvir e tinha móveis em estilo modernista, feitos em cerejeira. Apaixonou um segmento de jovens, principalmente os que só tinham os cinemas para freqüentar. Encerrada a sessão cinematográfica, o costume era: casa. Então, virou moda andar em círculos pelas bordas da fonte, parar nas escadarias e ouvir as músicas da Cinderela. Os doces e inocentes anos 60.

A administração vai atrás de verbas

Com a ajuda do ex-prefeito Emílio Peduti, o prefeito João Reis iniciou uma busca incessante por mais verbas para poder pavimentar a cidade. E começou tudo com a ajuda da pedreira

do sr. Rafael Serra, que não cobrava pelas pedras empregadas na pavimentação asfáltica, segundo declarava aos jornais o próprio prefeito. Assim, foram pavimentadas as ruas da Vila dos Lavradores, ainda aguardando. A Floriano Simões foi uma delas. Depois veio a vez da Dr. Jaguaribe. Enquanto isso, na cidade a administração fez algumas experiências com novas formas de pavimentação: o blokret e o paralelepípedo de asfalto compactado, este último colocado na Rangel Pestana. O blokret foi sendo colocado em vários lugares e hoje, muitas ruas que o receberam tiveram o asfalto colocado por cima, de trinta anos para cá. Mas estão lá.

Faculdade de Medicina, Luz Elétrica e Fábricas

Enquanto isso, a luta pelo Ensino Superior e a regularização do fornecimento da energia elétrica continuava. Aqueles foram anos do início de tudo. A luz elétrica mal dava para todos. Era apagão atrás de apagão. Sabia-se que a Usina da CHESF na Barra Bonita poderia fornecer o necessário suprimento, quando entrasse em funcionamento e a prefeitura procurava contatos. O mesmo se dava com as possibilidades da Usina da USELPA (Usinas Elétricas do Paranapanema). A solução foi essa, mas somente quando a USELPA construiu uma subestação nas proximidades da cidade (hoje CESP), no início dos anos 1960.

Aqueles foram anos de promessa. Já nessa época surge a notícia de que a Duratex construiria uma fábrica de celulose na Fazenda Paula Souza. A NEIVA começava a produzir um novo modelo, já instalada desde 1956 na Vila Antárti-



O prefeito Emílio Peduti (à direita) recebe o governador Carvalho Pinto, pouco depois da criação da FCMBB.

ca, a Cooperativa de Oleaginosas já apresentava resultados na produção de amendoim, e os políticos da cidade recrudesciam as pressões sobre o governo estadual pela instalação da Faculdade de Medicina, tanto esperada.

Resistindo contra a maré

Mesmo com dificuldades, o parque industrial montado nos melhores momentos da cidade, sobrevivia. Nos anos 50 a população não dava sinal de que retomaria seu crescimento, como nos anos de ouro. O censo registrou em

1950, 41.868 habitantes. Dez anos depois seriam 43.595, um crescimento muito baixo para as taxas de crescimento econômico desejáveis.

Porém, nesses anos, heroicamente, as indústrias sobreviventes estavam resistindo, e não eram poucas: 4 fábricas de bebidas, 3 de sabão, 8 de calçados, 4 de colchões, 4 de massas alimentícias e bolachas, 5 curtumes, 16 alfaiatarias, 5 moinhos de fubá, 6 beneficiadoras de café, arroz e algodão, 2 de implementos agrícolas e uma infinidade de pequenos serviços e indústrias menores. Embora sobreviventes, os negócios haviam diminuído com a anemia econômica. Quem não fechou no final dos anos 40, corria sério risco de fazê-lo nos 50.

A cidade se transforma em Centro da Indústria do Cinema

Os anos 50 foram, também para Botucatu, os anos dourados. Embora vivendo uma séria crise e, durante algum tempo, sem saber qual o caminho tomar, Botucatu desfrutou ao seu modo, das delícias proporcionadas pelos anos que sucederam ao fim da II Grande Guerra e à Ditadura Vargas; entre elas, o bom hábito de frequentar cinemas, que aqui passou a ser uma quase obrigação diária. É que, por sediar uma rede exibidora (a Empresa Teatral Peduti), assistir e acompanhar as novidades cinematográficas internacionais e, também, nacionais virou moda de jovens e adultos. Para cá se mudaram as distribuidoras de filmes (querendo ficar perto do mercado). Cada escritório – da Paramount, da Warner, da Univer-

sal, e outros – tinha também um serviço de revisão dos filmes, antes de serem levados a outras praças. Assim formou-se um núcleo de trabalhadores cinematografistas muito grande. Quem não trabalhava com cinema, tinha sempre um parente que trabalhava.

Esse oásis de glamour completava-se com a ligeira liberdade que tomou conta da juventude (como em todas as Américas). O terno completo começou a dar lugar ao blue jeans, o sonho de ter um carro próprio, como nos filmes de Hollywood, pressionou cada vez mais as cabezinhas de nossos jovens, as noites de insônia puderam ser consumidas em bares que não se restringiam apenas às zonas boêmias; enfim, a cidade estava mudando e a geração do pós-guerra compôs no coro dos que sonhavam com horizontes maiores e queriam uma solução para o futuro da cidade, o seu próprio futuro.

O sonho e a esperança

A idéia de encontrar um caminho que reverteresse a curva descendente de nossa economia, partiu de um antigo estudante de nossas escolas. José Faraldo, nos anos 50, era um dos muitos bem formados secundaristas que se mudaram de Botucatu, em busca de trabalho. Formados, os jovens buscavam o seu primeiro emprego fora. A economia era insuficiente para absorver a mão de obra, bem formada em nossas escolas secundárias, ou então, era a própria cidade que não tinha um curso superior que pudesse ser um caminho para esses jovens. A Meca estava além do Município: era São Paulo.

Faraldo foi para lá, com a finalidade de formar-se em Direito. Enquanto não era possível, trabalhava como “setorista” de um dos jornais da Capital, cobrindo o Palácio dos Campos Elíseos. Foi ali que fez seus primeiros contactos com a finalidade de por em prática uma idéia que vinha alimentando há tempos.

Um Sanatório, desocupado

A idéia do então jornalista José Faraldo era simples: em Rubião Junior já estava pronto, mas não funcionando, um sanatório para tratamento de tuberculosos. Prédio enorme, fechado por força do surgimento de novas formas de tratamento para a doença, que não exigia mais internações, revelou-se um “elefante branco”. Então teve uma idéia: “vamos colocar ali uma Faculdade de Medicina”. Com essa idéia voltou para Botucatu, perambulou pelos jornais e rádios, convenceu jornalistas e passou meses, pregando.

Milagres acontecem

A cidade até que achou uma boa idéia. Já legislava uma outra Câmara, com uns mesmos nomes e tantos outros diferentes. O prefeito era o médico João Reis, eleito no final do ano de 1955. E a Câmara era composta por: Brás de Assis Nogueira, Sebastião de Almeida Pinto, Dêmade Lunardi, Silvio Besteti, Lydio de Souza Freitas, Moacir Vilela, Pedro Losi, José Coruli, Plínio Paganini, Alberto Laurindo, João Batista Domene, Augusto Galvano, Vasco Bassoi, Manoel Sobrinho, Antonio Delmanto, Laurindo Izidorio Jaqueta, e Abílio Dorini.

Foi então que aconteceu: As velhas divergências, sempre presentes em toda e qualquer atividade política foram decrescendo à medida que se tornavam mais claras as possibilidades de vitória.

A cidade abraçou essa oportunidade com rara unidade, as forças políticas continuaram a atuar, mas houve um entendimento de que aquela era a oportunidade que Botucatu estava esperando, e os fatos pediam um comportamento maduro.

As eleições de 1959

Quando aconteceram as eleições de 59, para o mandato a iniciar-se no ano seguinte, esse entendimento já era imperante: as disputas se faziam nos meandros da cena política, mas estavam tão subordinadas aos interesses maiores do município, que seus objetivos não ameaçavam.

Nas eleições de 1959 competiam Emílio Peduti e o advogado José da Silva Coelho. Eram seus vices, respectivamente Abílio Dorini e Plínio Paganini. Sendo as eleições de Prefeito e vice, independentes, foram eleitos Emílio Peduti e Plínio Paganini. Para a Câmara de Vereadores subiram: João Batista Domene, Alberto Laurindo, Octacílio Paganini, Ademar José Potiens, Jairo Luiz de Andrade, Nelson Spera, João Queiroz Reis, Pedro Losi, Gualter Pinto, Romeu Francisco Henriques, João Afonso Tabora, Antonio Delmanto, Antonio Tillio Junior, Laurindo Izidoro Jaqueta, Progresso Garcia, Vadi Jorge e Vasco Bassoi.

A criação da FCMBB

A luta pela conquista do seu primeiro curso universitário exigiu 10 anos de empenho dos botucatuenses. Ao final, superados todos os obstáculos, a cidade saiu vencedora. Dois governadores, (Jânio Quadros e Carvalho Pinto), dois projetos criando Faculdades de Medicina (um primeiro criava o que Botucatu pedia: uma Faculdade de Medicina; outro, já no Governo Carvalho Pinto, criou um conjunto de Unidades Médicas chamado Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, com cursos de Biologia, Medicina Humana e Medicina Veterinária. Muito empenho dos vereadores e o engajamento do prefeito Emílio Peduti, em seu segundo mandato, fizeram a diferença.

A mobilização para o primeiro vestibular

Em março de 1963 foram realizados os vestibulares e a Escola começou a funcionar ainda naquele ano. Mas para que isso ocorresse, na cidade, foi preciso um esforço de toda ela. Sediados, provisoriamente, na antiga Casa de São Francisco, na rua Dr. Costa Leite, os primeiros funcionários começaram a organizar o engajamento da população, para receber os vestibulandos. A verdade é que, naquela época, a cidade não teria como recebê-los, sem que a população abrisse suas casas e os abrigasse. E foi o que aconteceu. Pelo telefone começaram chegar as ofertas: 2 vagas em tal casa, 1 em outra, 1 para moças noutra ainda, e etc. E assim se fez, e os primeiros vestibulares aconteceram. A cidade via um novo destino desenhar-

se para a sua gente e o futuro, tantas vezes sonhado, estava apenas começando.

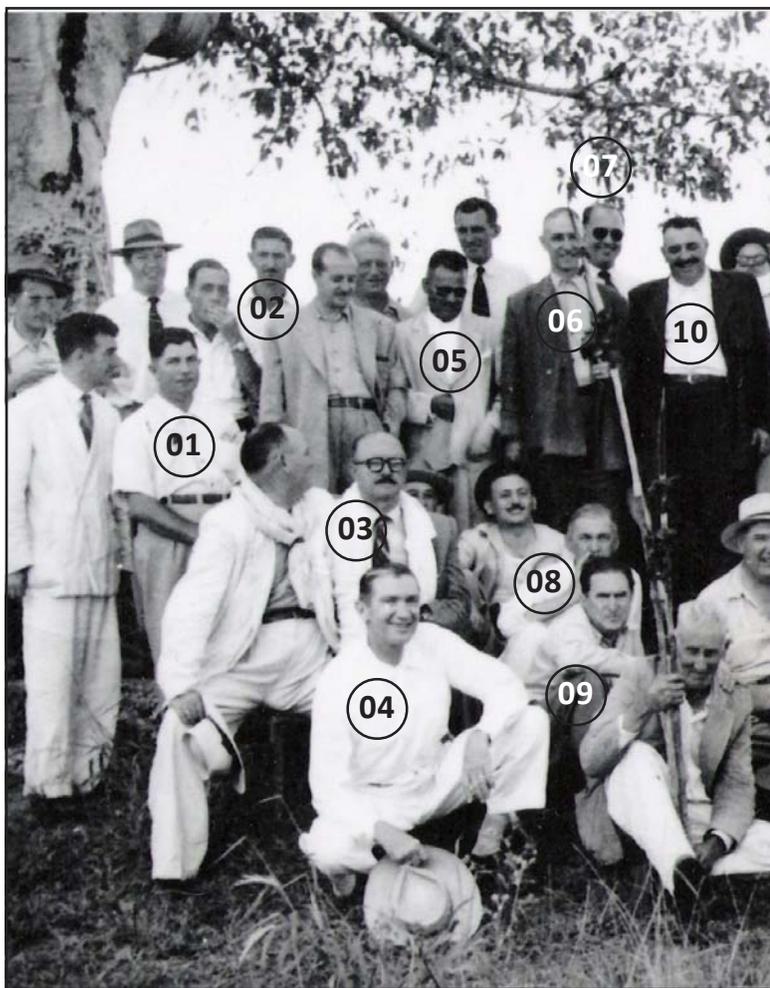


De cima pra baixo:
Bomboniere
"A Cinderela";

Fachada do Teatro
"Espéria";

Fonte Luminosa,
logo após sua
inauguração





Nesta foto, do início dos anos 1960, pecuaristas e agricultores recebiam o deputado Geraldo Pereira de Barros, em churrasco na região do Porto Martins. Nessa época, e por muito tempo, os partidos políticos compunham coligações com predominância rural (notadamente sob liderança do PSD – Partido Social Democrático), embora mantendo um pé nas agremiações urbanas (particularmente junto aos janistas do PTN e, algumas vezes, junto aos adhemaristas PSP, respectivamente). Porém, era da predominância do segmento ruralista que, comandando a política local, saíam os candidatos a prefeito, muitos vereadores e vários deputados. Presentes à recepção da foto estavam pelo menos cinco (5) prefeitos (ex-prefeitos ou futuros prefeitos): Emílio Peduti, Joaquim Amaral Amando de Barros, Luiz Aparecido da Silveira, dr. João Maria Araújo Jr. e Pedro Losi.



PRIMEIRA PARTE DA FOTO, PÁGINA ANTERIOR

1. Luiz Aparecido da Silveira - LICO; 2. Paulo Panhozzi; 3. Joaquim André; 4. Luiz Chiaradia; 5. João Cioffi; 6. dep Geraldo P de Barros; 7. Pedro Losi; 8. dep. Jaime de Almeida Pinto; 9. João Maria Araújo Jr.; 10. Emílio Peduti

SEGUNDA PARTE DA FOTO, PÁGINA ATUAL

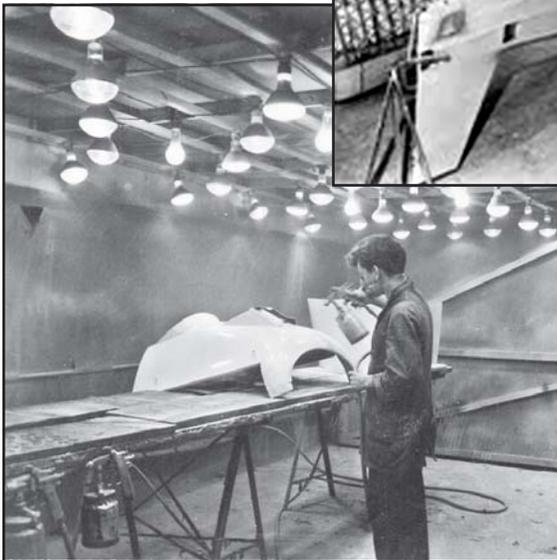
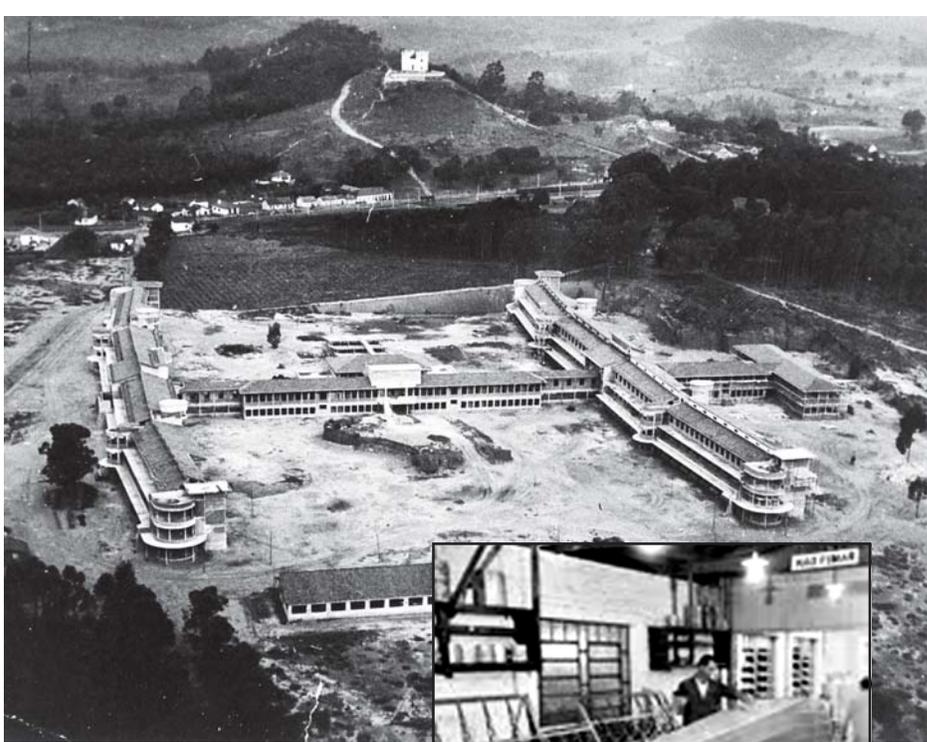
1. Emílio Peduti; 2. Joaquim Amaral Amando de Barros; 3. Moacir Vilela; 4. Arnaldo Leota, 5. Camilo F Dinucci, 6. Adolpho Dinucci, 7. Artur Benfica, 8. Chico Grandi



O protótipo Willy 141, produzido pela Omareal

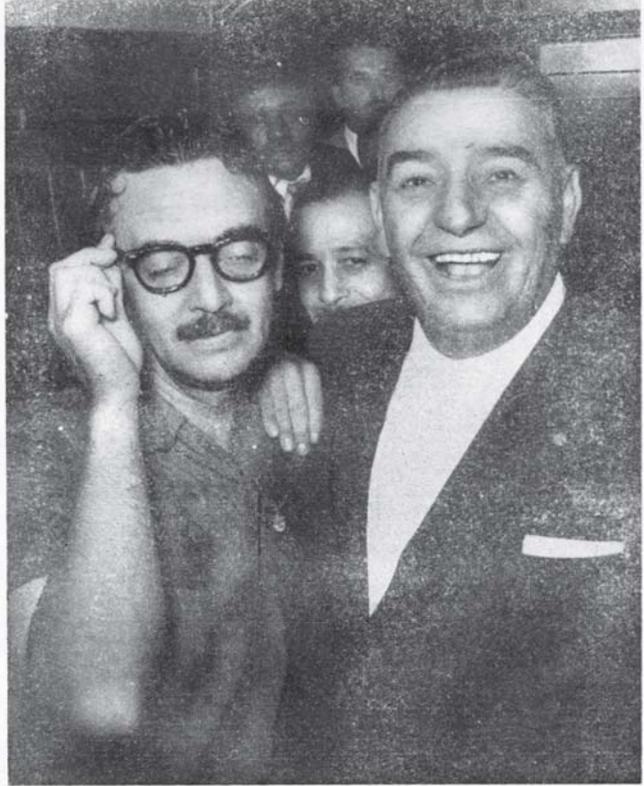


Antonio Azevedo e prefeito Emílio Peduti recebem o deputado Ulisses Guimarães, buscando apoio para a homologação do protótipo de seu primeiro avião Willy 141, que pretendia industrializar. Ao fundo, na foto do meio, o vereador Mário Rodrigues Torres e Emílio Peduti Filho, no círculo.



Acima, prédio da antiga FCMBB, conquistada e instalada durante o Governo Emílio Peduti; (demais fotos) aspectos da fábrica da Vila Antártica também da produção dos aviões da NEIVA.

JÂNIO EM BOTUCATU



— BOTUCATUENSES! RUMO CERTO COM —
PEDUTI E DORINI

Jânio Quadros passou por Botucatu por duas vezes, nos anos de 1959 e 1960. Uma primeira vez em 26 de setembro de 1959, seguindo por via férrea para Campo Grande, para um período de repouso. O trem era esperado por volta das 13 horas e lhe foi preparada calorosa recepção, na própria estação de trens. O panfleto em pauta acentua o apoio do ex-governador à coligação (PSD-UDN-PDC-PR-PTN) que pleiteava a eleição de Emílio Peduti e Abílio Dorini, a prefeito e vice de Botucatu, como se pode ver. Dias depois, e antes das eleições, foi a vez do governador Carvalho Pinto enviar mensagem de apoio à coligação. De outra feita, em 25 de fevereiro de 1960, já candidato a presidente da república, Jânio Quadros passou por Botucatu num trem especial, preparado para a comitiva de sua campanha. Eram 21 horas. O comício realizou-se na própria estação de trens, onde falaram Emílio Peduti (prefeito Municipal), dr. Vasco Basso, dr. Antonio Delmanto, dr. Antonio Tíllio Jr, Laurindo Isidoro Jaqueta, Progresso Garcia, Jairo Luiz de Andrade, Octacílio Paganini, Nelson Spera, entre outros. Além, lógico, do candidato a presidente e seu vice. A comitiva, depois, seguiu para Ourinhos.



CONVITE AO POVO

Temos a grata satisfação de convidar o distinto, culto e laborioso povo de Botucatu e adjacências, para as solenidades de inauguração do prédio próprio da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, nesta cidade, a realizarem-se no próximo dia 24 do corrente mês de Julho, domingo, às 10,30 horas, na rua Amando de Barros, 816.

Tais solenidades contarão com a presença do Exmo. Sr. Dr. Teófilo Ribeiro de Andrade Filho, DD. Presidente do Conselho Administrativo; Exmos. Srs. Drs. Ariel de Lima Faria, Celso Dias de Moura, Miguel Ferreira da Silva Netto e Waldemar Rodrigues Alves, DD. Membros do Egrégio Conselho; Exmo. Sr. Dr. Oswaldo Martins Caldas, DD. Diretor Geral, além de outras autoridades desta Autarquia, bem como, altas e ilustres autoridades Estaduais e Municipais.

Comunicamos, outrossim, que das 19,00 às 22,00 horas do referido dia 24, o prédio em questão permanecerá aberto à visitação pública e que, a partir do dia 25, segunda-feira, tôdas as dependências da Delegacia Regional e Agência Sede da CEESP, passarão a atender aos seus distintos clientes nas novas instalações (Agência Sede com entrada pela Rua Amando de Barros, 816 e Delegacia Regional com entrada pela rua Major Leônidas Cardoso, 204 - 1.º andar).

CEESP - DR-9 - Botucatu, 20 de Julho de 1960.

a) *Moacyr Pires de Campos*
DELEGADO REGIONAL DA 9.ª REGIÃO

Convite para a inauguração da sede da Caixa Econômica Estadual, na Praça do Bosque, um esforço empreendido por novos investimentos no segundo Governo Emílio Peduti

FOLHA DE BOTUCATU

ORGÃO INDEPENDENTE

Impressa nas oficinas da EMPRESA GRAFICA BOTUCATU LTDA. — Fone 3

Ano XXI Botucatu, 7 de MARÇO de 1956

Director — Dr. PEDRO CH

Pavimentação da cidade

Nova reunião da Comissão Municipal Sará ex-cutado um trecho com «Blokret» a título de demonstração.

Reuniu-se novamente no Gabinete do Prefeito Municipal, na última segunda-feira, a comissão da Câmara Municipal, encarregada de estudar o problema da pavimentação das vias e logradouros públicos da cidade. O objetivo da organização de um plano para pavimentar mais de cem mil metros quadrados da remodelação de calçadas já existente em determinadas partes centrais, em substituição das atuais paralelepípedos de grande porte, de um tipo de pavimentação mais moderna. Os paralelepípedos foram aprovados pelo município em outros pontos da cidade que já apresentaram maior necessidade. A reunião, porém, não teve o mesmo êxito, pois os vereadores Moacir Vilela, João Batista Domene, Pálio Dorini, Abílio Dorini, não compareceram e Pedro Losi e

Exitos da Grande e seleta

Teve o grande e exito anunciado, sábado corrente, no Salão de festas do Clube "24 de Maio", uma conferên-

cia sobre o sistema de calçamento. O trecho escolhido, que já estava nas cogitações da Comissão, foi a parte inicial da rua Major Mateus, a partir do pontilhão da Sorocabana, por ser considerado um dos de maior trânsito, passagem forçada de todo o tráfego da rodovia São Paulo-Mato Grosso. A firma alemã, fornecedora gratuita de material e uso de máquinas, recebeu a fabricação das peças de concreto patenteadas e enviadas a sua assistência técnica, concorrendo com a cidade das despesas para com esse demonstração. Já foram concretizados outros trechos e reposto.

Botucatuense!!
BREVE
Você caminhará sobre o
PROGRESSO
BLOKR
SIGNIFICA
Progresso em Pavim

A Pavimentadora BLOKRET de São Paulo
tem a satisfação de apresentar a mais moderna pavimentação artificial de Concreto existente no Brasil.
Convenientemente brasileira, desde sua patente, até as máquinas e materiais produzidos em sua fabricação, as BLOKRETS apresentam características incomparáveis, já satisfatoriamente comprovadas pela sua larga utilização em diversas cidades do BRASIL.

“O trecho escolhido, que já estava nas cogitações da Comissão, foi a parte inicial da Rua Major Mateus, a partir do pontilhão da Sorocabana, por ser considerado um dos de maior trânsito, passagem forçada de todo o tráfego da Rodovia São Paulo-Mato Grosso”.

Marcas do início da Administração João Reis

Sem dúvida uma marca muito acentuada da administração João Reis (1956/1959) foi a pavimentação da cidade com a utilização de elementos sextavados, conhecidos como Blokret. Essa pavimentação foi utilizada em larga escala, em vários bairros e centros da cidade.

Logo no início, em 03 de março de 1956 os jornais anunciavam que o prefeito João Reis promovera uma reunião com vereadores que formava uma comissão para ouvir a empresa que propunha tal iniciativa e detentora da patente (Pavimentadora Blokret, de Hans Piter Altenburg). Estavam presentes os vereadores: Braz de Assis Nogueira, a quem coube a sugestão de tal iniciativa, Pedro Losi, João Baptista Domene, Moacir Vilela e Abílio Dorini, além da imprensa local.

Ao final da reunião aprovou-se que a empresa faria uma pavimentação experimental, e assim foi escolhida a rampa inicial da rua Major Mateus, além de visitas a outras cidades já pavimentadas com o material.

1964 - 1982

Entendendo a cidade

Para entender a cidade de hoje será preciso conhecer os fatos ocorridos nesses quase 20 anos que preenchem o período iniciado com o Movimento de 1964 e terminado (em Botucatu, politicamente) quando assumiu Antonio Jamil Cury, em 1983 – primeiro prefeito do período da restauração da democracia representativa plena, muito embora o regime instituído pelo Movimento de 64 tenha como data para o seu esgotamento a eleição para presidente, de Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral, em 1985, e cinco anos depois, em 1989, nas diretas que elegeram Collor.

Esse longo período assistiu à criação e consolidação da Cidade que temos hoje. Em todos os aspectos: iniciou-se um novo ciclo industrial (com unidades produtivas que hoje sustentam a economia local), consolidou-se o ensino superior (base da atual sede local da Unesp) e a cidade encetou um Novo Plano de Desenvolvimento Urbano. Apesar disso tudo, aconteceu o maior revés dos últimos 50 anos:

a cidade deixou de ser a sede de Divisão Administrativa do Estado de São Paulo (condição que lhe conferia, há muito tempo, prestígio e privilégios reservados apenas às metrópoles regionais).

Esse trecho de nossa história, tão interessante, começou, lentamente, com fatos nacionais – fortes e avassaladores – determinando outros tantos na história local.

A cidade daquele tempo

Em março de 1964, Botucatu era uma cidade que queria ser feliz. E achava que a hora tinha chegado. As aulas da antiga FCMBB completavam um ano. Os novos vestibulares iriam acontecer, também, de novo. E a cidade já estava começando a experimentar o rebuliço da juventude que chegava.

De resto não tinha mudado quase nada: os aluguéis eram julgados abusivos e os novos alunos reclamavam muito; a Comissão Central de Esportes queria, porque queria, um Ginásio de Esportes Municipal, a Faculdade de Filosofia iria começar um curso sobre cinema, 22 pessoas já haviam feito doações para formar o nosso Museu Histórico e o incansável José Faraldo mostrava em seus artigos, publicados pelos jornais, as fabulosas cifras deixadas na economia local, com o início do funcionamento da FCMBB.

Não parecia, mas as forças locais ensaiavam

Em 12 de março daquele ano os trabalhadores locais organizaram uma caravana com

destino a Sorocaba. Queriam dirigir-se até aquela cidade para se juntarem a uma outra, que dali sairia, rumando para o Rio de Janeiro. No dia seguinte, na imensa praça diante da Estação da Central do Brasil, iria acontecer o mais emblemático comício de toda história recente do Brasil: O Comício da Central do Brasil, onde o presidente Goulart e seu ministério iriam assinar (diante de milhares de brasileiros) alguns decretos, entre eles a desapropriação das terras ao longo das rodovias federais, para fins de reforma agrária; e mais a estatização da Refinaria de Capuava e, mais ainda, a nacionalização dos bancos. Pelo menos era isso que os trabalhadores locais (fazendo coro aos demais brasileiros sindicalizados) queriam. E foram, para pavor da oposição ao governo federal, em Botucatu.

Botucatu também quis ter a sua Marcha com Deus, a Família e pela Liberdade

O Comício da Central foi como uma senha que deflagrou um contra movimento em todo Brasil. As forças que (hoje sabemos) já conspiravam, foram buscar nas Ligas das Senhoras Católicas (as mineiras, principalmente) sua força de massa e deflagraram uma bem urdida série de Marchas, por todo o Brasil. As Marchas misturavam de tudo um pouco: muita propaganda que utilizava o medo da expansão soviética pela América Latina (a crise dos mísseis, em Cuba, ocorreu em 1962), uma boa dose de utilização da religião a serviço da política (as senhoras marchavam com o rosário entre as mãos), e um



forte poder de articulação das forças que estavam na oposição ao governo Goulart. Os ingredientes estavam sendo misturados.

A Marcha em Botucatu

A famosa “Marcha com Deus, a Família e pela Liberdade” aconteceu em Botucatu muitos dias depois de ter sido deposto do governo o presidente João Goulart. Impossível dizer, hoje, com segurança, porque isso aconteceu, numa cidade que respirava política, lugar onde o movimento operário tinha forte organização entre os ferroviários, e onde havia uma elite de contestadores que incluía de padres a militantes comunistas. Mas é essa a verdade. A cidade só veio a organizar a Marcha nove dias depois da vitória dos militares estar assegurada.

O prefeito Amaral e a Câmara de 1964

Por essa época, ainda estavam vigentes os velhos partidos políticos; por isso, juntamente com a eleição do prefeito Joaquim Amaral Amândo de Barros, elegeram-se para a vereança, pelo PSD/PTN – Vasco Bassoi, Rubens Rodrigues Torres, Romeu Francisco Henriques e Alonso Dias. Pelo PSP – Alberto Laurindo, Antonio Gabriel Maranhão, Pedro Losi, João Afonso Taborda e Enestor Rodrigues. Pelo PTB – João Batista Domene, Jairo Luiz de Andrade, Octacílio Paganini e Flaminio Silveira do Amaral. Pela UDN/PDC/PR – Antonio Delmanto, Arnaldo Leotta de Melo, Laurindo Isidoro Jaqueta e Pedro Gonçalves Guerra.

Aquela seria a última eleição com os velhos partidos. Em 1965 o regime extinguiria as

velhas siglas e agruparia as correntes políticas em dois partidos: Arena (o do governo) e MDB (que abrigaria os que discordassem).

O Caps entra na Cena Política

O Caps - Centro Acadêmico Pirajá da Silva, órgão de representação estudantil da antiga FCMBB, organizado naquela época, entrou nessa história reprovando o governo Goulart. Antes mesmo, em 30 daquele mês, os estudantes já haviam se reunido nos auditórios da Rádio Emissora de Botucatu, a F-8, com o objetivo de apurar uma posição sobre os acontecimentos que adquiriam uma velocidade espantosa. Nada estava decidido e, naquela noite, em Assembléia Geral, 71 estudantes resolveram desaprovar o governo João Goulart e as atitudes da direção da UNE (União Nacional dos Estudantes). A posição foi de boa maioria, porque ficaram contra apenas 30 alunos (a favor do governo e da UNE), enquanto que 10 mantiveram-se neutros e apareceram quatro votos em branco. Nessa mesma ocasião os estudantes universitários de Botucatu aprovaram publicar pela imprensa da Capital, um manifesto dando a público essas posições. Desconhece-se se isso foi feito.

A Câmara se reúne, sem saber para onde ia a maré

Tal como ainda hoje ocorre, a Câmara de Vereadores já fazia uma reunião por semana e, naquela época, ela acontecia às terças-feiras. O 31 de março era um desses dias.

Sem ter, ainda, o resultado da contenda que ocorria, mas atentos aos noticiários que as grandes emissoras de rádio do Rio e São Paulo produziam, os vereadores da situação e da oposição ao governo central, jogaram, naquela sessão, "todas as suas fichas". A situação, formada, principalmente, por próceres filiados ao PTB, defendeu o presidente da república João Goulart, enquanto que a oposição, formada por udenistas, pesedistas e petenistas, atacou sem vacilação.

O primeiro orador que ocupou a Tribuna foi o vereador Octacílio Paganini, recentemente transferido ao PTB. Seu discurso foi incisivo: "Nós, que pertencemos ao PTB, com as melhores intenções de preservar o regime democrático, apoiamos o seu programa, que contém pontos importantes de assistência efetiva ao trabalhador, ao pequeno, ao pobre que sofre... Muito do que se tem dito do Presidente da República não é verdade. Jango está cumprindo com sua obrigação dentro das prerrogativas que a Constituição lhe dá. Está lutando pelas reformas, contra os trustes poderosos..."

Depois foi para a tribuna outro vereador petebista: Flaminio Silveira do Amaral e, pausadamente, como era de seu estilo, muito prudente, foi dizendo: "...declaro-me claramente pelo regime democrático, como presbiteriano que sou. Somos pela reforma agrária, pela reforma bancária, e por outras de que o Brasil precisa. Queremos também a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, como diz a Constituição e ninguém cumpre..."

Porém o pronunciamento mais contundente foi do edil João Batista Domene. Ferroviário, bem articulado, ótimo orador e muito ligado às lutas populares da cidade falou: "...esta é uma sessão histórica, e vejo necessidade de pronunciamentos firmes diante da situação atual. Todos os partidos são pelas reformas, mas na hora de fazê-las, a situação muda, porque são feridos interesses. A reforma agrária precisa ser feita com alteração da Constituição porque não há dinheiro que possa pagar as desapropriações. Se acusa o presidente de abrir as portas do Brasil ao comunismo, o que não é verdade. O comunismo poderá tomar conta do Brasil, isto sim, mas se perdurar este estado de coisas, com o povo faminto..."

Na seqüência, a tribuna da Câmara foi ocupada pelos vereadores da oposição local. O primeiro a falar foi o dr. Antonio Delmanto, udenista histórico. Falando pausadamente e com muita calma, no seu estilo, definiu-se como "homem que respeita a Constituição" e criticou o presidente João Goulart, "que no comício do dia 13, na Guanabara, tinha de um lado os comunistas de Pequim e de outro os comunistas de Moscou". Falou contra a alta do custo de vida, os preços altos dos livros, dos cadernos, e disse que "... Jango está governando por meio de portarias e decretos. E agora vem esse aumento de 100% (cem por cento) para os funcionários federais e o funcionalismo não pediu esse aumento".

Foi como deixar a água correr. Em seguida vem Rubens Torres, prócer do PSD, partido que

dera sustentação a vários governos das décadas de 50 e que agora estava na oposição ao PSP local, que tinha eleito o prefeito Joaquim Amarel Amando de Barros.

Advogado de profissão, filho de advogado, excelente orador, um tribuno perfeito, Rubens tinha um discurso rebuscado nas palavras e com força ferina, quando queria. Foi logo dizendo que "queremos deixar que as forças produtoras produzam". E completou, com abordagens que repetiram as críticas já feitas pelo líder Udenista.

E depois veio Vasco Bassoi, filiado ao PTN, janista de destaque, advogado também e dono de uma oração forte e passional. Criticou o presidente João Goulart, pois o mesmo "estava mal acompanhado, repetindo o velho adágio: diz-me com quem tu andas...".

Por fim, completando o grande expediente, falaram, seguindo seus alinhamentos, Alberto Laurindo do PSP botucatuense (situação na cidade) e Laurindo Isidoro Jaqueta, da UDN, apenas para repetir que "estava satisfeito com os pronunciamentos de seus colegas".

A reunião terminou tarde. Tensa, formada por esgrimistas que não sabiam muito bem o que estava ocorrendo tão longe daqui, a reunião foi o fato mais marcante daquela noite. Quando os vereadores foram dormir, João Goulart já estava em Brasília e iria se decidir por partir para o Rio Grande do Sul.

Quem organizou a Marcha em Botucatu?

Foram as forças ligadas aos Partidos que já vinham fazendo oposição ao governo Goulart

(UDN, PTN e PSD) que começaram a organizar a Marcha com Deus, família e pela Liberdade.

Entretanto, desde os primeiros momentos, e para manter-se à frente do executivo, o PSP local, representado pelo prefeito Joaquim Amaral Amando de Barros, foi radicalizando no apoio ao movimento de 64. Fazendo o jogo como se diz, enquanto os partidos da coligação que apoiavam o prefeito Amaral iam encontrando um novo *modus vivendi*, mais adequado para as novas situações. Na Câmara tudo continuou como antes: os próceres do PSP e do PTB davam sustentação ao prefeito Amaral, enquanto os edis da UDN, PSD e PTN (agora situação no governo federal) faziam oposição ao governador Adhemar e ao prefeito local.

O Cenário da Marcha

A marcha de Botucatu foi marcada para a noite de 10 de abril. Deveria sair da frente do EECA, subir a Avenida Dom Lúcio, descer pela Tônico de Barros e virar a Amando, rumando para a Praça do Paratodos, onde culminaria num estrondoso comício, como era o gosto da época.

E chegou o dia. Uma multidão calculada em pelo menos 3 mil pessoas começou, lentamente, a subir pela Avenida Dom Lúcio, mas ao contrário do combinado desceu pela Leônidas Cardoso.

Eram muitas associações, irmandades, igrejas, populares que, de braços dados, tendo à frente o prefeito Amaral Amando de Barros e S. Excia. Revma., arcebispo Dom Henrique Golland Trindade, percorreram, rezando e portan-

do faixas, as ruas da cidade. Uma imensa faixa, atrás das primeiras autoridades, dizia “Pelas Reformas sem Comunismo”. À frente ia a Banda de Música, com o maestro Salim Kahil, tocando dobrados cívicos. Em seguida uma fileira de senhoras e das autoridades, de braços dados, terços às mãos e, atrás, a população.

O Comício

Na Praça do Paratodos apenas oito oradores estavam ali, autorizados pelos organizadores, e iriam tomar parte num dos mais concorridos atos cívicos de nossa história. A ordem foi a seguinte: Começou falando o vereador da UDN Laurindo Isidoro Jaqueta, que representou a Câmara. Apenas ele. Depois falou o estudante Humberto Migiolaro, presidente do Centro Acadêmico Pirajá da Silva, depois o ferroviário Romeu Francisco Henriques, pelas Associações de Ferroviários que acabara de lançar um manifesto apoiando o movimento; em seguida ocupou o microfone o reverendo Humberto Barbosa, pelas Igrejas Evangélicas; depois João Hipólito Martins, falando pelos espíritas de Botucatu; depois Luiza Assumpção Teixeira, pelas mulheres botucatuenses; Enestor Rodrigues, pelos trabalhadores; Milton Marianno, pelas pessoas que residem fora de Botucatu e, por fim, os dois mais aguardados discursos: o do prefeito Amaral de Barros e o do arcebispo Dom Henrique Golland Trindade.

Passava das 9,30 horas da noite de 10 de abril de 1964, quando o comício se dispersou e as pessoas se dirigiram, eufórica e pacatamen-

te, para suas residências, com a sensação do dever cumprido. Iria começar o mais longo jejum eleitoral da história brasileira.

De vento em Popa

Os dois primeiros anos do governo Amarel de Barros foram pródigos para Botucatu. O alinhamento com o Governo Estadual valeu tratamento privilegiado à gestão do PSP em Botucatu.

Município de pequena arrecadação, necessitando de aportes volumosos para iniciativas de maior monta, Botucatu viu atendidos (ou serem encaminhados para atendimento) quase todos os seus pedidos: Centro Esportivo (que seria construído onde hoje está o Camelódromo, tinha terreno desapropriado, verba liberada -1 bilhão de cruzeiros- e data -14 de junho- para o início das obras), Viaduto sobre os Trilhos da Sorocabana (com verba de 600 milhões, localização definida – exatamente onde está hoje, e escolha da firma Prospeg- Eng e Sondagens, para realizar os levantamentos técnicos), Poços artesianos (sendo perfurados ou previstos – Vila Pinheiro, Bairro Alto, Vila São João), as famosas verbas para a instalação do Hospital das Clínicas (na recém criada FCMBB – 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros, publicados no Diário Oficial do Estado em 24 de março), liberação da verba para asfaltamento da pista do Aeroporto de Botucatu e criação da Universidade de Botucatu (Lei 58/65, com projeto ingressado na Assembléia Legislativa e apoio governamental, em março de 1965). Enfim, era pedir, e esperar.

A Luta pelas Verbas já em 65

Sob liderança da Câmara e com o Prefeito Amaral à frente, a cidade resolve montar uma Comissão Permanente para tornar mais explícita sua luta pelas verbas do HC. Era o mês de maio de 1965 e a Comissão começou a trabalhar, formada pelo Prefeito Joaquim Amaral Amando de Barros, o presidente da Câmara Laurindo Izidoro Jaqueta, o empresário João Passos, o diretor de Turismo Dr. Adolpho Dinucci Vendito, o estudante de Medicina e primeiro presidente do Caps, Sérgio Marum, o vice-prefeito Dr. José da Silva Coelho, o médico Dr. Luiz Peres e o radialista e ex-prefeito Plínio Pagani. Com certeza, existiam problemas com o repasse daquelas verbas aparecidas no DOE de 24 de março daquele ano mas, em novembro, finalmente, saem os editais para as obras de instalação do HC.

O Regime cassa o mandato do governador Adhemar de Barros

Apesar de conspirador de primeira hora, o governador Adhemar de Barros foi cassado em 4 de junho de 66. Tudo o que vinha sendo dito, ficou não dito. Obras, verbas, iniciativas em todas as áreas, tudo foi pelo ralo. Nem viaduto, nem Centro Esportivo, nem verbas para o HC, nem Universidade de Botucatu.

No finalzinho do ano de 65, o prefeito Amaral havia ido ao Palácio, em São Paulo. Pretendia ingressar na Arena – o partido do governo, acompanhando o governador Adhemar. Era o dia 16 de dezembro. Menos de um ano de-



Prefeito Amaral visita o governador Adhemar no Palácio

pois, Adhemar seria cassado pelo regime que apoiara. Quem assumiria sua vaga seria seu vice, Laudo Natel. Como se verá depois, estava começando, então, uma outra fase para a cidade.

Os estudantes resolvem agir por conta própria

Assustados com a evolução dos acontecimentos e com o não cumprimento da agenda de liberações de verbas (compromisso em execução desde antes da cassação do governador Adhemar de Barros) para as obras de instalação do Hospital Universitário e, ainda, pressionados pela necessidade de ultimar sua formação, os estudantes das primeiras turmas (incluindo todos os cursos de biomédicas - Medicina Humana, Veterinária e Biologia) resolvem, em 1967, promover uma marcha a São Paulo, com o objetivo de reivindicar a instalação do Hospital.

À frente desses estudantes estava o Centro Acadêmico Pirajá da Silva, o Caps, entidade formada anteriormente aos governos militares. Parte dos que compunham o Centro Acadêmico já se considerava oposição ao regime (desde as manifestações de 1966), porém esses líderes tiveram o cuidado de não misturar as reivindicações mais autênticas dos universitários locais, com suas próprias crenças e utopias políticas. Esse cuidado foi fundamental para dar unidade e conteúdo ao movimento, definido por eles mesmos como apolítico e reivindicatório.

No início do ano de 1967, declararam-se em greve e criaram um movimento que ficou conhecido como “Operação Andarilho”. Marcharam para São Paulo, cruzando a Marechal Rondon de Botucatu até a Capital com o objetivo de pedir uma audiência com o governador Sodr e e obter dele a retomada das obras de instala o do Hospital das Clínicas. A imprensa da Capital, a de Botucatu e a das cidades por onde passaram “cobriu” longamente o movimento. A visibilidade conseguida pela causa da cidade foi ampla. Chegados, foram logo ao Palácio do Morumbi, onde acabaram por entrevistar-se com o chefe do executivo estadual, Governador Abreu Sodr e, esclarecendo as contradi es da burocracia. Por fim, na falta de lugar melhor e decididos a voltar apenas com o sucesso, acamparam no Parque do Ibirapuera. Na volta, cinquenta dias depois, premiados pela concordância do Governo, foram saudados com vivas pela popula o local. Eram os novos heróis da cidade.

Operação Denúncia

Entretanto, o prometido não se cumpriu e, no ano seguinte, os estudantes foram à rua, novamente. Era o ano de 1968. Irritados, em Assembléia dirigida pelo Caps, os mesmos estudantes declararam-se em greve e optaram por denunciar o não cumprimento dos acordos feitos no ano anterior. Os estudantes continuavam a esperar a instalação do Hospital e a viajar para concluir sua formação fora daqui. Foram para as ruas. Foram para denunciar os acordos não cumpridos (os do ano de 1967), o comprometimento do Governo da República com projetos que julgavam inadequados para a educação nacional (os acordos MEC/Usaid), a falta de liberdade de expressão (as manifestações pelas liberdades de expressão já atingiam todo o Brasil) e pela Reforma Universitária (na aula inaugural da antiga FCMBB de Botucatu, em março de 1963, o prof. Nicanor Leti já havia feito uma apaixonada defesa da extinção da Cátedra Vitalícia). Se a Operação Andarilho circunscreveu-se aos limites das reivindicações meramente acadêmicas, a Operação Denúncia, deliberadamente, “pôs a boca no trombone”.

Estudantes Rebeldes, Padres, idem

Os acontecimentos aceleraram-se, misturando-se contundentemente, durante o ano de 1968. Mas, 1968 foi um ano incomum. A crise política aprofundava-se, diminuindo as chances de governabilidade. De olho nessa conjuntura o Regime Militar foi, aos poucos, apertando o cerco sobre a sociedade civil. À

medida que cresciam as manifestações (cada vez mais políticas) e aprofundava-se o fosso entre as várias sociedades representativas organizadas (sindicatos, centros acadêmicos, UNE, UBES, uniões artísticas, profissionais liberais, etc.) e o Governo da República, as diretivas recebidas pelas Delegacias de Ordem Política e Social, nos Estados, apontavam para o cerceamento da liberdade de expressão. Foi assim, também, em Botucatu.

Foi exatamente esse impasse que colheu a Operação Denúncia nas ruas de Botucatu: os estudantes querendo denunciar a falta de investimentos na Educação e o Governo querendo restringir o espaço das ruas. Por essa razão é que um destacamento da Polícia Militar, sediado em Botucatu, cercou e desarmou o acampamento erguido pelos estudantes no centro da Praça do Bosque. Pouco antes disso, por volta das 22:30, diante da iminência do conflito, os estudantes deliberaram refugiar-se no Seminário Diocesano. Enquanto o “desmonte” do acampamento ocorria, os estudantes eram recebidos por um punhado de jovens padres, para um confinamento que duraria 90 dias.

Os padres de Botucatu reagem como todos os jovens: eram impulsivos, apaixonados e alinhados com o espírito da época; queriam ligar a Igreja ao povo. Assim, optaram pelo lado mais fraco: o dos estudantes, e abriram os braços e os portões do Seminário. Declarado território livre, lá foram feitas todas as Assembléias Universitárias da época. Os Universitários comiam, bebiam e dormiam lá mesmo, sem sair um

só momento, pois as forças da Ordem Política e Social rondavam o prédio, diuturnamente.

Alguns jovens padres, porém, eram mais que solidários. Engajados, deliberadamente, iam além do apoio. Passaram a perfilar pela luta dos estudantes. Mesmo antes, quando em setembro de 1966, o Caps e os estudantes ensaiaram uma passeata de protesto contra o cerceamento da liberdade de expressão, estava entre eles o pároco da Catedral, Padre José Gilberto Beraldo. Proibida a passeata, os estudantes saíram assim mesmo. À frente, portando uma grande cruz estava Pe. Beraldo. Os estudantes subiram a Amando, a Marechal Deodoro, a General Telles e, pela Avenida Dom Lúcio, foram parar defronte ao Cemitério, onde foi celebrada uma missa. Era a segunda vez que isso ocorria, naquele mês.

Também entre eles estava Padre Augusti, outro ativista dos direitos dos jovens, defensor da aproximação incondicional da Igreja junto aos mais pobres, e arrojado nos desafios que encarava. Pagou caro. Quando os estudantes abrigaram-se no Seminário, numa de suas saídas, foi pego. Levado ao DOPS paulista, passou mais de um ano privado de sua liberdade. Tornou-se uma espécie de bode expiatório; o ocorrido acirrou os ânimos de Padres e Estudantes (*).

Os problemas dos estudantes foram resolvidos algum tempo depois, com intermediação de uma Comissão de Notáveis, chamada “Forças Vivas”. O dos padres – que na sua es-

(*) Para saber mais sobre o assunto ler “A Igreja no Cárcere – Diário e Reflexões de um Sacerdote”, livro póstumo com memórias de Pe. Augusti, 2014, organizado por Atilio Brunacci; “Padres Rebeldes? - o caso de Botucatu”, de Terezinha Santarosa Zanlochi, ed Santuário; Entrevista com padre Getúlio, reitor do seminário à época dos fatos, Revista Boca de Cena, nº 09, dez 1999.

O Reverendo Dr. Francisco Guedelha, esteve em Medellín, observou e viu detalhadamente a Conferência Episcopal e mostra, em trabalho especial para «O CORREIO», os planos de responsabilidade que a Igreja assumiu no trabalho de transformar a América Latina.

ASSIM EU VI A CELAM

ASPECTOS DE MEDELLIN

Indicado pela UNE-LAM (União Evangélica Latino-Americana) como observador, estive presente à II Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em Medellín (Colômbia), de 4 de agosto a 6 de setembro.

Muita indicação como observador se deveu a convite da Santa Sé, como seu acontecimento com reuniões protestantes de âmbito continental ou intercontinental que recebem observadores enviados pelo Vaticano. Em Medellín estive com um sacerdote católico que estera em Upsala, como

doso e bastante lógico. Três aspectos nortearam esse planejamento, segundo o esquema que segue:

- I Promoção Humana
- Comissão n.º 1 - Justiça e Paz

- Comissão n.º 2 - Família e Demografia
- Comissão n.º 3 - Educação

- Comissão n.º 4 - Juventude
- II Evangelização e Crescimento na Fé
- Comissão n.º 5 - Educação da Fé

- Comissão n.º 6 - Movimentos de seculares
- Comissão n.º 7 - Sacerdotes, Religiosos e Religiosas, formação do clero.

- Comissão n.º 8 - Pobreza da Igreja.
- Comissão n.º 9 - Pastoral de Conjunto e Planejamento do apostolado.

ta Só para que tenham validade, o que possa dizer a respeito das várias observações deverão circunscrever-se apenas nas preocupações que nortearam a situação dos Ilustres prelados latino-americanos.

Alegro-me poder afirmar que muita coisa positiva existe na Conferência e que vários aspectos da vida da Igreja e da vivência religiosa foram equacionados e o bastante realismo.

Problemas econômicos e sociais, bem como o problemas educacionais e da juventude mereceram detidas considerações das comissões encarregadas de estudá-las.

Correio de Botucatu

O JORNAL DO POVO E SERVIÇO DO POVO

ANO 56 N.º 10.188

Fundado em 1901

DIRETOR: PLÍNIO PAGANINI

Botucatu - Domingo, 15 de setembro de 1968

- Sub-Comissão A: Pastoral das Massas
- Sub-Comissão B: Pastoral das elites
- Sub-Comissão C: Catequese e Liturgia
- III Igreja Vivível e suas estruturas.

- Sub-Comissão A: A Colegialidade em seus diversos níveis.
- Sub-Comissão B: Meios de Comunicação Social.

OBSERVAÇÕES

Tendo-se em conta que as resoluções da Conferência devem receber aprovação da Santa Sé.

NOTA: Para entender aquele tempo, suas contradições e atribulações, será preciso revisitar os acontecimentos que mexeram com o conjunto de ideias, inquietações, desejos e opções das pessoas mais sensíveis aos problemas sociais nascidos no pós-guerra. Das instituições, partidos políticos e Igrejas foram os que mais se destacaram no engajamento e busca de soluções fora dos padrões institucionais. As igrejas, das católicas às da reforma, queriam ser “as igrejas de seu tempo”. Na América Latina, palco tradicional do atraso econômico e desenvolvimento tardios, excludente e mantenedora de estruturas arcaicas, brotou o ponto de rompimento no sistema dessa realidade, com seu cenário de competição entre as grandes potências, EEUU e URSS.

A CELAM - Conferência Geral do Episcopado Latino-americano

De Botucatu, seguiui para a Colômbia o reverendo Guedelha da Igreja Presbiteriana Independente (IPI). Em sua volta daquele conclave de bispos, que mudaria os rumos da evangelização na América Latina e serviria de pano de fundo para entender os acontecimentos que já estavam ocorrendo e que se acelerariam a partir de então, com maior ou menor velocidade, dependendo da opção individual ou grupal, nas várias denominações religiosas, o reverendo Francisco Guedelha, relatou os fatos que lhe pareceram importantes, em matéria pelo jornal O Correio de Botucatu, de 15 de setembro de 1968.

Mas, o que foi a CELAM?

A CELAM - Conferência Geral do Episcopado Latino-americano realizou-se em Medellín, na Colômbia, no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968, convocada pelo Papa Paulo VI para aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II às necessidades da Igreja presente na América Latina. A temática proposta foi “A

Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II” A Conferência foi inaugurada por Paulo VI na catedral de Bogotá, no dia 24 de agosto, por ocasião do XXXIX Congresso Eucarístico Internacional. Dela participaram 86 bispos, 45 arcebispos, 6 cardeais, 70 sacerdotes e religiosos, 6 religiosas, 19 leigos e 9 observadores não católicos, presididos por Antônio Cardeal Samoré, presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina, e por Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina e presidente do CELAM. No total, participaram 137 bispos com direito a voto e 112 delegados e observadores.

Três foram os grandes temas de Medellín: Promoção humana; Evangelização e crescimento na fé; Igreja visível e suas estruturas. Foram produzidos 16 documentos, no horizonte dos três grandes temas citados: I) Justiça, Paz, Família, Demografia, Educação, Juventude. II) Pastoral popular, Pastoral de elites, Catequese, Liturgia. III) Movimentos de Leigos, Sacerdotes, Religiosos, Formação do Clero, Pobreza da Igreja, Pastoral de Conjunto, Meios de Comunicação.

Ganharam grande repercussão os documentos sobre a Justiça, a Paz e a Pobreza da Igreja. Diante da relevância e impacto desses documentos, elementos característicos de Medellín foram as reflexões sobre pobreza e libertação. “O Episcopado Latino-Americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria humana (...) e (...) Não teremos um continente novo sem novas e renovadas estruturas, mas sobretudo não haverá continente novo sem homens novos, que à luz do Evangelho saibam ser verdadeiramente livres e responsáveis.” (enciclopédia livre Wikipedia).

Entendendo a mensagem de Medellín, um mosaico de opções para a ação

Vários grupos ou pessoas, de várias denominações religiosas, entenderam a propositura de Medellín como um compromisso inadiável. As reações foram as mais variadas e quem ainda não havia se engajado na luta contra as “tremendas injustiças sociais existentes na América Latina...” encontrou nos documentos do conclave e suas reflexões, a fundamentação que faltava para aprofundar sua opção latente ou iniciar um olhar mais atento ao que os bispos de Medellín falavam.

Alguns procuraram nos movimentos sociais e outros em partidos políticos o ferramental para aprofundar a opção pelos pobres, procurando transformar a realidade então existente. Entre eles estavam alguns padres de Botucatu, chamados pelas revistas das capitais de Padres Rebeldes.

Porém, alguns foram além dessa opção e perfilaram entre os que procuraram um ferramental mais radical. Foi o caso do Padre Antonio Soares, cura da catedral de Botucatu e orientador religioso da JOC (Juventude Operária Católica).

Pe. Soares deixou Botucatu para servir à CNBB, na pastoral do campo. De lá, buscando um caminho de opção mais profunda, e convencido que precisava de uma ferramenta para mudar a realidade que via, filiou-se ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil), no qual chegou à presidência regional do Estado de São Paulo.

Vinha sempre a Botucatu. Entrava e saía anônimo. Quem ele procurava? O núcleo local do PCdoB? Não. Tom, como então passou a ser conhecido, ia direto à

papelaria São Francisco, de seu velho companheiro de JOC, uma espécie de católico símbolo, pelo seu devotamento à Igreja e militância histórica, Carlos de Rosa, hoje falecido.

Quando Pe. Soares estava muito doente, porém ainda militando no PCdoB, uma delegação de amigos e companheiros de suas velhas lutas de Botucatu, (quando, na condição de orientador espiritual da JOC, dirigiu o apoio ao movimento dos trabalhadores da Tecelagem Vidigal, falida depois de duas poderosas enchentes do Rio Lavapés) foi visitá-lo. Quem eram? Membros do PCdoB local? Não! Ativistas da velha Ação Católica Operária, pastoral dos anos 50, reunida em torno de seus remanescentes, principalmente Remédios Rúbio.

Essas relações que fazem, diariamente e em todas as épocas, cruzarem vidas e caminhos diferentes, aparentemente, podem parecer estranhas a muitos, mas fazem parte da vida real, a vida que as pessoas escolhem viver.

Pe. Soares faleceu em Santo André. Um dia, quando o repórter Haroldo do Amaral, de Botucatu, encontrou-o na sede regional do PCdoB, em São Paulo e chamou-o por padre, Antonio Soares puxou-o para um canto e falou: “Haroldo, por favor, não me chame de padre aqui dentro. Alguns companheiros não conseguem entender”. Pe. Antonio Soares morreu padre, dentro do PCdoB e com o coração pulsando no ritmo de Medellín. (*)

Vidas como a dele existem aos montes. Padre Alípio de Freitas, velho militante da Ação Popular, organização nascida a partir de JUC (Juventude Universitária Católica), Pe. Alípio, que não gosta de ser chamado de padre, dirigiu antes de 1964 as lutas camponesas pela posse da terra em áreas devolutas, entre os rios Trombas e Formoso, Goiás. Experimentou uma trajetória igual a tantos outros padres, porém seu engajamento deu-se antes de 1964 e nada teve a ver com as proposituras da CELAM. (**)

(*) Para saber mais sobre o engajamento de pessoas de várias denominações religiosas e o enfrentamento da repressão da ditadura militar, ler "Protestantismo, Política e Sociedade no período da Ditadura Militar", do prof. Valdir Gonzáles Paixão.Jr. - UNESP/ABL

(**) Para saber mais sobre Pe. Alípio de Freitas e sua trajetória, ler "Revolucionários sem rosto - A História da Ação Popular, vol I", do jornalista Otto Filgueiras, ou acessar https://pt.wikipedia.org/wiki/Al%C3%ADpio_de_Freitas

Na próxima terça-feira a comissão para a eleição do Conselho Municipal de Botucatu, presidida pelo deputado estadual Antônio de Souza, vai se reunir para discutir o regulamento do Conselho Municipal de Botucatu. A comissão também vai discutir o regulamento do Conselho Municipal de Botucatu, presidida pelo deputado estadual Antônio de Souza, vai se reunir para discutir o regulamento do Conselho Municipal de Botucatu.

Um pouco mais mo, aquilo era, pelo calma, FCMDB, já estava em grau, devido a uma forte gripa e a gripe que a cometeu anteriormente assistindo a quando de alguns dias e pe. d. n. o. e. a visita, de Dr. sua gripe. Agora tudo Aniquil. continua com Campana, professor da está bem.

é bastante grande o número de amigos do prelado que vai até o DOPS, procurando vitalício.

miasso e isto deverá ser reconhecido pelo tribunal judicial incumbido de sua julgamento. M. Romo Alberti. Biepo Diocessano de A. peaarana e Administrador Apostólico da arquidiocese de Botucatu, disse que na primeira oportunidade estará visitando o Sr. Aguiari, para levar-lhe o conforto espiritual. Outro padre que tem visitado regularmente os presos políticos, ali hostes com o preso é o monsenhor Francisco Claudi de Nascimento. Perguntado sobre o estatuto Norberto Marcondes dos Santos, que também se encontra detido naquela dependência policial, o Pe. Antônio disse que o mesmo está passando bem e sendo muito tratado, a exemplo do que vem acontecendo com todos os presos políticos, ali hospedados.

Correio de Botucatu

ANO 65 Nº 10.180
Fundado em 1901
DIRETOR: PLÍNIO PAGANINI
Botucatu - Quarta-feira, 15 de agosto de 1968

Eleições: Notícias Estão Começando

A partir de hoje, as muitas novidades poderão começar a propagação eleitoral em função das eleições municipais marcadas para novembro. Segundo o calendário elaborado pelo TSE, com base na legislação vigente, a eleição municipal política está sendo realizada, não se acredita que a propagação eleitoral seja iniciada de imediato. Além disso, o prazo para o registro das candidaturas termina às 18h de 15 de outubro, e só lá, em Botucatu, onde a municipalidade política está sendo realizada, não se acredita que a propagação eleitoral seja iniciada de imediato. Além disso, o prazo para o registro das candidaturas termina às 18h de 15 de outubro, e só lá, em Botucatu, onde a municipalidade política está sendo realizada, não se acredita que a propagação eleitoral seja iniciada de imediato.

Segundo informações obtidas pela reportagem, a aprovação do decreto-lei local da ARENA, deverá acontecer na próxima segunda-feira. E a propagação eleitoral gratuita através das estações de rádio e televisão, somente se iniciará dentro de dois meses, exatamente no dia 11 de outubro.

Festival de Teatro Amador

A Associação de Teatristas de Botucatu, em parceria com o Grupo de Teatro Amador, realizará o Festival de Teatro Amador, com o tema "A Arte do Teatro". O festival será realizado em Botucatu, no dia 25 de agosto, com a participação de grupos de teatro amador de Botucatu e de outros municípios da região. O festival será realizado em Botucatu, no dia 25 de agosto, com a participação de grupos de teatro amador de Botucatu e de outros municípios da região.

PORTO PAÇO DE BOTUCATU PORTARIA 277/61

Exames de Admissão no ICA

Estão abertas a partir de hoje, até o dia 15 de agosto, as inscrições para os candidatos aos exames de admissão ao Instituto de Cultura e Arte de Botucatu. Os exames serão realizados em Botucatu, no dia 25 de agosto, com a participação de grupos de teatro amador de Botucatu e de outros municípios da região.

Eleições da Câmara Júnior

No próximo dia 25, o Conselho Municipal de Botucatu realizará as eleições para a Câmara Júnior. O Conselho Municipal de Botucatu, presidido pelo deputado estadual Antônio de Souza, vai se reunir para discutir o regulamento do Conselho Municipal de Botucatu. A comissão também vai discutir o regulamento do Conselho Municipal de Botucatu, presidido pelo deputado estadual Antônio de Souza, vai se reunir para discutir o regulamento do Conselho Municipal de Botucatu.

Eleições no DATA

Loteria Federal (Resultado de ontem)

10 - 55.012
20 - 04.802
30 - 09.545
40 - 31.223
50 - 09.687

Pequenas Notas...

1 - Amanhã, a partir das 14 horas o novo restaurante do Albergamento Municipal, atendendo os interessados, abrirá suas portas para o almoço. O almoço será servido às 12h30, com a presença de todos os funcionários do Albergamento Municipal.

Criança Excepcional

Um menino de 12 anos, chamado João, nasceu com uma deficiência física. Ele é muito inteligente e gosta de estudar. Ele é muito inteligente e gosta de estudar. Ele é muito inteligente e gosta de estudar.

Pequenas Notícias

1 - O Conselho Municipal de Botucatu, presidido pelo deputado estadual Antônio de Souza, vai se reunir para discutir o regulamento do Conselho Municipal de Botucatu.

Pequenas Notícias

1 - A nova nova onda de violonistas brasileiros está surgindo em Botucatu. O violonista João Silva, de Botucatu, está se destacando no meio artístico.

Pequenas Notícias

1 - O Conselho Municipal de Botucatu, presidido pelo deputado estadual Antônio de Souza, vai se reunir para discutir o regulamento do Conselho Municipal de Botucatu.

Pequenas Notícias...

1 - Amanhã, a partir das 14 horas o novo restaurante do Albergamento Municipal, atendendo os interessados, abrirá suas portas para o almoço. O almoço será servido às 12h30, com a presença de todos os funcionários do Albergamento Municipal.

Pequenas Notícias

1 - O Conselho Municipal de Botucatu, presidido pelo deputado estadual Antônio de Souza, vai se reunir para discutir o regulamento do Conselho Municipal de Botucatu.

Pequenas Notícias

1 - O Conselho Municipal de Botucatu, presidido pelo deputado estadual Antônio de Souza, vai se reunir para discutir o regulamento do Conselho Municipal de Botucatu.

Pequenas Notícias

1 - O Conselho Municipal de Botucatu, presidido pelo deputado estadual Antônio de Souza, vai se reunir para discutir o regulamento do Conselho Municipal de Botucatu.

Pequenas Notícias

1 - O Conselho Municipal de Botucatu, presidido pelo deputado estadual Antônio de Souza, vai se reunir para discutir o regulamento do Conselho Municipal de Botucatu.

Pequenas Notícias

1 - O Conselho Municipal de Botucatu, presidido pelo deputado estadual Antônio de Souza, vai se reunir para discutir o regulamento do Conselho Municipal de Botucatu.

sência referia-se a problemas internos da Igreja – foi resolvido com o deslocamento da totalidade deles para outras Paróquias, fora da cidade, mas dentro da Arquidiocese.

As eleições de 68

À crise estudantil e à crise dos Padres, juntou-se o agravamento da conjuntura institucional do país. Em 1965, pelo Ato Institucional n.2, o Governo Federal havia extinguido os partidos políticos. Eram velhas siglas, que estavam organizadas desde 1946, época em que a Nação, saída da II Guerra e de uma outra Ditadura, a de Getúlio, pactuara uma nova Constituição. No lugar desses partidos, o Regime criou duas únicas agremiações para acomodar todos os matizes políticos da sociedade: Arena e MDB.

Em 1968, ocorreram as primeiras eleições com as novas legendas, para renovação das Câmaras de Vereadores e das Prefeituras. No final do ano, após uma tumultuada campanha eleitoral, foi eleito Luiz Aparecido da Silveira, pelo MDB.

Vereadores eleitos em 1968 para um mandato entre 1969/1972

Junto com ele, foram eleitos para a Câmara de Vereadores: pela ARENA - Plínio Paganini, José Antonio Pinheiro Aranha, Jairo Luiz de Andrade, Jayme Contessote, João Batista Domene, Oswaldo Minicucci, Oswaldo M. Paganini, Abílio Dorini e João Carlos Moreira. Pelo MDB - Antonio Gabriel Marão, Progresso Garcia, José Luiz Amat, Plínio Ferraz Pinto, Jorge Thiago da Silva e Hernani dos Reis.

O prefeito Lico, no curso dos acontecimentos de 1969, optaria por transferir-se para a ARENA, por ocasião da visita do Ministro da Justiça do Governo Costa e Silva, professor Gama e Silva, vindo a Botucatu para paraninfar a posse do Arcebispo Dom Zioni.

Botucatu deixa de ser Sede de Região Administrativa do Estado

A perda das Regionais foi a maior derrota de Botucatu em todos os tempos. Nada foi mais contundente nas pretensões botucatuenses em continuar a ser uma cidade dinâmica, progressista e moderna, do que a evasão da estrutura de repartições e comandos regionais, da qual Botucatu era a sede.

Por quê as Regionais foram embora?

Essa pergunta permanece sem resposta satisfatória. Alguns dizem que o Governador Sodré teria ficado ofendido com as vaias a ele dirigidas pelos estudantes, quando, em meados do ano de 1968, ele veio a Botucatu. Como se sabe o Governador apoiava o Dr. Antonio Delmanto – médico benemérito, facultativo da Santa Casa de Misericórdia e candidato a prefeito pela Arena. Sua vinda, entre outras coisas, estava ligada ao apoio ao “amigo Delmanto”, conforme ele mesmo gostava de dizer. Programado um almoço em sua residência,   rua Dr. Cardoso de Almeida, os estudantes – que àquela altura estavam imbuídos do desejo de denunciar a falta de investimentos no Hospital local, resolveram fazer uma ma-



O Prefeito Luis Aparecido da Silveira (Lico) recebe o governador Laudo Natel (à direita), em Botucatu.

nifestação defronte à residência onde o governador almoçava.

O ato terminou com a dispersão dos estudantes pelas casas vizinhas, diante do aparato mobilizado pelo Batalhão da Polícia Militar. Alguns pensam que isso influenciou na decisão do Governador, na hora em que o Estado redimensionou sua Máquina de Arrecadação.

Outros dizem, ainda, que o Governador, empenhado na vitória de seu candidato a prefeito, Dr. Antonio Delmanto, não teria gostado de ver esse desejo frustrado com a eleição do candidato adversário: Luiz Aparecido da Silveira, pelo MDB. E teria punido a cidade, impondo-lhe uma derrota, não assimilada até hoje.

Na verdade, esses fatos podem ter apresado a decisão da Secretaria Estadual da Fazenda – o órgão que cuida da arrecadação dos im-

postos, mas não foram, nem de longe, o motivo. O projeto de readequação da base arrecadora do Estado já “dormia” em alguma gaveta, à espera de um melhor momento para ser anunciado e os acontecimentos que envolveram o Governador e o Candidato da Arena, naquele longínquo 1968, misturaram-se aos verdadeiros motivos.

Estavam no almoço oferecido ao governador Sodré, além do candidato Dr. Antonio Delmanto, o ex-vereador Dr. Antonio Tílio Júnior, o ex-vereador e ex-pároco da igreja Pio X José Carlos Fortes, o ex-vereador Arnaldo Leota de Melo, o ex-vereador Dr. Sebastião Torres. Consultados, alguns lembram-se que o governador Sodré falou da existência de um “projeto técnico” que deslocaria a sede da Divisão Administrativa para Bauru, e que *“seria muito difícil impedir essa mudança, caso o candidato da Arena perdesse as eleições”*. Sabe-se que, depois do almoço, pelo rádio, o governador voltou a repetir a mesma história. Ou seja, a cidade sabia que estava em jogo muito mais do que a simples posse da cadeira da administração municipal.

Mas, pedir para a imensa massa de trabalhadores da ferrovia e indústrias locais, que dessem ao seu voto uma dimensão meramente local seria pedir um esforço sobrehumano para um operariado que estava acostumado a seguir as posições das várias lideranças trabalhistas que, de há muito, pautavam suas posturas por bandeiras de cunho mais amplo.

Imperou um voto de oposição, muito embora o MDB da época estivesse longe de um ideário explícito de contestação ao regime militar.

Por quê então?

Botucatu perdeu sua posição de Sede de Região Administrativa, porque perdeu, antes, sua liderança econômica no cenário regional e interiorano. Sua economia minguou lentamente por mais de 30 anos, agonizando debaixo de uma crise contínua, tendência apenas revertida a partir dos anos 60, como vimos, com a instalação da unidade de ensino biomédico, a FCMBB.

Até ali, aos poucos, mas inexoravelmente, debaixo do queixo dos dirigentes municipais, angustiados, foram fechando os negócios comerciais, as indústrias perdendo seus mercados ou deixando de expandir e os novos empreendimentos industriais deixando de ser feitos. Quando chegaram os anos 60, Botucatu figurava em 50º lugar em desenvolvimento, entre todas as cidades do Estado.

Não por coincidência, aquele foi o momento em que os índices de crescimento populacional apontam para o pior desempenho. A cidade agonizava: éramos 41 868 os habitantes do município em 1950. Pouco mais que os 38.881 de dez anos antes (1940) e pouco menos ainda, do que seríamos dez anos depois (1960): 43.595.

Enquanto isso ocorria, cidades com dinâmica ininterrupta de crescimento econômico, tais como Bauru e Presidente Prudente experimentavam um crescimento ímpar. Um bom in-

População Municipal-cidade/ano

	1920	1930	1940	1950	1960	1970
Botucatu	33.405	-	38.881	41.868	43.595	51.954
Bauru	20.386	-	55.472	65.452	93.980	131.936
Pres. Prud.	(*)	-	75.806	52.460	72.782	105.707

Fonte: IBGE/Botucatu – Obs: a queda populacional de Pres. Prudente, apontada no censo de 1950, deve-se à divisão territorial provocada pela criação dos novos municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Cel.Goulart e Pirapozinho. (*) Em 1930, não houve censo. Presidente Prudente foi fundada em 1923.

dicador para verificar o que estamos falando é mostrado pela tabela de crescimento populacional da cidade (quadro acima).

Assim, quando se procedeu à transferência das Sedes Administrativas das Repartições Estaduais e a nossa cidade perdeu força política no cenário estadual, décadas de atraso e debilidade financeira já nos haviam vitimado.

Motivações Políticas?

Se concordarmos que os motivos últimos foram os de natureza econômica, poderemos acrescentar a eles os fatos políticos que sucederam à cassação do governador Adhemar de Barros e que agravaram a situação da cidade perante os governos militares. A perda de seu mandato significou para a região do eixo São Manoel/Botucatu a queda de prestígio que mantinha Botucatu na condição de Sede Divisional, mesmo tendo uma economia fragilizada. Como é lógico entender aquele momento, Governador caído leva junto seus aliados. Foi o que sucedeu: não prosperaram nos primeiros tempos – até que uma reengenharia política colocasse perfilados os daqui e os do regime – ne-

nhuma reivindicação de monta. A queda de Adhemar de Barros significou para Botucatu a perda do status político e dos privilégios nos investimentos estaduais dentro do município. Somente assim é que vamos entender porque tantas obras agendadas deixaram de ser realizadas no período imediatamente posterior à sua cassação, inclusive as licitações que antecediam as obras de instalação do Hospital Universitário. Os governadores subseqüentes (Laudo e Sodré) apenas cumpriram a agenda...até que tudo fosse resolvido (*). Foi no curso desse descompasso entre as lideranças locais e o regime, que os estudantes de nossas escolas superiores resolveram agir por conta própria. E nisso, foram apoiados pelos botucatuenses.

O novo ciclo industrial

A cidade pediu uma Faculdade de Medicina (1958 – governo Jânio Quadros), o governo ofereceu e instalou um Centro Biomédico de referência (1963 – governo Carvalho Pinto). Às três escolas superiores, de primeira hora, foi acrescentada a Faculdade de Agronomia (1965 – governo Adhemar de Barros), ampliando o campo de abrangência do ensino universitário local e, logo, a cidade sentiu os efeitos de tudo isso.

Havia, naquela época, o entendimento que Botucatu deveria ter uma economia harmonio-

(*) No dia 30 de julho de 1966, um domingo, deslocando-se por rodovia rumo a Bauru, onde deveria participar das comemorações dos 70 anos daquela cidade, o governador em exercício Laudo Natel, parou com sua comitiva, na boca de noite, para jantar no Capri Restaurante, em Botucatu, um estabelecimento localizado na rua Amando de Barros, defronte ao atual Magazine Luiza. Não julgou importante avisar ninguém, mas como essas coisas acabam sempre sendo descobertas, não restou outra alternativa a não ser mandar longa saudação, via jornal Correio de Botucatu, ao povo da cidade que o abrigava naquele momento.

sa e, para isso, deveria incrementar seu parque industrial, buscando recriar as condições de outrora, perdidas no emaranhado das sucessivas crises. Uma mentalidade consolidada nesse sentido empurrava os dirigentes de encontro a uma atitude desenvolvimentista. Essas preocupações orientavam as políticas públicas, unificavam os discursos e otimizavam os esforços. Era, mesmo, unanimidade, entre as classes dirigentes locais, incluindo políticos, sindicalistas e empresários, a idéia de que a cidade deveria apostar no setor industrial.

Com esse entendimento, perfeitamente pactuado entre as elites dirigentes e, também, sob estímulo de um programa desenvolvido pelo Governo Paulo Egídio Martins, chamado PROIN-DE, que tinha como meta promover o desenvolvimento industrial do interior paulista, em pouco mais de oito (8) anos, investimentos em novas indústrias ampliaram as bases do setor.

Entre outras coisas, e para estar compatível com o plano estadual de interiorização da indústria, concomitante à retomada do Plano Diretor, criou-se um programa de organização interna do espaço e das forças ligadas a indústria, chamado PLADIBO (Plano de Desenvolvimento da Indústria de Botucatu).

No curto espaço de duas administrações, a do prefeito Plínio Paganini e Luiz Aparecido da Silveira (Lico), as grandes indústrias de hoje instalaram-se em Botucatu. São dessa época a Staroup, a Duratex, a Costa Pinto (hoje inexistente), a Hidroplás, a Caio (hoje Induscar), a Brashidro, a Frontal, a Motomar e a Nauplás

(ambas do segmento náutico, hoje inexistente) e algum tempo depois a Cervejaria Belco (depois transferida para S. Manuel).

Somadas às indústrias genuinamente botucatuenses, criadas no decorrer dos anos 50 e 60, como a Petrac, Mecatral e Moldmix, Fábrica de bolachas Catú, Indústria Aeronáutica Neiva Ltda e Fábrica de Hélices Cruzeiro, as novas unidades deram formato final à base industrial que garante emprego e renda até hoje, decorridos trinta (30) anos, ou mais, daquele período. Outras iniciativas também surgiram, e das quais é preciso citar o pioneirismo da Fábrica de Soro, uma unidade do setor de biotecnologia.

A cidade acorda para o planejamento

Foi nesse período que a cidade acordou para a necessidade de criar um novo projeto de expansão para o seu plano viário. Um olhar para um velho mapa de Botucatu, de 1890, mostra as transformações ocorridas logo depois do governo republicano assumir o Brasil e, em Botucatu, os republicanos assomarem ao poder. Naquela antiga ocasião foi dada ao centro de Botucatu a configuração que tem hoje. As ruas João Passos (antiga Cesário Alvim), Cardoso (antiga Áurea), General Telles e Santana, foram ligadas à mais nova Avenida (a Floriano Peixoto). Os velhos cemitérios existentes no centro da cidade (o Público ou Católico, onde hoje está o prédio do antigo Fórum, e o Evangélico, na Boa Vista), foram desativados e os restos mortais transferidos para o Portal das Cruzes. Com isso foi desimpedida a General Telles. E, finalmente, come-

çou a ganhar forma a Esplanada das Escolas, até então um espaço destinado a receber um longo jardim fronteiro à nova Matriz (hoje demolida). Foi a primeira vez que um prédio público ganhou um espaço antes destinado apenas às Igrejas: surgiu o Grupo Escolar Cardoso de Almeida. À frente de todo o plano estava o Intendente Raphael Ferraz de Sampaio, um advogado do Fórum local e vereador do Primeiro Conselho de Intendência Municipal da República.

No governo Amaral, o terceiro Plano de Desenvolvimento Urbano

Até aquela ocasião, a cidade esgotava-se nas imediações das conhecidas Casas Populares (conjunto habitacional construído por Renato de Barros, ainda no ano de 1949, acima da Vila Maria); a leste. Ao norte, por sua vez, a cidade terminava pouco além do Hospital Regional da Sorocabana (cercado por um imenso cafezal). A Noroeste, a última rua continuava sendo a Pedro Angela, defronte ao Campo do Clube VII de Setembro, divisando na sua quase totalidade, com outro campo de cultivo, remanescente da antiga Fazenda Velha. O Jardim Bom Pastor e a contígua Vila São João, permaneceram despovoados, bem como as Vilas: Real, Parque Imperial e Marajoara, a sudoeste.

A comissão que conduziu o Plano Diretor

Foi para saltar por cima desses limites que um novo plano de expansão do sistema viário foi traçado, no Governo Amaral. Mas não foi um plano pequeno. A lei enviada pela Prefeitura

ra à Câmara de Vereadores, previa a nomeação de representantes de várias entidades da cidade, e de algumas personalidades de destaque na vida local. Formaram nessa comissão: Dom Frei Henrique Golland Trindade, Dr. Osmar Delmanto (OAB), Dr. Luiz Peres (APM), Dr. Ary Benvenuto Ballarim, Dr. Francisco Blasi (Lions), Dr. Arimar Ferreira de Barros (Fiesp/Ciesp), Luiz Chiaradia (Acib), Sérgio Marum (Caps), Celso Antonio Pinheiro Castro (CA Tristão de Ataíde), Prof. Julierme Abreu e Castro, Túlio Werner Soares, Eugênio Monteferrante Netto (AEB), Antonio Miguel e Dr. João Baptista Cioffi.

Nesse plano estavam previstas algumas obras que teriam como finalidade modificar o plano viário. Entre elas, projetou-se a entrada da cidade pela Avenida Visconde do Rio Branco, imediações de onde deveria ser construída uma Estação Rodoviária e por onde começaria a nova rodovia, pavimentada, ligando a cidade ao distrito de Rubião Junior. Seria, também construído, um viaduto sobre os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana (exatamente no lugar onde está hoje), procurando resolver um velho problema: a criação de uma segunda ligação Cidade/Vila dos Lavradores, opcional, principalmente para os dias de enchente na baixada (velho problema da década de 50 e 60).

No governo Plínio, mudanças na infraestrutura urbana e a busca por verbas para expandir o Plano Viário

Depois do final do Governo Amaral à frente da Prefeitura de Botucatu, o Plano Diretor



O prefeito Plínio Paganini (à direita) recebe o governador Paulo Egidio Martins em uma de suas visitas a Botucatu.

de Desenvolvimento sofreu um arrefecimento. As velhas verbas deixaram de vir, as obras que estavam por iniciar, não o foram ou nem sequer foram encetadas. O plano esperava.

No final do ano de 1972, o radialista Plínio Paganini foi reconduzido à Prefeitura Municipal, desta feita como prefeito. Naquele ano, concorriam às eleições Plínio Paganini e Agnelo Audi, pela Aliança Renovadora Nacional – ARENA.

Vereadores eleitos em 1972 para um mandato entre 1973/1976

Junto com a chapa da Arena, que levou Plínio e Agnelo para a Prefeitura, foram eleitos para a Câmara de Vereadores os seguintes nomes: Pela ARENA – Antonio Delmanto, Octacílio Paganini, Mário Pascucci, Oswaldo M. Pagani, João Carlos Moreira, Rabib Neder, João Batista Domene, Jayme Contes-

sote, Alberto Laurindo, Álvaro P. Gonçalves, Abílio Dorini, Jonas Alves Araújo e José Batista Geraldo. Pelo MDB: Antonio Gabriel Marão e Hernani dos Reis.

Nesse curto mandato, a Prefeitura foi transferida para o prédio desocupado pela Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, que havia sido extinta. A administração pública vinha perambulando de prédio em prédio, desde que abandonara seu antigo e tradicional edifício (onde hoje está a Câmara Municipal), buscando uma melhor instalação. Deu certo. A Prefeitura está ali, há pelo menos 40 anos.

Nesses quatro anos, a administração pública dedicou-se a resolver alguns outros problemas de infraestrutura.

São desse período a Delegacia de Polícia no Bairro Alto (que substituiu a velha cadeia pública, instalada desde 1925, do outro lado do prédio do Fórum), a Delegacia Agrícola, na Vila Sônia (que funcionava até então em prédios alugados), o Viaduto Bento Natel na Vila Aparecida/Antártica (que desafogou a Floriano Peixoto), a rodovia de ligação com a Castelo Branco, “Castelinho” (que possibilitou aos botucatuenses utilizarem a auto estrada, inteiramente), bem como a primeira grande polêmica sobre a construção de um novo Fórum para a Comarca. Conseguida a verba, o novo prédio não foi construído, pois a mudança de lugar (o novo Fórum seria construído onde hoje está a Casa da Agricultura) não alcançou aprovação dentro da comunidade judiciária de Botucatu.

Os serviços de Água e Esgotos

Mas existe um outro problema de infraestrutura, que a Administração Plínio/Agnelo, atacou naqueles anos; foi a deficiência no fornecimento de água tratada e encanada, problema que vinha de longo tempo.

Desde a Administração Amaral de Barros, a Prefeitura debatia-se com a falta de recursos para novos investimentos na captação, armazenamento e tratamento de água. Os recursos mal davam para manter os poucos funcionários do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos (SAAE) municipal.

A cidade estava se expandindo rapidamente, tinha aumentado seu ritmo de crescimento, mas não suportava a carga para novos investimentos. Faltava água em vários pontos da cidade, malgrado já estivessem abertos alguns poços artesianos, alocados em pontos altos e distribuídos por bairros da cidade. Mas eram insuficientes. E, quanto mais a população precisava, mais faltava o precioso líquido. Foi então que surgiu, em 1974 (*), como uma solução para os problemas do fornecimento da água em Botucatu, a oportunidade de firmar um convênio com a empresa de economia mista, Sabesp, recém criada sob a liderança do Governo do Estado de São Paulo.

Botucatu acabou sendo a primeira cidade do interior a assinar um convênio dessa ordem e terceirizar seus serviços de água.

(*) O novo sistema de coleta, tratamento e distribuição de águas da Sabesp foi entregue oficialmente na manhã do dia 24 de Abril de 1976, com a presença do governador Paulo Egídio Martins.

A busca dos Recursos para retomar o Plano de Desenvolvimento Urbano

Do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano estabelecido durante o governo Amaral, Plínio Paganini foi buscar o projeto do viaduto sobre os trilhos da Sorocabana (Fepasa). Mudou de nome. A obra, originalmente, deveria homenagear a progenitora do governador Adhemar (dona Eliza Pereira de Barros), mas homenageou o pai de Laudo Natel, governador que acabou por liberar os recursos (senhor Bento Natel), em mandato para o qual foi escolhido, posteriormente.

Mas do Plano Diretor de Desenvolvimento, faltava a expansão das vias públicas. Falavam as avenidas, as interligações e a previsão de acessos para novos bairros que iriam surgir. A cidade continuava espremida no mesmo espaço traçado em 1890 por Raphael Ferraz de Sampaio. Essa foi a tarefa que a administração Plínio chamou para si, pretendendo continuá-la, se possível, através de seu sucessor. Como mostrou a História, não foi possível, mas as verbas estavam todas ali, prontas para serem utilizadas na construção da nova cidade que iria surgir. A nova Botucatu estava começando a sair do papel.

No segundo Governo Lico, a execução do novo Plano Viário

Foi no governo de Luiz Aparecido da Silveira, iniciado em 1977, que aconteceu o terceiro maior Plano de Expansão das Vias Públicas de Botucatu. Somente comparável ao realizado em 1890, pelo intendente Raphael Ferraz de Sam-



No final da década de 80 o arquiteto Eugênio Monteferrante entregava novas cópias do plano diretor à Câmara. Na foto, Eugênio juntamente com os vereadores Valdemar Pereira de Pinho e Junot de Lara Carvalho.

paio, o Plano apontou os rumos por onde a cidade deveria crescer.

Vereadores eleitos em 1976 para cumprir mandato entre 1977/1980

Os vereadores que se elegeram nessa ocasião foram, pela ARENA: Antonio Benedito Aria, Mário Pascucci, Armando Moraes Delmanto, Walter Paschoalick, Catherino, Salim Raphael Abud, Oswaldo Moreira Pagani, João Carlos Moreira, Agêo Maurício de Oliveira, Elias Francisco Ferreira, Álvaro Picado Gonçalves e José Luiz Amat. Pelo MDB: Progresso Garcia, José Ramos, Hernani dos Reis, Jorge Thiago da Silva.

O Plano de Desenvolvimento Urbano – a expansão viária

Peça chave para as mudanças ocorridas na cidade, naquele período, foi o arquiteto Eugênio Monteferrante Netto, que se elegera na condi-

ção de vice-prefeito de “Lico Silveira” e estava à frente do projeto de expansão do Plano Viário.

Presente na história local, desde quando voltou de São Paulo, para onde se deslocara com a finalidade de obter graduação universitária na área, Eugênio revelou-se um obcecado perseguidor desses objetivos. Já no início da administração de Amaral/Coelho, ainda em 1964, vamos encontrá-lo indo a S. Paulo, juntamente com o prefeito e buscando na FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, um contacto que pudesse fazer começar o planejamento urbano em Botucatu.

Foi exatamente depois dos primeiros contactos e do primeiro levantamento, preliminar ainda, que o prefeito Amaral encaminhou a proposta de formação de uma Comissão permanente da Comunidade, visando criar condições de suporte à realização do Plano. Na primeira comissão, como se pode observar, Eugênio Monteferrante representava a seção local da Associação de Engenharia.

Quando assumiu, finalmente, a execução do plano, com verbas disponíveis e estudos concretizados, havia pelo menos 12 anos que perseguia aquelas metas. E conduziu uma arrojada ampliação do plano viário, rasgando avenidas em áreas ainda não ocupadas, implementando demolições e redesenhando os novos limites que a cidade iria ter.

São desse período as avenidas por onde hoje rodam todos os veículos automotores de Botucatu. Há 30 anos, a cidade já utiliza a Avenida Conde de Serra Negra, por onde deman-

dam os moradores das Vilas Mariana, Jardim Peabirú, Ciranda, Bandeirantes, Arnaldo Leota e adjacências. Na Vila Pinheiro foi pavimentada e retificada para entrega, também no governo “Lico”, a Avenida Leonardo Vilas Boas, como também o alargamento da Rua Camilo Mazoni, que passou a ser a continuação da Leonardo. Na Vila São João completou-se a pavimentação da parte sul da Avenida Vital Brasil, sobre um caminho muito antigo, que permanecia estreito como quando fora traçado.

Mudança substancial, entretanto, ocorreu com o planejamento das avenidas que conduziam, dos fundos do Hospital Sorocabano (hoje Hospital do Bairro) para o alto das colinas do Norte, junto à Fazenda Lajeado, lugar onde foi aberto o Jardim Paraíso, ao lado da pioneira Sobloco. Esse loteamento, realizado inteiramente pelo desmembramento da Chácara Barros, foi projetado pelo arquiteto e urbanista Eugênio Monteferrante, em época imediatamente anterior à aprovação do Plano de Expansão Municipal e, alcançar corretamente as avenidas projetadas dentro daquele conjunto habitacional, foi uma longa discussão, que dividiu arquitetos e engenheiros por longo tempo. Hoje, essas avenidas são Rafael Laurindo, José Barbosa de Barros e Camilo Mazoni.

Marcas do período

A marca inequívoca desse período de quase 20 anos, onde foram administradores Joaquim Amaral Amando de Barros/José da Silva Coelho, Plínio Paganini/Agnelo Audi e Luiz Aparecido da

Silveira/Eugênio Monteferrante Neto, foi a retomada do desenvolvimento industrial, a consolidação do núcleo de escolas universitárias (que passaram a compor o campus local da Unesp, em 1976) e a execução do Terceiro Plano de Desenvolvimento Urbano, com a expansão do plano viário local, resultando na configuração apresentada hoje pela cidade de Botucatu (*)

(*) O mandato de Luiz Aparecido da Silveira foi prorrogado pelo fato de terem sido adiadas as eleições programadas para 1980. Elas, de fato, se realizaram em 1982 e no período aconteceu a reorganização partidária, que deu origem a muitos partidos que hoje estão na vida política do Brasil contemporâneo: PT, PMDB, PDT, PTB e PSB.



Praça do Paratodos: acima, jardim atual recém-inaugurado; ao lado, antigo jardim substituído.





Em sua fase de acabamento, a escultura em chapas de ferro soldadas, de Caciporé Torres, a ser instalada em praça na cidade de Botucatu.



Doce época em que a instalação de um semáforo era motivo de solenidade. Na foto, o prefeito Amaral de Barros (primeiro à esquerda), e o presidente da Câmara, Octacílio Paganini, aplaudiam o descerramento, acompanhados do diretor do DER, Alberto de Zagottis.

**Escultura
para
Botucatu**

*Do Correspondente
e do serviço local*

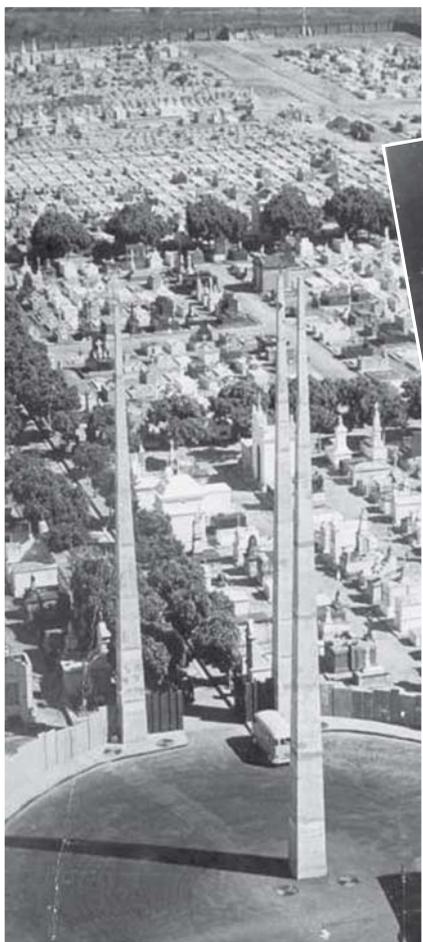
Caciporé Torres vem de terminar uma escultura em grande formato, feita por encomenda da Prefeitura de Botucatu. A peça será instalada na praça Coronel Moura, cuja reforma total foi confiada ao arquiteto Nadir Curi Mezerani, e que será inaugurada amanhã, com uma apresentação do Teatro da Universidade Católica de S. Paulo (TUCA).

Para Caciporé o escultor deve trabalhar intimamente ligado ao arquiteto. Mesmo assim, para sua obra, teve liberdade absoluta de criação. É uma peça de ferro soldado, de 3,5 metros, apoiada em dois pés. Segundo o artista, sua forma "lembra um radar e deverá causar impacto por meio do elemento escultórico".



NOTA:

A escultura acabou não ficando em Botucatu. Consultado, o arquiteto Mezerani (à esquerda), botucatuense nascido no distrito de Vitoriana, deixou parecer que a mesma fora julgada excessivamente futurista. Caciporé Torres tem esculturas espalhadas por vários locais de São Paulo.



**Entregue em Abril de 1967
Governo Amaral de Barros**

**Portal das Cruzes no cemitério
local, entregue em 1968
Governo Amaral de Barros**



**Viaduto Bento Natel, entregue
em 1975, no segundo
Governo Plínio Paganini**



Tobogã Aquático (acima) do Véu de Noiva, entregue na segunda Administração Lico.

(Ao lado) Entrega da Nova Estação de Tratamento de Águas da Sabesp, em 24/04/76, na Adm. Plínio.



(Ao lado) Conjunto Habitacional "Humberto Popolo" (Cohab-1). 1583 casas construídas no segundo governo Luiz Aparecido da Silveira - Lico (1977/1982)



Rodovia João Hipólito Martins (Castelinho), construção do Estado iniciada em 1974, no Governo Plínio Paganini, concluída e entregue no Governo Luiz Aparecido da Silveira (Lico) no dia 13/10/1978, com a presença do governador Paulo Egydio Martins. Foi duplicada nos Governos Jamil e Joel Spadaro



Da esquerda para a direita: dr. Antonio Delmanto - médico, vereador e presidente da Câmara; Antonio Eurico - repórter da PRF-8, prefeito Amaral de Barros, governador Abreu Sodré (falando aos microfones), deputado federal Braz Nogueira (ligeiramente atrás do governador), José Antonio Pinheiro Aranha - secretário do prefeito Amaral, e depois vereador, e José Maria Leonel - repórter da Rádio Municipalista

NOTA: O governador Abreu Sodré veio a Botucatu por duas vezes naqueles anos. Uma primeira vez, em 14 de abril de 1967 (retrata-da nessa foto acima) onde cumpriu um programa que incluiu a inauguração da Praça e busto do Coronel Moura (Praça do Paratodos) e, também, participou de sessão solene na Câmara de Vereadores, onde recebeu o título de cidadão botucatuense. Um ano e meio depois, a 11 de novembro de 1968, uma segunda-feira, voltou a Botucatu para cumprir novo programa, que incluiu uma visita às instalações do Hospital Psiquiátrico (ainda não entregue), a inauguração do Albergue Noturno, entrega do conjunto habitacional Frei Fidelis (CECAP) e visita ao Grupo Escolar Américo Virgínio dos Santos. Neste programa estava incluído um "pronunciamento com teor político-administrativo do Governo Estadual para a cidade de Botucatu. Sem dúvida, esse será um dos pontos principais da sua visita à nossa cidade, que às vésperas do pleito eleitoral tem, convergentes para a política, quase todas as atenções dos municípios", assim disse o repórter do Correio de Botucatu na edição do dia 10 de novembro, um domingo. O pronunciamento político, apoiando as candidaturas do dr. Delmanto e João Reis, prefeito e vice pela Arena foi feito no curso da inauguração da CECAP.



O vereador e jornalista Pedro Rocha discursa na comemoração do Dia do Ferrovieário na Associação dos Aposentados e Pensionistas da EFS. 12 de outubro de 1966

A principal categoria de trabalhadores nos anos 1950 e 1960 foi a dos ferroviários. Fortíssimos em sua organização e aprofundamento político, formavam uma categoria muito assediada pelos partidos trabalhistas da época (PTN, PTB, PSP e PTB). Nos bastidores, por não ter registro como nos dias de hoje, funcionava o PCB (prestista), com não menor influência sobre a categoria e seus movimentos sindicais. Nos anos 50 do século XX, quando o populismo urbano crescia, notadamente o "adhemarismo" e o "janismo", e disputavam de maneira mais acerbada a influência sobre a categoria, o PCB adotou como tática aliar-se mais à direita, compondo principalmente com o PSD e aliados, na esperança de obstar o crescimento dos populistas junto à categoria dos ferroviários e demais trabalhadores urbanos de Botucatu. Havia, também, a política de alianças com o empresariado nacional, que apontava para os mesmos compromissos preferenciais. Em 1959 o PCB utilizou a legenda do PTN. Em 1963, porém, o PCB foi para o apoio à chapa de Joaquim Amaral Amando de Barros e José da Silva Coelho, prefeito e vice. Nas eleições daquele ano, o PCB tomou um rumo próprio, chegando a lavrar um compromisso programático com o prefeito Amaral de Barros, para o caso de sua eleição e perfilou-se na maior coligação popular já costurada naquela época. Vai daí que, após o golpe de 1964 e a instauração do regime militar, de início, quando ocorriam as primeiras caças às bruxas, o documento assinado entre o candidato a prefeito, Amaral de Barros e o PCB, acabou virando uma bomba prestes a detonar. E poderia, se encontrado, levar à cassação do prefeito de Botucatu, recém eleito. "Era preciso destruí-lo". O irmão de Joaquim Amaral, advogado Amando de Barros, preocupado, procurou resolver o problema e, num daqueles dias comparece ao Fórum de Botucatu, onde trabalhava conhecido militante "pecebista", expondo-lhe o problema. De conhecimento daquela informação, o procurado funcionário, Alexandre Scarpellini, que deu este testemunho, disse: "Espere um pouco, vou visitar o Pedro". (tratava-se de Pedro Rocha, jornalista, vereador e dirigente do PCB na cidade, que se encontrava detido na cadeia pública, onde hoje é a Pinacoteca). Eram os primeiros dias de abril de 1964 e o clima era dos piores. Estavam prendendo de católicos a comunistas. Denunciado, ninguém escapava. Visitando Pedro Rocha, naquele entra e sai de amigos e companheiros, resvala com Octacílio Paganini e sua esposa, d. Lourdes, antigo janista e vereador que se filiara recentemente ao PTB, e se sentira na obrigação de visitar o jornalista e vereador Pedro Rocha, também. Então, Alexandre c onversa sobre o problema com o jornalista. O que ouviu é insólito, mas demonstra a determinação do jornalista do jornal O Correio de Botucatu e da Rádio Emissora de Botucatu, vereador e dirigente do PCB: "Não vou destruir o documento, mas fala pro dr. Amando que fique tranquilo, ele está muito bem guardado, não vão encontrá-lo". Depois disso, o tempo passou, o documento mudou de mãos e foi novamente guardado e de tão bem guardado permanece desaparecido até hoje.

NOTA: para saber mais sobre várias histórias das alianças e lutas do PCB na cidade, consultar os livros: "Sal da Terra - A luta de sonhos e decepções de um vereador Botucatuense", de Francisco Ramirez, publicação da Câmara de Vereadores, 2005. E "Sorocabana - União e Luta, uma estrada de ferro no coração do Brasil", de Antonio Pedroso Junior, Plena Editorial, 2015.

1983 - 2000

As eleições canceladas e os novos partidos Políticos

As eleições para escolha dos novos prefeitos, em todo Brasil, ocorreram depois de adiadadas por dois anos. Isto se dera quando, por força de ato institucional do governo Geisel, as eleições, marcadas inicialmente para 1980, foram transferidas para 1982. Era a segunda vez que isso ocorria, o que motivou que, durante o Regime Militar, três prefeitos tivessem seus mandatos prolongados, para além do tempo que lhes havia conferido o voto popular (*). A primeira vez ocorrera com o mandato do prefeito Amaral de Barros, que acabou ganhando um ano a mais de gestão. E, a segunda vez, com o prefeito Luiz Aparecido da Silveira que acabou ficando mais dois anos à frente do executivo.

Nessas duas ocasiões haviam sido dissolvidos os Partidos, feitas duas reorganizações partidárias e não realizadas as eleições previstas. Os prefeitos ficaram.

(*) Amaral (1 ano) – 1968;
Lico (segundo mandato – 2 anos) – 1981 e 1982;
Jamil (primeiro mandato – 2 anos) – 1987 e 1988.

Em 1979 já se sabia que as eleições não seriam realizadas no ano seguinte. Então, enquanto as eleições prometidas não chegavam, começaram a ser organizados os Partidos Políticos que existem hoje. Como já vimos, até então, e por muito tempo, os políticos e eleitores dividiam-se entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Depois disso, durante o que ficou conhecido como a reorganização partidária, as novas siglas apareceram. Entre elas, o PDS (que depois virou PP e sucedeu à Arena) e o PMDB, que fez o mesmo com o MDB. Junto com eles apareceram, também, o Partido dos Trabalhadores (PT, de Lula), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB, de Ivette Vargas) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT, de Leonel Brizola), entre outros.

As eleições e a reorganização partidária em Botucatu

Como era de se esperar, agora com maior liberdade de organização (mas ainda sob o Regime Militar) e livre das limitações do bipartidarismo, a reorganização partidária, em Botucatu, continuou a colocar em campos opostos os velhos adversários, já organizados, há muito tempo, nas siglas MDB e ARENA.

Mas, surgiu dessa reorganização, forte, muito forte, na preferência do eleitor, o PMDB, herdeiro das velhas lutas pelas liberdades democráticas, que haviam empolgado os brasileiros na década de 70 do século XX.

É verdade! Depois das eleições de 1978, quando o engenheiro Antonio Jamil Cury havia

se apresentado como candidato a deputado estadual pela sigla MDB, sem lograr vencer, o MDB ganhou uma nova vida. Reorganizado e, com seu novo nome (PMDB), viu engrossarem suas fileiras, levas de cidadãos que vinham se mantendo à margem da vida partidária institucional sob o Regime Militar (mas que eram declaradamente contra sua vigência). Eram profissionais liberais, médicos e engenheiros, sindicalistas e demais segmentos oriundos da classe média local, que iriam fazer a diferença, impulsionando o projeto de oposição no município, ao dar maior inserção social, volume de atuação e força ao PMDB, tornando mais plausível a apresentação de um candidato com condições de vencer as eleições para prefeito, que se aproximavam.

Um novo tempo, com resquícios do regime partidário anterior

As eleições realizaram-se em 1982, para um período de 4 anos. Embora vivendo um novo tempo, caracterizado por maior liberdade de organização, os partidos políticos puderam, como já era uma prática anterior, lançar dois ou mais candidatos a prefeito e vice, bem como suas chapas de vereadores. Eram as velhas sublegendas, organização de correntes, existentes dentro de um mesmo partido, permitidas desde o auge do regime militar, para acomodar tendências políticas conflitantes, que pretendiam atuação independente, no estreito espaço que o sistema bipartidário (Arena e MDB) impunha.

Assim, em Botucatu, e dentro do PMDB, duas sub-legendas foram lançadas: uma, enca-

beçada pelo engenheiro Antonio Jamil Cury, que logrou vencer as eleições, tendo como seu vice o médico Joel Spadaro. E uma segunda, com o advogado Armando Moraes Delmanto candidato a prefeito, tendo como vice o médico Roberto Sogaia. O PDS lançou apenas o nome do radialista e ex-prefeito Plínio Paganini, que tentava um novo mandato, trazendo para vice o ex-vereador Alberto Laurindo, seu velho companheiro do antigo PSP.

O interessante a ser notado é que, nos partidos que brotavam organizados do período anterior, as sublegendas (como correntes políticas aglutinadoras, internas, de cada partido) mesmo não tendo sido utilizadas na sua totalidade, para lançar candidatos diferentes, tiveram forte papel. Às duas sublegendas, do PMDB, informalmente, juntaram-se forças que anteriormente disputavam o cenário dentro da ARENA/PDS, e, também informalmente, jogaram um papel fundamental na eleição do candidato da oposição. As velhas forças políticas, como correntes sobreviventes desde os tempos anteriores ao Regime Militar, mexiam-se no “tabuleiro” da política, em busca de suas perspectivas e interesses.

O Partido dos Trabalhadores (PT) em Botucatu e sua primeira disputa eleitoral

No ano de 1982 ocorre a primeira participação do Partido dos Trabalhadores em Botucatu. Organizado sob liderança do médico dr. Waldemar Pereira de Pinho, sem dúvida sua maior liderança, o PT local surge de uma cisão dentro



Jamil Cury e o governador Montoro, em ato de assinatura de convênio para a criação da Região de Governo de Botucatu

do PMDB. Ocupando uma vaga na Comissão Municipal Provisória do PMDB, o dr. Pinho resolve deixar a referida comissão e lidera a formação do PT em Botucatu, conduzindo, sob sua liderança, uma saída de outros filiados que se separam do PMDB ainda em formação. Fundam o PT. As eleições de 1982 vão marcar a primeira participação do PT em Botucatu, com uma chapa completa de prefeito, vice e vereadores. As primeiras candidaturas do PT, a prefeito e vice, foram de Layr Chirinéia e Valdemar P. Pinho. Nascido sem nenhum vínculo com partidos institucionais da fase anterior, o PT vai aglutinar uma camada de profissionais de várias procedências, que já resistiam à militância no velho quadro político-partidário.

As eleições de 82

As eleições de 1982 continuaram a desarmar a realidade estabelecida em 1964. Se nas eleições anteriores (1978) o MDB lograra fazer maioria de deputados em 17 Estados Brasilei-

ros, agora chegara a vez dos municípios. Ia longe o tempo em que os “pioneiros”, como Matão e Botucatu (SP) e Lajes (Sta Catarina), amargavam o gosto do isolamento. Agora uma avalanche de prefeitos do PMDB, marcava presença e elegia-se. Por essa razão as eleições de 1982 significaram um marco na história política brasileira e podem ser fixadas como balizadoras. Elas deram as condições para a reta final e possibilitaram o embasamento político para as eleições diretas, em todos os níveis.

Em Botucatu, o PMDB (ainda liderado pelo vereador Progresso Garcia e Antonio Jamil Cury) chega ao poder municipal fazendo parte dessa escalada da redemocratização.



Jamil Cury toma posse em seu primeiro mandato, janeiro de 1983. Ao seu lado o repórter da PRF-8, jornalista Haroldo Amaral.

As Administrações de Botucatu depois do Regime Militar

As primeiras administrações que se sucederam ao Regime Militar foram empalmadas por lideranças surgidas no seio do velho PMDB e, depois, em seu sucedâneo (pelo menos em Botucatu) o PSDB. Foram quatro administrações, três prefeitos e 18 anos de gestão, somen-

te interrompidos nas eleições de 2000. Essa razão permite-nos que, para efeito de análise, elas possam ser agrupadas como um único período, embora cada administração tenha suas próprias características.

No primeiro governo Jamil Cury

Que desafios teria Botucatu para vencer, no limiar do esgotamento do Regime Militar de 1964 e quando o PMDB assumiu o governo, em janeiro de 1983? E que políticas foram implementadas como solução para esses problemas?

Se existe uma característica marcante no primeiro dos dois governos do ex-prefeito Jamil Cury foi a combinação de uma forte ação política alinhada com os movimentos e partidos que lutavam pela redemocratização do país, e um ataque incisivo à solução de velhos problemas de infraestrutura no município.

Até então, alguns problemas básicos na infraestrutura restavam sem solução, muito embora fossem tão gritantes que, era voz corrente, entravavam a vida social e econômica local.

Por exemplo, a inexistência de uma **Estação Rodoviária**. Parece coisa absurda, mas é a pura verdade, coisa sentida por todos quantos chegassem ou partissem da cidade.

Nesse primeiro mandato o prefeito Jamil constrói e inaugura a Rodoviária; e dá passos decisivos para resolver outros velhos problemas locais, de solução tão aguardada: a construção de uma **passagem inferior** aos trilhos

da Fepasa, na entrada da Unesp (Rubião Junior), o **Teatro Municipal** e o **Ginásio de Esportes** e, finalmente, a organização e abertura de outro cemitério local, o **Cemitério Jardim**, localizado no atual bairro Jardim Aeroporto. Com o auxílio do governo Estadual (que já estava também nas mãos do PMDB, com Franco Montoro) o prefeito Jamil compra o antigo Cine Paratodos, que estava parado, à família Dinucci. E contrata com um grupo de formandos de engenharia e arquitetura de uma Faculdade de Presidente Prudente, a elaboração de um projeto para o futuro Ginásio de Esportes. Estas duas obras vão ser concluídas e entregues em seu segundo mandato. Porém, o desafogo com o constante fechamento da passagem sobre os trilhos, na Porta da Unesp, vai ser a iniciativa do primeiro governo Jamil que mais prestígio lhe conferiu.

A mudança na gestão

Seu governo mudou a forma de prestação de serviços municipais, introduzindo a sistemática de contratar prestadoras de serviços, mesmo em atividades em que a Prefeitura mantinha sua ação diretamente. As primeiras mudanças ocorreram com a **coleta de lixo**, depois com a **varrição das ruas** e, em seguida, com a manutenção de **praças e jardins**. Esse procedimento administrativo, que continua a ser o preferido dos prefeitos até os dias de hoje, foi inovação sua: até então, apenas as obras que utilizavam verbas do governo do Estado ou da União, eram realizadas por empreiteiras vence-

doras. Os que, no futuro, forem estudar a administração municipal local, com certeza, haverão de notar essa diferença: a profissionalização dos serviços municipais.

Atenção com a saúde e cultura

Foi no governo Jamil Cury que começou a mudar a forma de dispor os serviços de saúde a cargo do município. Sob inspiração do médico Herculano Dias Bastos e, depois, Milton Flávio, ele amplia a rede de Postos de Saúde Municipais, inaugurando seis unidades. E, antes do final de seu primeiro mandato dá dois outros passos que ficariam na história: a criação da **Orquestra Sinfônica Municipal** e reorganização do **Coral Municipal Cidade de Botucatu**, iniciativas mantidas até os dias de hoje, complementando um trio de atividades do gênero com a Banda Municipal.

Uma nova Câmara eleita em 1982; chegam as mulheres

A Câmara de vereadores, eleita em 1982 contava com duas mulheres: a Dra. Célia Canesim Anselmo (PMDB) e Mara de Fátima Neves Pires Corrêa (PT). Os demais vereadores eleitos para o mandato foram: Ageo Maurício de Oliveira, Orlando de Almeida, Oswaldo Moreira Pagani, Jair Maschetti, Elias Francisco Ferreira, todos pelo PDS. Antonio Carlos Cesário, Antonio Benedito Ária, Progresso Garcia, José Ramos, Jairo Luiz de Andrade, Eder Trezza, Bahige Fadel, José Rodrigues Serão, todos pelo PMDB.



Joel Spadaro, médico, sucedeu a Jamil Cury na Administração Municipal.

No governo de Joel Spadaro

O médico Joel Spadaro havia sido convidado para compor a chapa de Jamil Cury, ainda em 1982. Eleito, na condição de vice-prefeito, acabou por participar durante todo o governo Jamil, assumindo tarefas que lhe foram delegadas em várias áreas. Quando chegou o final daquele mandato foi praticamente natural sua escolha para concorrer ao cargo máximo, o de prefeito.

Tendo como vice o advogado Antonio H. Delevedove, imprimiu um estilo próprio de governar e escolhendo áreas para investimentos que, numa análise mais atenta, revelam suas prioridades. Definindo com clareza que faria ampliar o atendimento direto à população dos bairros, através da consolidação do sistema de postos de saúde, anteriormente implantado, criou a Coordenadoria de Saúde do Município, convidando para chefiá-la uma das mais conceituadas profissionais da Faculdade de Medicina local, a professora Cecília Magaldi.

Desde o primeiro governo Jamil Cury, já estava trabalhando no setor de saúde pública do município a sanitarista Cecília Magaldi, docente da Unesp Botucatu. Em 1984 já havia conseguido junto ao Ministério da Saúde a implantação das AIS (Ações Integradas de Saúde) e, já no governo Joel Spadaro, onde continuava à frente da saúde do município, a assinar o termo de adesão ao SUDS (Sistema Descentralizado de Saúde). Expandiu o programa de postos avançados de saúde nos bairros, a chamada rede básica (UBSs), com a instalação de oito novas unidades de saúde.

Levados pela médica para a Coordenadoria estavam outros profissionais da saúde que imprimiram novos conceitos no atendimento. É dessa época o entendimento de que os Postinhos da Prefeitura deveriam funcionar em sintonia com os demais serviços de saúde da cidade, todos estaduais. O “ARE” (estadual e localizado na Avenida Dom Lúcio), os Postos de Saúde da Unesp (Vila dos Lavradores e Vila Ferroviária) e os serviços de saúde disponibilizados pelo Hospital Sorocabano e Misericórdia, participaram de um esforço de coordenação de atividades com os Postinhos que iam sendo abertos pela Prefeitura. Esse entendimento destinou aos postos municipais e demais unidades não municipais (mas na linha de frente) a tarefa de fazer o primeiro atendimento da população, pactuando-se de que os atendimentos de maior urgência ou graves é que seriam destinados às unidades médicas sediadas no Hospital Sorocabano, Misericórdia e HC de Rubião Junior.

Os Vereadores escolhidos nas eleições de 1988

Chegaram à Câmara de Vereadores, nessa importante ocasião, os cidadãos: Antonio Carlos Cesário, Jairo Jorge Gabriel, Jairo Luiz de Andrade, José Ramos, Mário Perini Pascucci e Valter Lecioli (PMDB). Benedito José Gamito, Ednei Lázaro da Costa Carreira, José Feruccio Varoli Aria, Junot de Lara Carvalho, Manoel Mauro da Silva e Pedro Losi Neto (PFL). Fernando Aparecido Carmoni e Hélio Masquetti (PDT). Waldir Florêncio e Sebastião de Figueiredo Torres (PDS). Waldemar Pereira de Pinho (PT).

A nova Constituição Federal e a nova Lei Orgânica do Município

Em 1988 realizaram-se as eleições para escolha dos prefeitos do período pós Assembleia Constituinte e, no ano seguinte (1989), as primeiras eleições livres para preenchimento do cargo de presidente da República, Senadores e Deputados, também depois do longo jejum eleitoral imposto pela República Militar. Foi, então, eleito o presidente Fernando Collor de Mello.

Depois da posse de prefeito e vereadores, em todos os municípios, os detentores do novo mandato foram transformados em Vereadores Constituintes, e encarregados de refazer a Lei Orgânica do seu Município. Foi isso que ocorreu em Botucatu. Os vereadores tiraram o ano de 1989 para reorganizar a legislação básica de nosso município e apresentaram uma proposta, votada e aprovada por eles mesmos, de Lei



Pedro Losi e sua esposa Valéria durante a apuração das eleições de 1996.

Orgânica do Município de Botucatu. É essa legislação que, hoje, continua a vigorar e que, normatiza várias matérias em muitas áreas da vida municipal. O presidente eleito para conduzir a primeira legislatura daquele período foi o vereador Junot de Lara Carvalho, a quem coube conduzir os trabalhos legislativos constituintes.

Os Vereadores que se elegeram em 1992

A Câmara de Vereadores, eleita em 1992, quando Jamil voltou à Prefeitura, para uma gestão de quatro anos, foi a seguinte: Ademir Pelícia (PTB), Arthur Sperandeo de Macedo, Benedito José Gamito, Ednei Lázaro da Costa Carreira, Hélio Masquetti, José Benedito Vieira, Mauro Mailho e Nelson Nunes (PMDB). Orlando de Almeida e Oswaldo Moreira Pagani (PDS). Edvaldo Atillio Borgato, Fernando Aparecido Carmoni, Manoel Patrício do Nascimento, Mauro Kioshi Kassama, Osni Bertotti Leme e Waldir Duarte Florêncio (PSDB). Luiz Carlos Rubio (PT).

A Administração Pedro Losi

Em 1996 ocorreram as eleições para a sucessão municipal e surgiu eleito, ao final, o botucatuense Pedro Losi Neto, para o cargo de Prefeito. Membro de antiga família de Botucatu, Losi já havia sido vereador (legislaturas entre 1989/1992), e vice-prefeito na chapa eleita com Jamil Cury, na segunda vez (1993/1996).

Quando iniciou seu mandato, levava para seu vice-prefeito o engenheiro Milton Bosco e trazia como experiência o fato de já haver atuado na vice-prefeitura durante o segundo Governo Jamil, à frente da informatização dos serviços da administração. E mais, trazia a experiência oriunda de gestão na empresa privada de sua família, antiga e tradicional.

Nos quatro anos à frente da administração municipal, como todo prefeito o faz, investiu em vários campos, mesmo em infraestrutura. Mas sua gestão acabou por se destacar no campo do atendimento social, uma marca que se destaca sempre que se busca por uma característica mais acentuada de cada governo.

Tendo sua esposa, Valéria, à frente dos serviços sociais do município, implantou um amplo atendimento, que ia das Frentes de Trabalho (com o espantoso número de 1000 inscritos) ao Centro de Atendimento ao Idoso e à Casa Transitória, esta para atendimento às crianças em situação de risco.

Mesmo assim, três obras de infraestrutura, entre muitas outras, deveriam ser lembradas: a ampliação e balizamento da pista do aeroporto local, a duplicação da Rodovia

Domingos Sartori e a ampliação do pontilhão da Ferrovia sobre a Avenida Floriano/Major Matheus.

A Câmara escolhida nas eleições de 1996

Mauro Mailho, Benedito José Gamito, Luiz Alberto Bueno, Osni Bertotti Leme, Ednei Lázaro da Costa Carreira, Edvaldo Atílio Borgatto, Luiz Carlos Bentivenha, todos pela coligação PL/PSDB. Álvaro Picado Gonçalves e Waldir Duarte Florêncio, pelo PPB. Fernando Aparecido Carmoni, José Fernandes de Oliveira Junior e Maria de Fátima Longo pelo PSD. Eugênio Monteferrante Netto pela coligação PSB/PSL. Jayro Luiz de Andrade e José Francisco dos Santos pelo PMDB e, finalmente, Ademir Lopes Dionísio e Luiz Carlos Rubio pelo PT.

A população volta a crescer

Depois do grande encolhimento populacional dos anos 40, a curva de crescimento começa a mostrar uma mudança. São 43.595 habitantes em 1960. Dez anos depois, são 51.954 os moradores. Em dez anos, a cidade reúne menos de dez mil habitantes a mais. Nos anos 70 a cidade continua a crescer e, principalmente, a aumentar o ritmo de seu crescimento. Em 1980, já são 64.545.

O maior crescimento, entretanto, verifica-se entre os anos 80 e 90. Quando o IBGE faz seu levantamento para iniciar a década de 90 (1991), Botucatu registrava 90.620 habitantes. Crescera quase 30 mil habitantes em uma década, ou 50% de seu número anterior. A marca

População de Botucatu nos últimos 30 anos do sec XX

	1970	1980	1990	1996
Botucatu	51.954	64.545	90.620	100.876

Fonte: IBGE/Botucatu

dos 100 mil somente seria atingida no próximo censo (1996); eram então 100.876, os habitantes locais.

A população dobrou em 26 anos, mantendo um ritmo médio de crescimento, maior do que nas décadas anteriores: perto de 16 mil habitantes por década, ou pouco mais do que isso.

Habitação, política industrial restritiva e maior participação popular são marcas do período

1. Será necessário acrescentar que nesses anos de governo, nos quais se sucederam dois partidos que bem poderão ser chamados de irmãos, PMDB e PSDB, desenvolveu-se uma política de habitação marcada por sucessivos convênios entre o Governo do Estado e o Município, que resultaram no aparecimento dos vários conjuntos habitacionais que estão distribuídos, principalmente, no setor leste da cidade.

Do já velho Conjunto Habitacional Umberto Popolo (1583 casas), conhecido pela população como Cohab I, construído no segundo governo Lico e inaugurado no início da primeira gestão Jamil, até os mais recentes conjuntos, a

cidade foi se espalhando sobre a “beirada” da Cuesta, em limites que não permitem mais que ela continue crescendo por ali.

Foram centenas de casas construídas em conjuntos habitacionais, alguns imensos: Conjunto Antonio Hermínio Delevedove (Jd Bandeirante, 254 casas), Cj Francisco Blasi (Sesi, 436 casas, aprovado em 12/07/93), Cj José Antonio Lungo (Jd Aeroporto, 86 casas, aprovado em 15/04/98), Cj Arlindo Durante (153 casas, aprovado em 29/12/99), Cj Arnaldo Letta (217 casas, aprovado em 17/05/1991), Cj Amando de Barros Filho (224 aptos), Cj Dr. Antonio Delmanto, 280 casas), Cj Clemente J. Roncari (146 casas).

2. Apesar da grande pressão feita pela opinião pública, principalmente pelas camadas mais humildes, que solicitavam um nutrido processo de geração de empregos industriais, manifestando publicamente essa expectativa, as gestões municipais do período mantiveram uma tímida reação a respeito. A fórmula mais usada foi a defesa da prioridade à micro e pequena empresa, sob os mais variados argumentos: emprega mais, quando fecha não desemprega tanto, tem pouco impacto ambiental, e etc.

Essas formulações ideológicas deram sustentação à tese de uma industrialização restritiva, que nunca chegou a ser verbalizada com clareza, obviamente por chocar-se, “de frente”, com a expectativa da população local.

3. Maior participação política, maior poder crítico da sociedade, primeiras tentativas para organizar a participação popular, intervenção maior dos sindicatos na vida política e influência do empresariado (notadamente da grande indústria) com maior força sobre os governos que se sucederam no município, além de surgirem tentativas de aproximar a administração pública municipal dos serviços prestados pela Unesp; serão estas outras características do período que se iniciou em 1982.



O prefeito Pedro Losi, acompanhado de sua esposa Valéria, assina os primeiros contratos da frente de trabalho para a qual inscreveram-se mais de 1000 pessoas; ao seu lado, o então deputado estadual Milton Flávio acompanha o ato.



Da esquerda para a direita: Prof. Evair, Valdemar P. Pinho (ex vice-prefeito), Jornalista Haroldo do Amaral, Pedro Tortorela e o ex Vereador José Carlos Lourenção





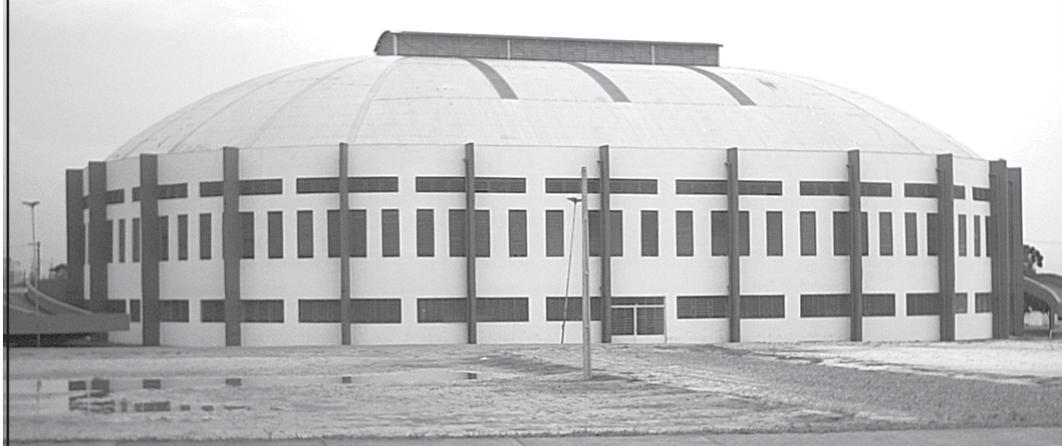
Levas de jovens juntaram-se à resistência ao Regime Militar, no final da década de 70. Exemplo disso é o jornalista Haroldo do Amaral. Dez anos depois, durante o movimento pelo impedimento do ex-presidente Fernando Collor, o mesmo voltou a acontecer, com uma nova geração.



Os "Caras Pintadas" nas galerias da Concha Acústica. No primeiro plano, ainda muito jovem, o ex prefeito Mário Ielo, acompanhado do ex presidente do PT, Renato Caldas.

Da esquerda para a direita: O Vereador Progresso Garcia (falecido), Prefeito Jamil Cury (falecido), Vice-Prefeito Dr. Joel Spadaro e Vereador Dr. Éder Trezza.

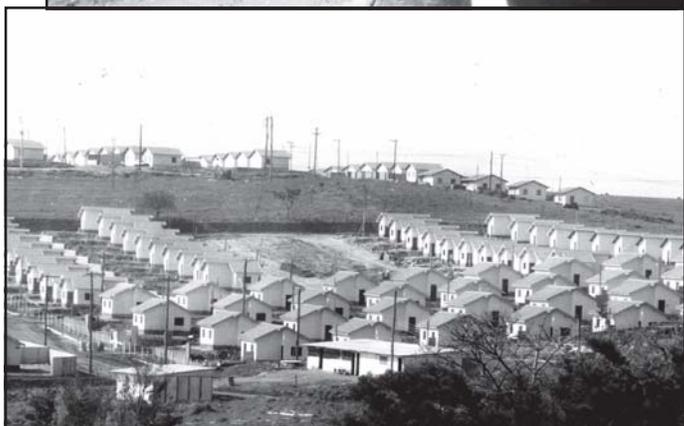




1. Ginásio Municipal de Esportes, entregue no segundo governo Jamil Cury
2. Estação Rodoviária, entregue no primeiro governo Jamil Cury
3. Teatro Municipal, entregue no segundo governo Jamil Cury
4. Cemitério Jardim, entregue no primeiro governo Jamil Cury



Duplicação da
Rodovia
Domingos Sartor,
entregue no
governo
Pedro Losi



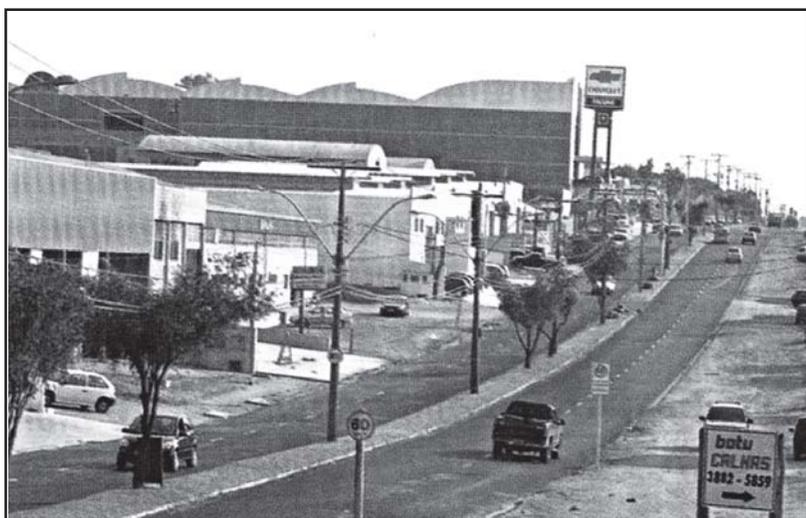
(Ao lado)
Conjunto
Habitacional
Leandro Alarcão
Dias (prefeito
Pedro Losi)

(Abaixo)
Alargamento do
Pontilhão da
Fepasa, em 1999.
Gov. Pedro Losi





**Ginásio coberto da escola Sophia Gabriel de Oliveira (Cohab-1),
construído na gestão do prefeito Joel Spadaro (1989-1992)**



**Duplicação da Avenida Dante Delmanto, entregue durante o
Governo Joel Spadaro**



PM já funciona na Vila dos Lavradores



No alto, passagem de nível, comunicando Cohab-1 com a Escola Sesi e bairros vizinhos; acima, Escola Sesi, viabilizada no Governo Joel Spadaro; ao lado, sede da 7ª Cia Independente da Polícia Militar, instalada no Palacete Lunardi, após restauração.

Ecos das eleições de 1982



Armando Delmanto e Montoro discursando



Delmanto, Montoro ao microfone e Jamil Cury aplaudindo



Joel Spadaro, deputado Robson Marinho, Armando Delmanto erguendo o braço de Jamil Cury

Em 1982 foram candidatos, pelo PMDB, duas chapas. A primeira e principal, liderada pelo engenheiro Antonio Jamil Cury, tendo como seu vice o médico Joel Spadaro. Como as eleições também escolheriam deputados Federal, Estadual e Governador, a chapa principal do PMDB puxava como seus candidatos Antonio Pacheco Chaves (Federal) e Agostinho Torres (Estadual), advogado botucatuense.

Na sub-legenda do PMDB saía Armando Moraes Delmanto, candidato a prefeito, tendo como seu vice Roberto Sogayar, médico botucatuense, um dos primeiros alunos da nossa Faculdade de Medicina. Esta chapa levava, como candidatos a deputado Federal Mário Hato e deputado Estadual Paulo Sogayar, irmão do candidato a vice-prefeito na chapa de Delmanto, e médico também.

Para agregar mais componentes ao seu palanque a chapa de Delmanto e Sogayar permitiu que alguns candidatos a vereador, ou apoiadores, abrissem comitês e defendessem outras candidaturas. Assim, ao lado das candidaturas que eram defendidas oficialmente, existiram co-

mitês para o candidato a deputado Estadual Fernando Moraes (candidatura liderada em Botucatu por Sandoval Nassa), em dobrada com Aldo Rebelo, candidato a deputado Federal proposto pelo PCdo B local, ainda na clandestinidade, mas disputando pela sigla de oposição ao regime militar, que ainda estava vigente. Na dobrada com Aldo Rebelo, também figurava a candidata a deputada estadual Maria Angélica, do PCdoB.

As duas sublegendas somaram votos para o PMDB, que acabou vencendo as eleições para a prefeitura local. Nas fotos estão momentos do comício de Montoro em Botucatu, na praça do Paratodos, com os dois candidatos, Jamil e Delmanto, e seus vices, juntos no palanque.



Joel Spadaro, dep. Robson Marinho, Armando Delmanto discursando e Jamil Cury



Joel Spadaro, Jamil Cury, Roberto Sogayar, radialista Fran José e Armando Delmanto



Armando Delmanto, Agostinho Torres (candidato a dep. estadual) e Roberto Sogayar (Obs.: fotos extraídas do blog do Delmanto)

2001 - 2008

As primeiras Administrações do Séc. XXI O PT chega lá...

O PT (Partido dos Trabalhadores) começou a governar Botucatu em 2001. Até que isso ocorresse a cidade assistiu a uma busca, que durou 20 anos, por uma oportunidade para alguém de suas fileiras ocupar a cadeira principal da administração. Os primeiros candidatos a prefeito, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foram o engenheiro Lair Chirinéia (que havia se transferido do PMDB para o PT, com todos os seus novos companheiros, ainda em 1980) e, depois, o médico Valdemar Pereira de Pinho. As eleições chegavam, e a legenda ia sendo deixada de lado, nos votos, embora fosse, sempre, conseguindo colocar alguém na Câmara de Vereadores.

No ano de 1996, quando se realizaram as eleições municipais para renovação da Câmara e da Prefeitura, o PT apresentou o nome de Antonio Mario Ielo; já era um engenheiro e arquiteto com formação em várias escolas de Presidente Prudente e Campinas e sentia-se pre-

parado para governar Botucatu. Para seus companheiros de Partido, o então candidato era um militante que vinha se apresentando com novas idéias sobre o planejamento da cidade. A escolha de 96 acabou por se repetir em 2000, também porque o desempenho da candidatura, na primeira vez, foi além das expectativas, e mostrou que estava chegando a hora do PT local. Era uma questão de tempo e ela chegou: Antonio Mário Ferreira Ielo recebeu uma votação estupenda, sagrando-se vencedor com 30.156 votos, o que significou 55,26 % dos votos válidos.

O PT começa seu governo sob a Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi votada e aprovada pela Câmara Federal e pelo Senado para disciplinar a aplicação dos recursos financeiros disponíveis em todas as instâncias de governo: Prefeituras, Câmara de Vereadores, Assembléias Legislativas e etc... Com ela, pretendiam seus idealizadores acabar com a costumeira “farra” de gastar mais do recebiam essas instituições. Entrava 100, gastava-se 150, e era assim em quase todos os lugares. Raros eram os governantes que ajustavam suas despesas à arrecadação de seu governo. O usual era gastar mais do que recebiam e as consequências eram danosas. A LRF apareceu para dar fim a isso.

Aprovada em 04 de maio de 2000, como lei complementar nº 101, ela tornou-se um instrumento para que órgãos fiscalizadores e ins-

tituições gestoras estipulassem um período de adaptação das Prefeituras, mas fixassem que, a partir daquele mês de maio, nenhum “empenho” (*) seria feito sem que o governante tivesse o dinheiro em caixa ou com a certeza de que estaria com o disponível ainda naquele ano. Não deveria sobrar pendência alguma para o ano seguinte. Para nós, em Botucatu, isso começou já no governo de Pedro Losi Neto.

No começo os governantes (nos muitos municípios e Estados da Federação) não gostaram nada do que era exigido e contra ela levantaram-se várias acusações: “Era o FMI que estava mandando”, “limitava gastos sociais” e etc. Essas “estranhezas” partiam, principalmente, dos Partidos chamados de esquerda, entre eles o PT e o PCdoB. Depois, aos poucos, conforme os resultados da disciplina foram aparecendo e, talvez, mais traquejados com o trato da coisa pública, mais aptos, foram se desfazendo das idéias mais extravagantes e percebendo que as novas medidas eram salutares e, então, os prefeitos arregaçaram as mangas para governar com ela, a LRF.

O governo lelo e as finanças públicas

O governo lelo começou aí e, depois dos primeiros meses ou anos de vigência da LRF (que sem dúvida, colheu de surpresa o governo do prefeito Pedro Losi Neto, no último ano de seu mandato), adequou a disposição que o PT trazia, às normas da nova LRF. Estava montada a

(*) “Empenho”, na linguagem administrativa pública, é a reserva de dinheiro, antecipada, para cada despesa.

fórmula que daria a marca dos dois governos lelo: gestão dentro possibilidades permitidas pela LRF e a nova maneira de tratar com as finanças públicas: tinha dinheiro comprava. Não tinha, deixava para depois. Talvez até pela inexperiência ou pelo momento que o país passava, a hipótese de procurar programas de investimento nas instâncias Federal e Estadual, nas várias secretarias e ministérios, os recursos oriundos dali deixaram de ser buscados. Mas a administração petista preferiu recolher-se a investimentos oriundos da arrecadação municipal própria, apenas, ou quase isso (repasso do ICMS, IPTU, IPVA e etc) e conformou sua gestão definindo-a como "respeito pelo dinheiro público". Os recursos oriundos da arrecadação própria demonstraram ser insuficientes para dar conta dos desafios municipais daquele início do século XXI e a história iria demonstrar isso.

Os primeiros choques com a administração anterior

A administração lelo começou mudando duas coisas que vinham sendo muito discutidas pela imprensa local e que envolviam dois grandes contratos: a coleta do lixo urbano e a administração do aterro sanitário. As duas empresas que vinham fazendo o serviço já estavam sem receber da Prefeitura. Para uma, as dívidas chegavam a oito (8) milhões. Para outra, cinco (5). O governo municipal trocou as duas empresas, e preferiu discutir em juízo o que chamou de superfaturamento. Ambas as questões estão em pendência até hoje, em pro-

cessos que correm no Fórum da Comarca. Estas foram as duas polêmicas mais importantes do primeiro ano de governo lelo e, com elas, o PT pretendeu marcar sua forma de governar: não pagou, acusou as empresas de superfaturamento e colocou outras para fazer o serviço, cobrando preço nominal inferior.

Desbloqueio dos repasses federais somente renegociando tudo

Mas existiam contas em atraso e grandes, que a prefeitura não saldava e que entravavam a liberação de verbas, destinadas a Botucatu e que partiam do governo Federal. Eram os famosos repasses, que não podiam chegar sem que uma renegociação dessas dívidas estivesse concluída. A busca de certidões negativas com o INSS e a renegociação com a CPFL e a Sabesp mobilizaram outra frente de atividades do governo lelo, logo nos primeiros meses. Ao cabo do primeiro ano o procedimento estava concluído e Botucatu pode receber em repasse, ainda no ano de 2000, todo o montante que restava a ser repassado, com exceção da parte que ia para amortização de nossas dívidas que vinham vencendo. Essa foi a segunda grande intervenção do primeiro governo lelo e que lhe valeu um crescimento de conceito junto à população.

Os salários dos funcionários são regularizados

Nos últimos meses do governo Losi, a Prefeitura teve dificuldades até mesmo em pagar os funcionários em dia. Em algumas oca-

siões chegaram a ser criadas linhas de crédito junto ao Banespa (hoje Santander), através das quais os empréstimos eram feitos pelos funcionários (tendo a Prefeitura como avalista) e o dinheiro destinado ao pagamento do próprio salário deles. Ou seja, cada um financiava o seu próprio salário; e eram perto de mil e quinhentos funcionários e suas famílias, com dois ou três membros.

Essa foi outra solução de grande impacto na sociedade local, exatamente pela ordem de grandeza da categoria, pelo número dela e pelo seu papel na formação da opinião pública. Resolver esse problema foi outra prioridade e os atrasos de pagamento terminaram já no primeiro ano de governo. Pagos os dois meses em atraso e regularizados os pagamentos mensalmente, conforme vencia o tempo, a gestão lelo começou a divisar um horizonte mais calmo para as finanças públicas.

A recomposição do orçamento e o cadastramento imobiliário

No último ano do governo de Pedro Losi Neto, em 2000, a previsão de arrecadação foi fixada, para o exercício de 2001, em 46 milhões de reais. Normalmente a arrecadação real atinge pouco menos do montante previsto. Para se ter uma idéia do redimensionamento da arrecadação da máquina pública municipal, basta se ter em conta que, para o ano de 2006, a previsão de arrecadação foi fixada em 100 milhões de reais.

O que foi feito para que a Prefeitura pudesse estar numa situação tão boa assim, arre-



O prefeito Ielo (ao centro) nas ruas de Botucatu acompanhado do Senador Suplicy (à sua esquerda)

cadando tributos e recebendo repasses, que totalizam o dobro da situação de 2001? Essa é uma resposta que pode ser encontrada numa fórmula centrada em dois pilares: gastar pouco e só o possível (olha aí, novamente a LRF servindo de parâmetro limitador de gastos) e crescimento da arrecadação (onde ela pudesse crescer: taxas, impostos, recadastramento), tudo enfim que pudesse aumentar o bolo tributário.

Essa fórmula, também, deu certo. Somando o prestígio adquirido junto à população, ao acertar as contas pendentes, e iniciando o terceiro maior recadastramento do IPTU verificado na cidade nos últimos 30 anos (os recadastramentos anteriores haviam sido feitos pelos prefeitos Plínio Paganini-1973/1976 e Antonio Jamil Cury-1983/1988) o governo Ielo começou a corrigir os valores cobrados baseado no aumento da área construída, aumentando o montante da arrecadação proveniente do IPTU.

Os vereadores eleitos em 2000

Juntamente com o prefeito Ielo, foram conduzidos à Câmara de vereadores, para um mandato de quatro anos, os cidadãos: Ademir Lopes Dionísio e Newton Colenci Junior, pelo PMDB. Antonio Carlos Trigo, Cláudio Aparecido Alves da Silva, Joel Divino dos Santos, José Carlos Lourenção e Luiz Carlos Rubio, pelo PT. Antonio Luiz Caldas Junior pelo PCdoB. Domingos Chávári Neto, pelo PTB. Ednei Lázaro da Costa Carreira, Luiz Alberto Bueno, Luiz Carlos Benti-venha e Mauro Mailho, pelo PSDB. Geraldo Vieira, pelo PSB. Antonio Carlos Vaz de Almeida, José Fernandes de Oliveira Junior e Reinaldo Mendonça Moreira, pelo PSD.

A redução do número de cadeiras e os vereadores eleitos em 2004

Poucos meses antes das eleições serem realizadas o Tribunal Superior Eleitoral reduziu o número de cadeiras, de todas as Câmaras de Vereadores brasileiras, amparando-se em dispositivo constitucional. Desde a Constituição de 1988 e seguindo preceituação da letra da lei, as Câmaras foram fixando suas cadeiras, a partir de cálculos que sempre buscavam o máximo de cadeiras permitidas. Por aquela lei, para cada tamanho de cidade, havia um mínimo de cadeiras e, também, um máximo permitido. O provimento do Tribunal Superior Eleitoral disciplinou a matéria, de forma detalhada, optando pelo menor número possível e adequado para o tamanho de cada cidade. Aquela antiga liberdade, com número

mínimo e máximo deixado para ser escolhido pelas próprias cidades, foi substituída pelo provimento “descido” da instância federal. Para Botucatu o Tribunal fixou em onze (11) o número de cadeiras.

Vereadores eleitos em 2004 para o mandato de 2005/2008

Nas mesmas eleições em que o prefeito Ielo foi reconduzido à prefeitura municipal (2004), com estupenda votação (45.204 votos, ou 76,4%), foram eleitos, também, os seguintes vereadores: Ademir Aparecido Florian e José Ferruccio Varoli Ária, pelo PV. Antonio Carlos Trigo, Benedito José Gamito, José Carlos Lourenção, Luiz Carlos Rubio e Luiz Aurélio Pagani, pelo PT. Antonio Carlos Vaz de Almeida, Josey de Lara Carvalho e Reinaldo Mendonça Moreira, pelo PL. Antonio Luiz Caldas Junior, pelo PC do B.

Outras marcas pelas quais o Prefeito Ielo terá fixado suas duas administrações

A administração do Prefeito Ielo realizou, ainda no primeiro mandato, boa parte do que era expectativa da população. Além dos fatos já relatados, que dizem respeito à disciplina na gestão do dinheiro arrecadado, e seguindo uma tendência presente em várias administrações do Partido dos Trabalhadores, a administração local implantou o Orçamento Participativo, um sistema de consulta permanente que identificou para os dois primeiros anos de verificação uma preferência pelo asfaltamento dos bairros.

Mas foi com a reforma da Praça do Bosque, que se seguiu à transferência dos camelôs e à inauguração do Centro Comercial Popular (na rua Curuzú), que a administração do PT fez crescer sua credibilidade, mercê do resultado esperado pela população, que desde o segundo governo Antonio Jamil Cury esperava pela liberação da praça.

A esses acontecimentos juntou-se um programa intenso e original de atendimento à população, o Programa Saúde da Família. Conhecido como PSF o programa priorizou a visita domiciliar e foi implantado sob direção do vice-prefeito e Secretário da Saúde, Waldemar Pereira de Pinho, que já havia estabelecido como meta a instalação do mesmo. Esse programa pode ser visto como um avanço na forma de atender à população e complementar, em termos de preocupação com a saúde, à tendência que as administrações locais vinham tendo desde os anos 80, época em que a Prefeitura foi buscar na Unesp a solução para estabelecer uma política de saúde adequada.

Também transformaram-se em marcas das primeiras administrações do século XXI as comemorações dos 150 anos de autonomia administrativa e a realização dos 69º Jogos Abertos do Interior, um certame da Secretaria Estadual de Esportes e que promoveu a cidade como nunca havia sido feito.

A estas marcas, também, acrescentou-se a permanência da política restritiva à industrialização, agregada a um apoio à micro e pe-

quena empresa, verbalizado no slogan “Botucatu, Terra dos Bons Ares, das Boas Escolas e das Boas Indústrias”, o que valeu ao governo Ielo um destacado prêmio que lhe foi conferido pelo SEBRAE.



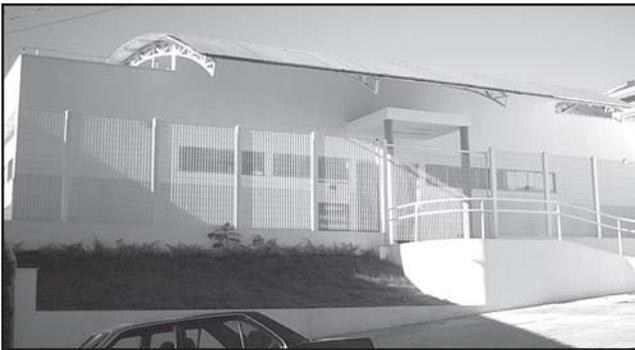
Pronto Socorro Municipal, construído no Ielo/PT e inaugurado no Governo João Cury/Prof. Caldas

CRAS Norte,
em Vitoriana,
entregue em
outubro de
2008, durante o
Governo Ielo/PT

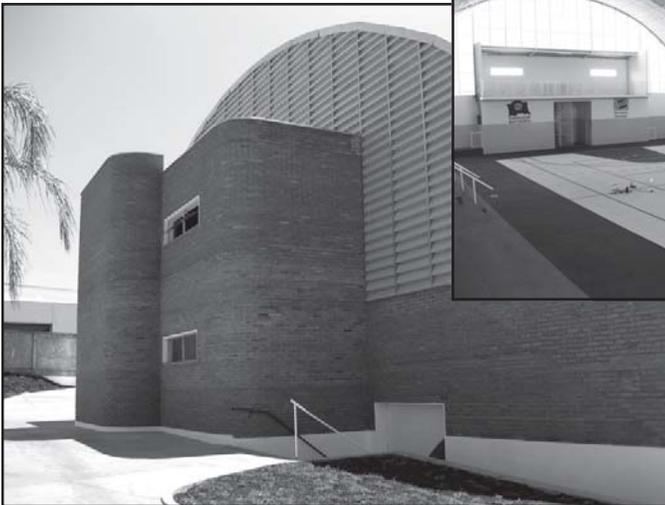




Residencial Recanto Azul, construído e entregue durante o Governo Ielo/PT, que, conjuntamente com o Residencial Araucária, completa 600 apartamentos construídos.



Centro de Especialidades Odontológicas, entregue no segundo governo Ielo/PT, na rua Rafael Sampaio, proximidades do SENAC

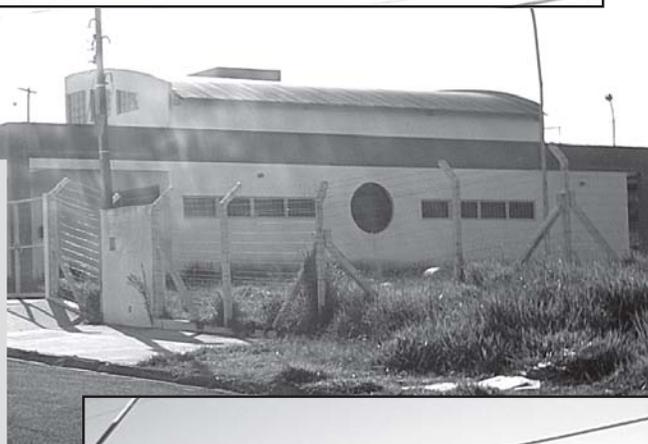


Ginásio Municipal da Escola José Sartori; construídos seis unidades iguais a essa em outras escolas

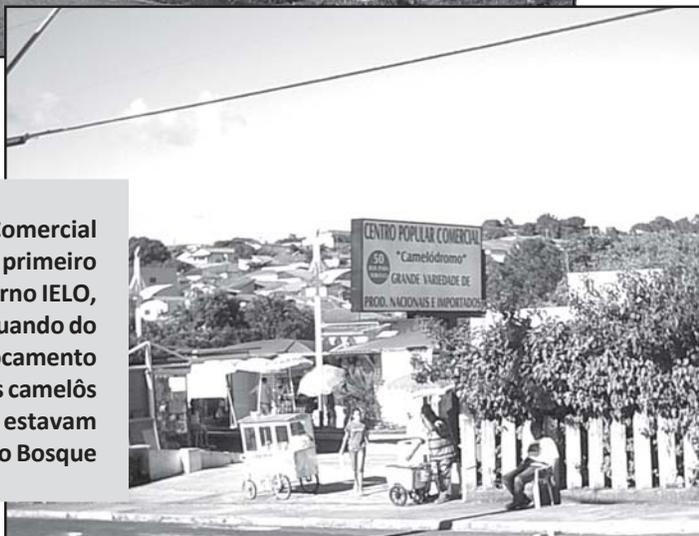


Remodelação da Praça do Bosque entregue no primeiro governo IELO

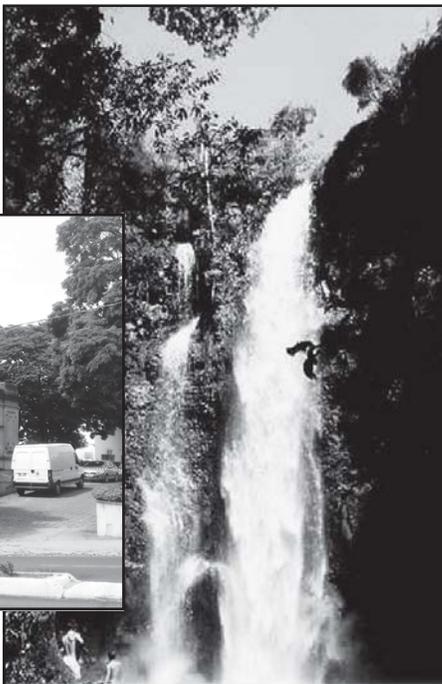
Posto do Programa Saúde da Família, do Jardim Aeroporto entregue no primeiro governo IELO



Centro Popular Comercial inaugurado no primeiro governo IELO, quando do deslocamento dos camelôs que estavam na Praça do Bosque



Implantação do Parque Municipal da Cachoeira da Marta, criado no primeiro Governo Ielo



Instalação da Secretaria da Saúde na área da Fepasa

Duplicação da Avenida José Barbosa de Barros e construção da primeira ciclovia de Botucatu; posteriormente, a ciclovia foi transferida para o meio da avenida, já no Governo João Cury Neto



Criação da Guarda Civil Municipal



2009 - 2016

O PSDB volta à prefeitura. As Administrações João Cury Neto (2009/2012 e 2013/2016)

A eleição do prefeito João Cury Neto deu-se no curso de uma campanha extremamente nervosa, onde o prefeito Mário Ielo, do PT (Partido dos Trabalhadores), concluindo seu segundo mandato, tentava renovar-se com a eleição de seu vice, o médico sanitarista Valdemar Pereira de Pinho. Dr. Pinho, experiente ativista político, ex-vereador à Câmara Municipal, onde atuou nos anos de 1980 e 1990, foi buscar para ser seu vice-prefeito o também médico e ex-diretor da Faculdade de Medicina de Botucatu, e ex-vice prefeito, também ex-prefeito Joel Spadaro, do velho PMDB.

Seu mais forte adversário era o empresário Lourival Pagnozzi, que trazia como candidato a vice o advogado, também botucatuense, Josey de Lara Carvalho.

Uma terceira candidatura foi a liderada pelo empresário e ex-vice prefeito Milton Bosco, experiente político local, engenheiro de pro-

fissão. Seu vice, a professora da rede pública municipal Sandra Rossito.

A quarta candidatura foi a do advogado João Cury Neto, filho do ex-prefeito Antonio Jamil Cury, liderança nova, lançada pelo PSDB depois de um mandato sem ter candidatura própria ao principal cargo majoritário municipal.

Nas articulações partidárias, um pouco antes do encerramento do período de inscrições das coligações, o PSDB compôs uma chapa de prefeito e vice com o PCdoB, sigla que antes atuara na Secretaria da Cultura, na gestão do próprio Mário Ielo (secretários Luiz Roberto de Oliveira e depois Marco Pinheiro).

Nada apontava para o resultado que ao final surgiria e, ao longo da campanha, os candidatos João Cury Neto/Prof. Caldas foram ganhando a confiança da população e culminaram por vencer com mais de 10 mil votos de diferença para o segundo colocado.

Os vereadores eleitos em 2008

A nova Legislatura, que cobriu o período 2009/2012, foi formada pelos seguintes vereadores: Abelardo W. da Costa Neto (PV/PSD), Alexandre G. Granado – “Xê” – (PSDB), André Rogério Barbosa – “Curumim” – (PSDB), Antonio Carlos Trigo (PT), Benedito José Gamito (PT), Carlos José Malagutte (PSB), Denilson A. Diogo Tavares – “Bombeiro Tavares” – (DEM), José Eduardo Fuser Bittar (PCdoB), Luiz Aurélio Pagani – “Lelo” – (PT), Luiz Francisco Fontes – “Fontão” – (PSDB), Nilton César Andrade – “Nenê” – (PSB/PT), Reinaldo Mendonça Moreira – “Reinaldinho” – (PR).

Os primeiros passos

Administração nova, o prefeito começou por montar um secretariado composto por especialistas nas diversas áreas e inovou com a criação de algumas secretarias e serviços: de saída agrupou todas as secretarias como Turismo, Indústria, Comércio e Agricultura, Ciência e Tecnologia numa única secretaria de Desenvolvimento, apontando entender que todas essas áreas deveriam estar voltadas para o esforço de crescimento econômico e tecnológico do município.

Em seguida, criou a Ouvidoria Municipal, inaugurando-a no mesmo ano de sua posse, buscando com isso criar um canal único de comunicação entre o cidadão e sua administração. Para isso, foi buscar na Unesp uma ouvidora com mais de 10 anos de experiência, Isabel Conte, para dirigir os trabalhos. Deu certo, e a população passou a canalizar suas demandas (de todos os tipos) através da Ouvidoria.

Depois, mas não de forma isolada, procurou resolver a velha questão do atendimento apresentado na área de saúde, e, com novos e maiores investimentos procurou minimizar o impacto das dificuldades no atendimento, fazendo saltar de 80 mi reais/mês, para 280 mil reais/mês os aportes para o funcionamento do Pronto Socorro Municipal instalado no Hospital Beneficência Sorocabana. Juntamente com essa providência, procurou concluir as instalações do novo Pronto Socorro Municipal, cuja construção ainda precisava de novos investimentos e estava aguardando a prestação de

algumas contas, para o Ministério da Saúde liberar novas parcelas do numerário.

Enquanto isto ocorria e, diante dos insuficientes recursos municipais, o então Secretário da Saúde Carlos Macharelli, o prefeito João Cury Neto e seu Vice, o prof. da Unesp Antonio Caldas Junior, trataram de pactuar um acordo com a Unesp, através do qual o Pronto Socorro, estando pronto, seria gerido pela própria Unesp, através da fundação FAMESP, com o compromisso desta última injetar um montante de quase 500 mil mês, considerando que essa seria a única maneira de fazer frente à demanda, que vinha crescendo. E assim ocorreu. Velho sonho das administrações botucatuenses, que sempre procuraram unir forças às unidades da Unesp em Botucatu, foi planejada e preparada uma reengenharia dos serviços de saúde locais, procurando cobrir todos os campos de atendimento secundário, de média complexidade, o atendimento de emergência e urgência com a instalação do SAMU no Espaço Cecília Magaldi, em prédio recém transferido para domínio do Município, onde antes funcionava o ARE, na Avenida Santana. Ali, algum tempo depois, já no final dos anos 2011 e início de 2012 foram instalados a Farmácia da Secretaria da Saúde, a Clínica do Bebê, o Ambulatório de Especialidades, o Centro de Atendimento Psico-Social (CAPS) e o próprio SAMU.

Mais do que isso, o governo municipal obteve do governo do Estado a construção de dois novos e grandes Hospitais, para dar acabamento ao projeto/saúde de Botucatu. O pri-

meiro, inaugurado no final de 2012 foi o Hospital das Clínicas de Média Complexidade onde passaram a funcionar uma maternidade e serviços de obstetrícia, construído junto ao antigo Hospital Cantídio de Moura Campos e à Escola FATEC. O segundo, também nas imediações, foi o hospital/clínica para reabilitação de dependentes químicos, entregue no final do ano de 2012, chamado SERAD (Serviço de Referência em Álcool e Drogas).

O Fórum vai para o Santa Elisa

Outro velho problema de infraestrutura local era a falta de um único imóvel para abrigar as dependências judiciárias da Comarca. Fechado há mais de 12 anos, o velho prédio do Fórum não servia mais à quantidade de varas existentes, dependências e serviços necessários. A velha questão do novo prédio do Fórum, que se arrastava há 60 anos, foi resolvida já no primeiro ano de Governo com a doação de uma gleba, ainda no governo do prefeito Ielo, junto aos bairros Riviera e Santa Elisa. Iniciado no ano de 2010, foi concluído e entregue ao Tribunal de Justiça durante o ano de 2012.

"Repaginada" nos Jardins Públicos

Atacando por sua vez a estrutura urbana do município, carente de áreas de lazer, a administração João Cury Neto/prof. Caldas passou a remodelar os jardins públicos, entregando até o final de 2012 perto de 10 praças com academias ao ar livre, incluindo para idosos e outras com equipamento de lazer para jovens,

como pista de skate, perto de 8 delas. Mas foi com a recuperação do jardim da Catedral, inaugurado em 1916, que o governo municipal marcou seu desejo em entregar lugares de vivência mais adequados, instalando neles conexão à rede mundial de computadores.

Subdistritos aparelhados

Atentos às distâncias, os gestores municipais procuraram dotar as subprefeituras de uma estrutura razoável de trabalho. Em cada uma delas foi instalada uma biblioteca com 1.000 volumes, ligadas à Biblioteca Central e, pela primeira vez os subdistritos receberam salas de inclusão digital, permitindo aos moradores o acesso à rede mundial de computadores, retirando-os do escuro digital que viviam. Foram três subprefeituras, três bibliotecas, três salas de inclusão digital, além dos escritórios avançados da Sabesp, para atendimento que permitisse à população poupar tempo e dinheiro nos deslocamentos até a sede do município.

Duas empresas de ônibus

Ainda, na disposição de superar velhos atrasos na infraestrutura de serviços, a administração João Cury Neto/prof. Caldas quebrou o monopólio nos transportes coletivos, instalando uma segunda empresa de transportes públicos; renovou o contrato com a Sabesp, que já estava vencido e vinha sendo postergado, permitindo que a empresa voltasse a investir na cidade e acabasse com a falta de fornecimento de água, já rotineira nas partes mais altas da

cidade. Mais ainda: em virtude dos reclamos da população e diante do abandono do parque ferroviário municipal, foram realizadas gestões junto ao governo federal e transferida para o município a gestão daquele espaço imenso que antes formava o "pátio" da estação de embarque e desembarque, inclusive esta.

O "Sorocabana" é nosso

Dedicado a resolver os problemas de infraestrutura local, o governo municipal desapropriou o hospital Beneficência Sorocabana, cuja entidade mantenedora já fechara o hospital de Assis e se preparava para fazer o mesmo com Botucatu, antecedendo o fechamento geral dos três hospitais, pois havia uma outra unidade em S. Paulo. Essa providência foi vital para a cidade manter o "hospital do bairro". No seu lugar, depois da reforma, foi aberto um pronto socorro infantil, desanexando o atendimento infantil que era feito pelo HC de Rubião Junior e, reaberto o Hospital do Bairro, foram ali instaladas novas destinações, com especialidades de ortopedia e oftalmologia.

Um déficit pra ninguém por defeito

O mesmo foi feito com a velha questão das moradias populares que estavam sem novas construções deste o ano 2000. Ao final do seu primeiro governo o prefeito João Cury já havia entregue perto de 1500 mil novas moradias populares para faixas salariais mais modestas, suprindo uma área carente, já que o déficit habitacional medido pelo Ministério das Cidades apon-

tava o número faltante de 7000 residências na cidade. E estava em construção, através de convênios com investidores, perto de 2000 apartamentos em vários bairros da cidade.

Creches, tem também

E na educação, diante do déficit de 1000 vagas para creches, o governo criou 13 unidades para atender a novas demandas, antes reprimidas. Ao final do governo estavam abertas 1800 novas vagas. O mesmo se deu com os uniformes escolares, distribuídos em número de 14 mil, nos anos de 2011 e 2012, com kits para verão e inverno, além de mochilas e tênis.

Distritos Tecnológicos e Empresariais

No campo da infraestrutura produtiva, o governo Cury/Caldas investiu na abertura de quatro novos distritos industriais/empresariais: um tecnológico, obtendo um investimento de até 15 milhões de reais na abertura e edificação do Parque Tecnológico, dedicado exclusivamente ao desenvolvimento de bio-processos; um pólo aeronáutico com uma indústria de aviões não tripulados (drones), faltando a expansão da área para parcelamento de lotes à beira do aeroporto; propôs um distrito empresarial subsidiário ao Tecnológico (a ser instalado); um quarto distrito na Rodovia Marechal Rondon (ainda não concretizado). E, para aproximar o conhecimento da Universidade ao da produção, conseguiu a criação de uma Faculdade de Engenharia de bio-processos, ligada à UNESP, além da instalação de duas novas unidades educaci-

onais particulares, na área de exatas: a UNIBR, especialmente engenharias e das Faculdades Galileu, também na área de exatas, ambas muito recentes em seu funcionamento – 2015/2016.

Esse pode ser um governo definido como o que chamou para si as tarefas que estavam sendo postergadas, resolvendo os principais, senão todos, problemas de infraestrutura que amarravam o desenvolvimento das potencialidades da cidade. Relações institucionais entre as municipalidade e os governos Estadual e Federal e estreitamento das relações com os serviços que a Unesp dispõe em Botucatu foram, também, marcas, talvez as principais do governo João Cury Neto/prof. Caldas.

A Câmara de Vereadores eleita para as Legislaturas 2013/2016

Nas últimas eleições ocorridas, alguns vereadores foram reconduzidos, porém, as eleições registraram a volta das mulheres à Câmara de Vereadores, na pessoa de Roseli Antunes da Silva Ielo – “Rose Ielo” (PT). Os demais eleitos foram: André Rogério Barbosa – “Curumim” – (PSDB), Antonio Carlos Trigo (PT), Antonio Valmir Pereira dos Reis (PPS), Ednei Lázaro da Costa Carreira (PSB), Fernando Aparecido Carmoni (PSDB), Izaias Branco da Silva Colino (PSDB), João Elias Pereira (PDT, Josey de Lara Carvalho* (PR), Luiz Aurélio Pagani – “Lelo” – (PT), Luiz Francisco Fontes – “Fontão” – (PSDB), Reinaldo Mendonça Moreira – “Reinaldinho” – (PR)

(*) O vereador Josey faleceu no exercício do seu mandato, sendo substituído pelo primeiro suplente da coligação, vereador Fontão.

Uma avaliação sucinta dos mandatos de João Cury/Caldas

Disposto a atacar os problemas não resolvidos, a administração João Cury/Caldas acabou, mesmo que não o desejando explicitamente, sinalizando que gostaria de ver a cidade superando os limites nos quais, até então, vinha vivendo. A cidade entendeu a mensagem, mas faltavam recursos. Enquanto o prefeito buscava novos investimentos do Estado e da Federação, para a infraestrutura urbana (asfalto, galerias, hospitais, praças esportivas, escolas, Pinacoteca e Fórum, tecnologia, transferências industriais, entre outros) o empresariado local atirou-se em empreendimentos imobiliários que fizeram crescer a disponibilidade de novos conjuntos habitacionais, quer financiados pelo programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, com recursos repassados pela Caixa Federal, quer financiados diretamente pelos empreendedores ou ainda pelos bancos particulares.

Os tropeços ocasionados pela bolha imobiliária dos Estados Unidos (ocorrido em 2008) que se reproduziu numa retração do mercado no Brasil e outros países, estavam distantes. O bom momento da economia brasileira, do período (2010/2012), foi bem aproveitado e fez retomar velhos projetos imobiliários na cidade, com a venda e construção de pelo menos 20 torres de apartamentos, aumentando a oferta da modalidade. A elas, acrescentou-se uma quantidade de perto de 30 blocos, também de apartamentos, para padrões de poder aquisitivo médios. Foi a essa oferta que



João Cury Neto e Prof. Caldas durante a campanha eleitoral de 2012; ao fundo Pedro Manhães e Stefano Garzezi (jornal “O Diário”); no segundo plano, Jamila Cury e Prof. Luiz Roberto de Oliveira.

se somaram os conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida: Santa Maria (407 casas), Maria Luiza I e II (816 casas), Jardim do Bosque I e II (632 casas), Jatobá (274 casas), Flora Rica (211 casas), Caimã (499 casas), perfazendo um total de 2752 casas financiadas pela Caixa Federal (Minha Casa Minha Vida), e Residencial Nova Esperança (71 casas) e Vila Dignidade (16 casas), pelo CDHU; também 1096 apartamentos nos residenciais Braga I e II, Bavária e Baltimore (Minha Casa Minha Vida). Disparou a oferta de terrenos em novos loteamentos como Ouro Verde (zona norte) e Central Parque (zona sul), não estando contabilizados neste rápido levantamento os blocos de apartamentos com até 4 andares, distribuídos pela cidade toda e de iniciativa privada, além de pequenos conjuntos de apartamentos, térreos, que surgiram distribuídos por toda cidade, também. Foi o melhor momento.

Hoje, a economia local enfrenta a crise de encolhimento da economia brasileira, aprovei-

tando, pela inércia, os empreendimentos já iniciados. Nenhum deles parou e novos foram lançados e estão em andamento.

O governo municipal editou neste 2016 uma excelente publicação com suas realizações, impossível de reproduzir nesta pequena publicação, dado o seu tamanho, tantas foram elas. Sem dúvida serão publicadas em edição futura, própria para tal. Porém entre os feitos dos dois governos João Cury/prof. Caldas pode ser acrescentada ainda a modernização da Rua Amando de Barros, a restauração da Estação Ferroviária e Armazém da antiga EFS, a restauração do antigo Fórum da Comarca para dar lugar à Pinacoteca do Estado, o início das obras da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), do Ambulatório Médico de Especialidades (AME), do Centro Esportivo Heróis do Araguaia (Ginásio Esportivo, Campo de Futebol com grama sintética e iluminado, quadras de tênis e raia para competição de bicicletas, junto ao Monte Mór), do Centro Para-Desportivo (piscina e Ginásio), do Parque da Juventude (junto à Cohab I), da ponte sobre o Rio Capivara, no caminho para o Piapara, da recuperação da antiga oficina de Locomotivas também da EFS e a modernização do Mercado Municipal. Alguns já concluídos, outros não.

O Shopping e os projetos de hotéis de alto padrão

Nesse período também foi iniciado e entregue em julho de 2013 o Shopping Botucatu, velho sonho dos botucatuenses que desejavam mais conforto e diversidade para compras e la-

zer, construído por esforço exclusivamente privado e, boa vontade da administração Cury/ Caldas, que se dispôs a não servir de atrapalho. Pelo contrário. Pró ativa, a administração atendeu, dentro de sua obrigação de melhora da infraestrutura das redondezas, no que fez muito bem. O shopping foi inaugurado já com praça de alimentação e cinco cinemas, além das lojas de praxe, âncoras, no ramo alimentício, vestuário, calçados e etc.

Ao Shopping somou-se o início de dois grandes projetos de hotelaria, com construção em andamento: o Cosmopolitan Hotel (Av. Vital Brasil) e o Botucatu Bourbon Hotel (junto ao shopping), hotéis que prometem uma infraestrutura para receber também convenções corporativas, além do Centro Empresarial Boulevard, nas proximidades da Av. Vital Brasil, um complexo residencial, empresarial e de lazer.

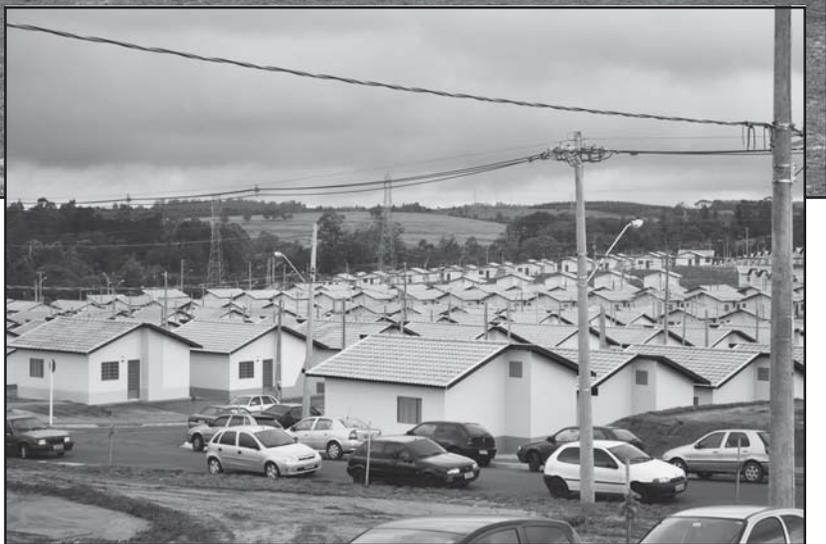


Hospital Estadual, construído nas proximidades da FATEC e CAIS (Centro de Atenção Integral à Saúde), antigo “Psiquiátrico” – Governo João Cury e /Prof. Caldas



**Acima: novo
Fórum da
Comarca –
construído no
Governo João
Cury e Prof. Caldas**

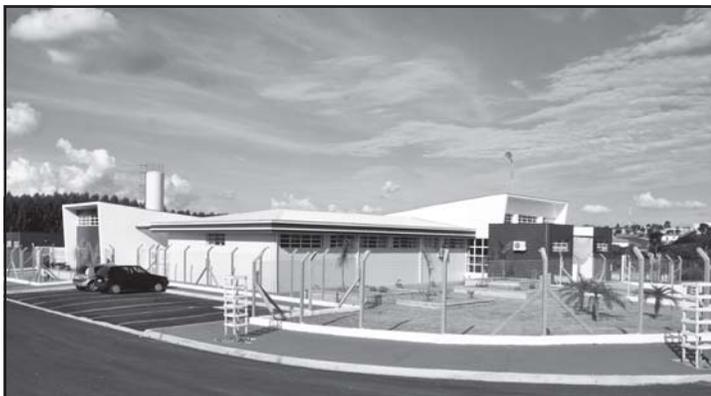
**Ao lado:
Residencial Maria
Luiza I, construído
no Governo João
Cury e Prof. Caldas**



**Praça Alexandre
Fleming,
remodelada durante o
Governo João Cury e
Prof. Caldas.**



Unidade Básica Saúde da Família, no Jardim Santa Eliza, construída e inaugurada durante o Governo João Cury Neto; como essa, foram construídas também unidades em Vitoriana e no Conjunto Habitacional Flora Rica e imediações



Assinatura de convênio para início das obras no antigo Fórum de Botucatu, para destinação à Pinacoteca ; no primeiro plano, o prefeito João Cury Neto, com o governador Alckimin; ao fundo, à esquerda, o secretário de Estado da Cultura, Marcelo Araújo; atrás do governador, e à direita na foto, o ex-deputado e médico Milton Flávio Lautenschlager



Revitalização da Rua Amando de Barros



Restauração da Estação Ferroviária (Governo João Cury Neto), entregue em 28/09/2016



Reforma do Mercadoão e duplicação da Rodovia Antonio Butgnoli (Governo João Cury Neto)



Inauguração da fábrica, e vôo inaugural do avião não pilotado (drone), no Aeroporto Municipal



**Centro Paradesportivo , construído
ao lado do Ginásio de Esportes
(acima); ponte sobre o Rio
Capivara, no caminho de Piapara
(ao lado);
sede do Parque Tecnológico de
Bioprocessos, na Rodovia Gastão
Dal Farra – todas obras do
Governo João Cury/ Prof. Caldas.**





SAMU, Poupatempo e municipalização do Hospital do Bairro, com instalação do Pronto Socorro Infanto-Juvenil, realizações do Governo João Cury Neto e Prof. Caldas

Restaurante Bom Prato, em Rubião Júnior, dentro da Unesp, com capacidade de servir 1500 refeições por dia – Governo João Cury Neto/ Prof. Caldas, com gestão do dep. Fernando Cury.



TEXTOS PUBLICADOS

Revista Boca de Cena

Nº 01 – agosto de 1999 – **“O mistério de Ribeirão Grande”**

Nº 02 – setembro de 1999 – **“A história da Declaração de Guerra de Botucatu à Inglaterra”**

Nº 03 – outubro de 1999 – **“No ar, o grande Rádio-teatro F8”**

Nº 04 – novembro de 1999 – **“A visita do maestro Villa-Lobos a Botucatu”**

Nº 06 – fevereiro de 2000 – **“Um solitário símbolo de fé na Cuesta”** – artigo sobre a Igreja de São João Batista

Jornal Correio da Serra

01. **“Os 70 anos da revolução dos tenentes”** – 31 julho de 1994

Jornal O Diário da Serra

01. (série Histórias da Imprensa em Btu)

02. **“Um dublê de jornalista...”** – art II – 5.02.1997

03. **“Um acto bárbaro”** – art III – 19.02.1997

04. **“Uma divertida festa da cerveja”** – art IV – 26.02.1997

05. **“Fora da Política”** – art V – 19-03-1997

06. **“Perdidos e achados da Imprensa...”** – art VII – 5/6.06.1999

07. **“Becos, moringas e muita paixão...”** – art VIII – 12/13.06.1999

08. **“Os sonhos do prof. Humberto”** – art IX – 19/20.06.1999

09. **“A saga dos Thomaz de Almeida”** – art X – 26/17.06.1999

10. **“A última entrevista do Cap Tito”** – art XI – 3 e 4.07.1999

11. **“Aparece o primeiro jornal, de 1888”** – art XII – 12/13.05.2001

12. **“Um cientista batiza na Matriz** – a vida do pe. Landell de Moura em Btu – 29/30.11.1997

13. **“Normalistas e Professores”** – a primeira turma da Escola Normal – 17/18.10.1998

14. **“Descoberta obra de arquiteto modernista em Btu.”**
sobre a vida e obra do botucatuense Oswaldo Bratke
25/26.10.1997

15. **“No tempo das Feiras de Ciências”** – 14/15.02.1998

16. **“Causos “de verdade” da nossa bela gente”** – depoimentos de 4 botucatuenses, quase centenários – José Ramos de Andrade, José Biazon, Francisco Lopes e João Camilo de Oliveira – 14 de abril de 1999

17. **“Aspectos da Formação de Botucatu”** – história, economia, política – caderno especial, numa única edição (encarte), nos 143 anos de Botucatu – 10,11 e 12 abril de 1998

18. **“Especial Finados – roteiro para a visita à memória de Botucatu”** – 01,02 novembro de 1997

19. **“Especial Finados – Desvendando o Portal das Cruzes”** – 02 novembro de 2008

20. **“Prefeito Emílio Peduti”** – 27.05.2004 – no centenário de nascimento de Emílio Peduti
21. **“A história dos 150 anos de Botucatu”**, publicado em abril de 2005, dias 10 a 18 de abril de 2005
 - 10 e 11 de abril – **150 anos de uma bela história**
 - 12 de abril – **A lista da discórdia**
 - 13 de abril – **A câmara com espírito republicano**
 - 14 de abril – **A era dos conflitos**
 - 16 de abril – **Uma época de encanto**
 - 17 e 18 de abril – **A cidade nos anos 1970**
22. **“A localização das terras doadas pelo capitão José Gomes Pinheiro à Matriz de Santana – uma nova hipótese”** – sete (7) edições, com 27 capítulos, publicados entre os dias 8 e 14.04.2006
23. **“Botucatu e o Golpe de 64”** – 01.04.2006
24. **“O obelisco do Vital Brasil, e Nossa Senhora Aparecida”**
25. **“100 anos da Energia Elétrica em Btu”** – 15.02.2007
26. **“Um milagre de Frei Galvão à beira do Tietê”** – 4 e 5 de março de 2007
27. **“Os 100 anos do bispado em Botucatu”** – série especial publicada de 07 a 16.04.2007
28. **“A indústria em Botucatu – início, fases e sucessos”** – 25 e 26 de maio de 2008
29. **“João e José”** – crônica biográfica do ex-vice prefeito José da Silva Coelho e do ex-vereador João Batista Domene, falecidos quase ao mesmo tempo – 27.05.2008
30. **“A primeira geração de casas de comércio em Botucatu – edição comemorativa sobre o comércio local –** 15.07.2008
31. **“As dificuldades do comércio de Botucatu”** – edição comemorativa sobre o comércio local – 15.07.2008
32. **“Liberdade só na praça da matriz – edição comemorativa sobre o comércio local –** 16.07.2008
33. **“Casa Russo e Casa Amando”** – edição comemorativa sobre o comércio local – 16.07.2008
34. **“Os 40 anos do ato que transferiu a Fazenda Lageado à FCMBB/Unesp”** – 26, 27 e 28 novembro de 2008.
35. **“Morre a mestra dos mestres, Jair Conte”** – 02.07.2009
36. **“EECA/IECA, uma lembrança”** – maio de 2011
37. **“A Autofagia da Revolução de 64”** – 02 de abril de 2011
38. **“A Fábrica dos Sonhos, digo de Soro”** – 10 de dez. de 2011
39. **“Mercado e planejamento urbano: Os 20 anos do DS”** – 10 e 11 junho 2012

40. **“A volta internacional de ciclismo de regresso a Botucatu”** – três artigos em 1º, 8 e 9/10 de fevereiro de 2014

Site do SINCOVAB

(Sindicato do comércio varejista de Botucatu) – **“Um esboço para a história do comércio em Botucatu”**:

01. **“Casa Russo e Casa Amando”**
02. **“A primeira geração de casas de comércio em Botucatu”**
03. **“Liberdade só na Pça. da matriz”** – horários e produtos
04. **“Escravos e Comerciantes”**
05. **“Os calçadistas dos anos 1920”**
06. **“O comércio nos anos 1940”**

Jornal O Diário de Botucatu

01. **“Os quarenta anos do raid Botucatu/Alaska”** – 25.05.2000
02. **“Quando Botucatu quis homenagear Vital Brasil”** – 01.06.2000
03. **“Carrapatos e Gafanhotos”** – 08.06.2000
04. **“O “Disco” esteve aqui”** – 15.06.2000
05. **“O chafariz de Alcantins”** – 22.06.2000
06. **“Índio Vago e seu boi Manhoso”** – 29.06.2000
07. **“O crime da madrugada de carnaval”** – 06.07.2000
08. **“Ecos do “9 de julho”** – 13.07.2000
09. **“Retalhos de uma história não contada”** – 20.07.2000

Almanaque de história e Cultura Dimensão Alluminatus

01. **“A petição do padre Landel de Moura”** – pág 21 – Almanaque 02 – 2012
02. **“O ‘bairro Botucatu’ no recenseamento de 1779”** – pg. 101 – Almanaque 03 – 2012
03. **“A princesa negra da Fazenda Velha”** – pág. 73 – alm. 04 – 2012
04. **“Dois assuntos preferidos pelo escritor Hernani Donato”,** pág. 46 – alm. 05 - 2012
05. **“Um enigma: onde ficaria a doação de terras dos herdeiros de Francisco de Assis Nogueira, em 1876, à Matriz de Santana”** – página 28 – Almanaque n. 6 fev/mar/2013

Jornal A Gazeta de Botucatu

01. **“Terra das Boas Escolas”** – edição especial – abril/1999
02. **“Terra Nostra – a saga dos italianos no alto da Serra”** edição especial – abril/2000
03. **“Negros – uma história de lutas e realizações”** – edição especial abril/2001
04. **“Poder Judiciário: primeiros passos”** – ed. esp. – abril/2003
05. **“Igrejas Católica e Protestante”** – ed. esp. – abril/ 2004
06. **“Correndo atrás dos sonhos”** – hist. do Rádio em Btu – artigo I – 8.10.1999

07. **“Vamos todos virar artistas!”** – hist do Rádio em Btu – artigo II – 29.10.1999
08. **“Te encontro nos 1530 kilociclos”** – hist do Rádio em Btu – artigo III
09. **“Pioneiros homens da nossa...”** – hist. do Rádio em Btu – art IV 1ª parte – 18.12.1999

Jornal A Cidade

01. **“As três Pedras e Frei Fidelis”**

Revista do CDL

01. **“Uma obra de Ramos de Azevedo, esquecida na várzea do Rio Lavapés”** – sobre o matadouro municipal

Jornal Prisma (AD Unesp/Botucatu)

01. **“Botucatu: 150 anos. Você conhece essa história?”** – 2005

Jornal O Povo

01. **Piscinas enterradas** – outubro de 1991

Jornal Folha Regional

01. **“Uma agenda para Botucatu”** – sobre o desenvolvimento local – 14.04.1999

Jornal Águas da Serra

01. **“Uma Vila perdida no Sertão”** – fala sobre Ribeirão Grande – 2005

Jornal de Pardinho

01. **“O Mistério de Ribeirão Grande”** – 20 de fevereiro de 2001

Jornal Universo Feminino

01. **“Formação Histórica de Botucatu”** – comemorativo aos 156 anos de Botucatu – 15 a 21 abril 2011

Jornal Mais Botucatu

01. **“Botucatu – uma história”** (texto comemorativo ao 157º aniversário de Btu) – Ed. de 14 a 20 de abril de 2012.
02. **“Mercado Municipal de Botucatu”** – ed. 14 a 20 julho 2015

Revista UpCuesta

01. **“O Bairro Botucatu – o incrível recenseamento de 1779”** – edição abril 2015

Revista Peabiru

“Achados e Perdidos da Imprensa do Séc XIX” – julho/agosto de 1999

Revista ApparEnza

01. **“A cidade que precisou se reinventar”** – abril de 2014, p. 90

PUBLICAÇÕES INDEPENDENTES

01. **“Boletim n. 1”**, vultos célebres do Cemitério Portal da Cruzes, novembro. Nov. 2000
02. **“Boletim n. 2”**, vultos célebres – Tema: revolucionários e expedicionários. Nov. 2002
03. **“Revista da História”** – a formação histórica de Botucatu – abril de 2001
04. **“Revista da História” – (preparativa do sesquicentenário de Botucatu)** – abril de 2003
05. **“Revista Café e Ferrovia”** – abril de 2005
06. **“Ybytu – Um estudo do significado dos vocábulos Tupis que deram origem ao nome Botucatu”** – livreto, com 48 páginas (setembro de 1993)
07. **“Botucatu – “Raízes históricas e origem da atual interpretação do nome da cidade”** – folheto de 13 páginas, publicado em novembro de 1991, durante a Semana Cultural promovida pelo escritor Francisco Marins.
08. **“Revista “Cadernos de História “** – tema: Mirabelli, mágico, louco ou charlatão”, editada em parceria com mais dois jornalistas locais, Renato Fernandes e Anthemo Roberto Feliciano – 2006
09. **“O Ribeirão do Patrimônio”** – capítulo-reportagem sobre a ocupação das margens do Ribeirão Lavapés, especial para o livro do Ribeirão Lavapés que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente apresentou na Semana do Meio Ambiente deste ano de 2007. Na reedição de 2008 veio acompanhada de um dvd com depoimentos
10. **“Passeios da Memória”** – lançado em abril de 2009 com três roteiros sobre os centros históricos de Botucatu.
11. **“Vertentes históricas do povoamento da Serra de Botucatu”** – depressão periférica e altiplano. Livro para a ONG Itapoty (de Itatinga). Atlas publicado em **2012**, texto utilizado como base – alguns trechos publicados
12. **“FCMBB – os 50 anos do sonho de Botucatu em ter uma escola de ensino superior”** – edição publicada em 26.04.2013 – FM – texto utilizado apenas em parte
13. **“FMVZ – Botucatu os 50 anos da cidade, convivendo com a FCMBB-FMVZ”** – publicação editada em 26 abril 2013 – capítulo-reportagem inserido no livro comemorativo
14. **“O Córrego Cascatinha na História de Botucatu”** – capítulo reportagem, incluído no livro da Ong SOS CUESTA, sobre a ocupação das margens do rio e da região do Capão Bonito e seu entorno. A história remota do distrito do Capão Bonito/Rio Cascatinha, ao qual

associação o início das polêmicas verificadas entre o Cap. José Gomes Pinheiro e o mineiro Joaquim da Costa e Abreu e sua família. (2013).

PUBLICAÇÕES ORGANIZADAS

01. **“Gente de Dantes”** – autor: Luiz Baptistão – livro organizado com os deixados pelo autor, que já havia falecido. Projeto gráfico, revisão, iconografia, “scaneamento” e supervisão de impressão. 416 páginas. (2004)
02. **“Acheegas para a História de Botucatu”** – livro na quarta edição sobre a história da cidade de Botucatu, do romancista Hernâni Donato. Elaboração do Projeto Gráfico, revisão, iconografia, “escaneamento” e coordenação editorial. Dois tomos, 878 páginas (2008)
03. **“Sal da Terra”** – livro do ex-vereador Francisco Ramires (1948/1951). Um relato de sua atuação como vereador em Botucatu, e como militante político do antigo PCB, na Estrada de Ferro Sorocabana. Projeto gráfico, revisão, iconografia e coordenação editorial – (2005) – patrocínio Câmara de Vereadores de Botucatu
04. **“Braz de Assis Nogueira”** – do Ford bigode ao Google Earth – lançado em out 2010, projeto gráfico, texto, revisão e coordenação do lançamento (parceria com Anthemo Roberto Feliciano)
05. **“Botucatu, História de uma cidade”** – livro editado pelo jornal “A Gazeta de Botucatu” – pesquisa, redação, revisão e coordenação editorial de 5 capítulos, dos 9 inseridos – (2004).
06. **“Botucatu – Canto, conto e me encanto com a história de minha cidade”** – Editora Noovah América editora e distribuidora de livros Ltda – dez. 2008 (livro didático, encomendado pela prefeitura) – autoria dos textos e coordenação editorial).
07. **“Exposição para Educação patrimonial sobre a Ferrovia em Botucatu”** – 30 textos realizados sob encomenda da firma PRODUCON. 15 curtos e 15 longos. Abertura da Exposição em 18 de abril de 2013
08. **“Botucatu, Homens e Cousas”** – João Nogueira Jaguaribe – organização, projeto gráfico, revisão e edição – 2008 (livro com artigos sobre história de Botucatu, publicados no jornal “O Correio de Botucatu”, anos 1911, 1915, 1916, 1918, 1919 e 1920, em arquivos hoje depositados no Centro Cultural de Botucatu)
09. **“Botucatu – Uma cidade à beira do Tietê – cultura e sustentabilidade”** – livro financiado pela lei Rouanet –

- e produzido por equipe da AES Tietê e Universidade Federal de Santa Catarina – revisão conceitual, orientação editorial e pesquisa iconográfica. 2008.
10. **“Crônicas da Velha cidade I”** – com artigos publicados pelo jornal A Folha de Botucatu, em 1947, num trabalho de coleta e publicação feito à época pelo historiador Hernani Donato. Editado em 2010
 11. **“Atas eleitorais do Centro Cultural de Botucatu”** – (comemorativo aos 70 anos da entidade cultural mais tradicional de Botucatu) – 2011
 12. **“Os 70 anos do Centro Cultural de Botucatu”** – coordenação editorial do livro de Olavo P Godoy, composto a pedido.
 13. **“A CPI do IBRA/INDA”** – íntegra dos depoimentos dos convocados para a CPI que apurou as atividades dos dois Institutos criados pelo Estatuto da Terra, com atividades entre 1967 a 1970, substituídos pelo INCRA. 4 volumes. – o 1º e 2º livros. CPI relatada pelo deputado federal Braz de Assis Nogueira – dois primeiros volumes lançados em 2015 em parceria com o prof. J. Sérgio Marques e Anthemo Roberto Feliciano
 14. **“Na antiga DRCT de Botucatu”** – a história dos Correios e Telégrafos em Botucatu – organização do projeto editorial, em suporte à proposta póstuma do autor Antonio Maria Moscoliato. “Escaneamento” das fotos, textos suplementares e coordenação editorial. Diagramação de prof. J. Sergio T. Marques
 15. **“A Bela Wika lawuwu”**, a Princesa Negra da Fazenda Velha – lançamento em novembro 2014, pela Editora Noohva América. Texto adaptado para crianças, de autoria da profa. Neusa Losano Peres, baseado em história colhida por mim e relatada através do jornal A Gazeta de Botucatu, no artigo especial intitulado: “Negros uma história de lutas e realizações”

Rádio PRF-8

01. **“Elaboração de 15 introduções** para matérias com suporte em entrevistas ou reportagens, programa “F-8 Memória”.
02. **“Revista 75 anos do Rádio em Botucatu”** – textos em parceria com a jornalista Adriana Donini. Outubro 2014
03. **“Revista F-8”**, número 2 – reportagem principal “A história da estada do padre Landell de Moura, como coadjutor na Matriz de Botucatu. Reportagens e etc.

**TRABALHOS CUJOS CONTEÚDOS ESTÃO COMPLETOS E
DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO <http://ybytucatu.net.br/historia>**

Revista da História (ano 2000)

01. Botucatu sobre a Serra
02. O povo do mato e o povo da cachoeira
03. O Caminho da Fazenda do Atalho
04. O “picadam” do morro do Hybyticatu
05. O Cemitério do Guarehy – Fazenda Boa Vista
06. O Sertão Desconhecido
07. O posto da “Tranca de Ferro”
08. “A plantação do café cumessa...”
09. A vida social nas fazendas de café
10. A capela do Ribeirão Cachoeira
11. O Ricão da Cerca Velha

Revista do Centenário (ano 2002)

01. A miss Centenário – entrevista
02. O Sesquicentenário de Botucatu
03. 100 anos, uma história para cada gosto
04. O baile dos 100 anos
05. O Jardim do Centenário
06. A exposição do século
07. A Comissão que dirigiu as comemorações
08. O desfile
09. O concurso de vitrines
10. O disco e a placa do centenário
11. A semana ruralista
12. Os 100 anos da velha senhora
13. Sessão solene
14. Depoimentos
15. Memórias da cidade
16. O Brasão Histórico
17. Imagens do Centenário
18. Livro de Adeodato Faconti em PDF: “A Marcha dos Mortos na noite de 14 de Abril de 1955”

Negros, uma história de lutas e realizações

01. Na guarda ao Santo Sepulcro
02. Largo do Rosário: sinais perdidos no tempo
03. Tochas acesas na escuridão da noite
04. Duas vidas...duas histórias.
05. Raiz Negra
06. Batuques, quadrinhas e o jongo
07. A princesa negra da Fazenda Velha
08. União Cultural Negra
09. Turíbio Vaz de Almeida

10. Um samba na Boa Vista
11. Sociedade Recreativa Luiz Gama
12. Associação 13 de maio
13. Memórias de um jovem imigrante

Temas diversos

01. A embaixada lítero-musical de Vila Lobos em Botucatu
02. Igreja Presbiteriana em Botucatu
03. O Fórum de Botucatu
04. Guerra à Inglaterra

Na era do Rádio

01. Correndo atrás dos Sonhos
02. Vamos todos virar artistas
03. Te encontro nos 1530 kilociclos
04. Pioneiros e heróicos

Imigração italiana

01. Vendendo de tudo para as fazendas de café
02. Comidinhas da Casa da Nona
03. Uma rua (que poderia ser) chamada Itália
04. Passando o tempo na velha Botucatu
05. A defesa mútua dos italianos em Botucatu
06. Monsenhor Paschoal Ferrari
07. Praça Itália, Hospital, Monumento e Festas
08. Os distritos rurais italianos de Botucatu

Cemitério Portal das Cruzes

01. História
02. Personalidades enterradas (levantamento restrito)

Atas da Câmara de Vereadores de Botucatu

01. Primeira Ata de 28 de setembro de 1858 (imagem)
02. Transcrição em PDF das atas do ano 1858
03. Foto de Botucatu considerada a mais antiga

**TRABALHOS CUJOS CONTEÚDOS ESTÃO COMPLETOS E
DISPONÍVEIS NO PERFIL DO AUTOR NO FACEBOOK
<https://www.facebook.com/joao.figueiroa.77/notes>**

01. À Beira do Ribeirão do patrimônio
02. A.A. Ferroviária – notas à margem da história
03. As velhas Exposições Agropecuárias de Botucatu
04. No tempo das Voltas Ciclísticas de A Gazeta Esportiva
05. Formação Histórica das Congregações Presbiteriana do Brasil e Presbiteriana Independente em Botucatu
06. Vertentes Históricas do Povoamento da Serra de Botucatu e entorno da Cuesta

07. Judeus no Comércio de Botucatu
08. Esboço Histórico do Surgimento da Igreja Católica em Botucatu
09. O Comércio de Botucatu, muito antigamente
10. Histórico da Estação Ferroviária de Botucatu
11. Um milagre de Frei Galvão à beira do Rio Tietê e em terras do Distrito de Potunduva, Jahú
12. O Bairro Botucatu, no recenseamento de 1779
13. O significado do nome (da cidade) Botucatu
14. A petição do Pe. Landell de Moura
15. A vertente do Capão Bonito – O Córrego Cascatinha e a história de Botucatu
16. A fundação de Botucatu e outras ocorrências em documentos

